



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



**“PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA  
REGIÃO AMAZÔNICA”: Estudo sobre uma experiência cooperativista na  
Região Amazônica na década de 60**

**CARLA DENISE DA SILVA MOURA**

**Manaus/AM  
Março de 2010.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



**“PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA  
REGIÃO AMAZÔNICA”: Estudo sobre uma experiência cooperativista na  
Região Amazônica na década de 60**

**CARLA DENISE DA SILVA MOURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**ORIENTADOR**

**Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM**

**Manaus/AM  
Março de 2010.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**“PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA REGIÃO  
AMAZÔNICA”: Estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na  
década de 60**

**CARLA DENISE DA SILVA MOURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 19 de março de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto – Membro  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho – Membro  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

**Manaus/AM  
Março de 2010.**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAM

M929 p Moura, Carla Denise da Silva

Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica : estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60 / Carla Denise da Silva Moura. - Manaus, AM : UFAM, 2010. 198 f. : il. ; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

1. Cooperativismo - Amazônia 2. Planejamento econômico - Amazônia  
I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de (Orient.) II. Título

CDU (2007): 334(811)(043.3)

*Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência. Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida. Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo. É ter coragem para ouvir um 'não'. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.*

*Pedras no caminho?*

*Guardo todas, um dia vou construir um castelo...*

*Fernando Pessoa (Lisboa, 13 de junho de 1888 - Lisboa, 30 de novembro de 1935).*

*À memória de meu querido pai. Não houve nessa região quem mais se dedicasse e acreditasse na capacidade do produtor rural amazônico.*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta página me fará lembrar das emoções e aflições deste período, das pessoas que me ajudaram, das descobertas e, principalmente, da satisfação do objetivo alcançado. Por isso é que, sinceramente, agradeço:

*A Deus, sempre e em primeiro lugar.*

*Ajuda-me, Senhor meu Deus, nas minhas boas resoluções ao Teu santo serviço e dá-me hoje mesmo a graça de começar verdadeiramente, pois tudo o que fiz até agora não é nada.*

*A Nossa Senhora das Graças.*

*Minha devoção, sempre amparando-me em todos os desfalecimentos, reerguendo-me em todas as quedas e amando-me a todos os instantes.*

*A minha mãe.*

*Não tenho palavras que expressem tanta dedicação e amor.  
Deus não pode estar em todos os lugares e por isso fez as mães (ditado judaico).*

*Ao meu pai.*

*Que me ensinou os caminhos da leitura e do amor pela cultura e especificidade da Região Amazônica.*

*Ao meu querido e amado esposo.*

*Incentivador, companheiro, amigo e força de todas as horas, principalmente quando pensei em desistir. Agradeço a Deus todos os dias por poder acordar ao seu lado e lhe dizer Te amo!!!  
Você, é mais do que sei, é mais que pensei, é mais que esperava, Baby. Você, é algo assim, é tudo pra mim, é como eu sonhava...*

*As minhas irmãs e irmãos, cunhadas e cunhados, pelo incentivo; aos meus sobrinhos queridos que tanto amo. Em especial as minhas irmãs Paula (emoção) e Carmem (razão), companheiras inseparáveis de todos os momentos.*

*Aos meus companheiros e mestres de sala de aula. Obrigada amiga Helena Tupinambá, pelos longos momentos em que trocamos idéias e palavras de apoio. Charles e Eudes, amigos de longa data.*

*A Marluce Lima de Carvalho, secretária do PPGS, pela paciência e docilidade no ato de nos atender. Obrigada, que Deus te abençoe sempre.*

*Aos Membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto e Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho, pelos comentários e sugestões apresentadas com o objetivo de valorizar o trabalho.*

*Finalmente, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida por compartilhar os saberes; pela paciência e leveza durante o processo de orientação.*

*A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se realizasse.*

## **RESUMO**

Este trabalho de dissertação fundamenta-se na análise de um arquivo sobre o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, implantado e executado na Região Amazônica durante a década de 60. O estudo deste Programa só foi possível devido à possibilidade de acesso às fontes documentais e arquivistas, pertencentes à família de um bancário, já falecido, que fez parte da primeira, e única, turma de Agentes de Crédito Cooperativo – ACC, formados na década de 1960 pelo Banco de Crédito da Amazônia S/A – BCA, com a finalidade de assessorar a formação de 50 cooperativas agrícolas na região correspondente à Amazônia Legal. Pretendeu-se com a análise deste arquivo, tendo como base a Sociologia Comparativa Weberiana, refletir sobre esta experiência cooperativista no processo de planejamento econômico, buscando conferir a esse acervo a possibilidade de esclarecer a questão mais ampla do próprio desenvolvimento da Amazônia.

**Palavras-chave:** Planejamento Econômico – Cooperativismo – Amazônia.



## **ABSTRACT**

This research is based on the analysis of an archive on the “Program of Assistance to the Cooperatives in the Amazon region”, this implanted and executed in the Amazon region during the decade of 60. The study of this Program alone it was possible due to access possibility the documentary sources and archivists, pertaining to the family of a bank clerk, already deceased, that it was part of the first one, and only, group of Agents of Cooperative Credit – ACC, formed in the decade of 1960 for the Bank of Credit of Amazônia S/A – BCA, with the purpose to assist the formation of 50 agricultural cooperatives in the corresponding region to the Legal Amazônia. It was intended with the analysis of this archive, having as base Comparative Weberian Sociology, to reflect on this cooperative experience in the process of economic planning searching to confer to this quantity the possibility to clarify the question amplest of the proper development of the Amazônia.

**Key-words:** Economic planning – Cooperative – Amazônia.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Tipo e Quantidade dos Documentos Analisados.....	97
QUADRO II – Descrição dos Documentos do Arquivo (1).....	101
QUADRO III – Descrição dos Documentos do Arquivo (2).....	102
QUADRO IV – Descrição dos Documentos do Arquivo (3).....	103
QUADRO V – Descrição dos Documentos do Arquivo (4).....	104
QUADRO VI – Descrição dos Documentos do Arquivo (5).....	105
QUADRO VII – Descrição dos Documentos do Arquivo (6).....	106
QUADRO VIII – Descrição dos Documentos do Arquivo (7).....	107
QUADRO IX – Descrição dos Documentos do Arquivo (8).....	108
QUADRO X – Descrição dos Documentos do Arquivo (9).....	109
QUADRO XI – Descrição dos Documentos do Arquivo (10).....	110
QUADRO XII – Descrição dos Documentos do Arquivo (11).....	111
QUADRO XIII – Descrição dos Documentos do Arquivo (12).....	112

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – SPVEA: Despesas Orçadas e Realizadas do I Plano Quinquenal, por Setor – 1955/60.....	32
--	----

## LISTA DE SIGLAS

BCA – Banco de Crédito da Amazônia.....	14
ACC – Agentes de Crédito Cooperativo.....	15
BASA S. A. – Banco da Amazônia Sociedade Anônima.....	15
PACRA – Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica.....	15
RDC – Rubber Development Corporation.....	23
BCB – Banco de Crédito da Borracha.....	23
BDR – Banco de Desenvolvimento Regional.....	23
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.....	23
SAVA – Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia.....	24
CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.....	24
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública.....	24
SNAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.....	24
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.....	26
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.....	27
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	28
PIB – Produto Interno Bruto.....	34
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.....	34
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.....	39
BNB – Banco do Nordeste do Brasil.....	39

ZFM – Zona Franca de Manaus.....	41
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.....	41
PIN – Programa de Integração Nacional.....	44
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras.....	44
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.....	44
PDAm – Plano de Desenvolvimento da Amazônia.....	45
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.....	47
POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia....	49
ACI – Aliança Cooperativa Internacional.....	55
COOPERPRIMA – Cooperativa Agrícola de Rio Maior.....	57

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
------------------------	-----------

### **CAPÍTULO I – PLANEJAMENTO ECONÔMICO E COOPERATIVISMO**

<b>NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>18</b>
1.1 A Intervenção Estatal no pré-II Guerra Mundial.....	18
1.1.1 O Plano de Defesa da Borracha (1912-1914).....	21
1.1.2 Os Acordos de Washington (1942-1945).....	22
1.2 A Intervenção Estatal no pós-II Guerra Mundial.....	25
1.2.1 A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953).....	27
1.2.2 O Plano de Metas (1956-1961) e o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965).....	34
1.2.3 Novo Rumo (Décadas de 60 e 70).....	36
1.2.4 A Operação Amazônia (1966).....	38
1.3 As Primeiras Experiências Cooperativas: no Mundo e no Brasil.....	52
1.3.1 O Cooperativismo no Brasil.....	56
1.3.2 O Cooperativismo na Região Norte do Brasil.....	59

### **CAPÍTULO II – A UTILIZAÇÃO DO ARQUIVO: METODOLOGIA WEBERIANA E O TRABALHO DE CAMPO.....**

<b>2.1 O Método Histórico e o Método Comparativo.....</b>	<b>64</b>
<b>2.2 Arquivo: Possibilidade de uma Abordagem Racional do Passado?.....</b>	<b>74</b>
<b>2.3 Folhas Amarelas: O Trabalho de Campo e a Obtenção de Dados.....</b>	<b>88</b>
2.3.1 Documentos Levantados.....	96

<b>CAPÍTULO III: O COOPERATIVISMO E O “PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA” .....</b>	<b>115</b>
3.1 A Ideologia Tecnoburocrática do Planejamento Brasileiro.....	117
3.2 As Vertentes Doutrinária e Teórica do Cooperativismo.....	122
3.2.1 Cooperativismo e Cooperativa.....	122
3.2.2 A Aliança Cooperativa Internacional (ACI).....	132
3.2.3 A Doutrina do Cooperativismo.....	134
3.2.4 A Teoria do Cooperativismo.....	137
3.2.4.1 A Teoria de Münster.....	137
3.3 Linhas Gerais do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” (PACRA).....	140
3.4 O Cooperativismo do Banco de Crédito da Amazônia (BCA).....	156
3.4.1 O Agente de Crédito Cooperativo (ACC).....	162
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Caminho Percorrido e Outros Caminhos Possíveis.....</b>	<b>170</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>176</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	<b>187</b>

## INTRODUÇÃO

Buscar compreender os problemas contemporâneos da Amazônia referentes às políticas de planejamento econômico, requer que se faça uma incursão, mesmo que breve, pelas políticas locais e federais dirigidas para a região, desde a época do Período Colonial, pois estas políticas, ou a falta delas, tiveram papel decisivo na modelagem das dinâmicas sociais atualmente presentes em termos regionais.

Apesar de haverem defensores favoráveis ao vínculo da história do cooperativismo com as reduções jesuíticas brasileiras, já em 1610, no Rio Grande do Sul, foi somente na Inglaterra, dois séculos mais tarde, que se deu a criação da primeira cooperativa formalmente constituída e reconhecida como tal.

O cooperativismo operário surgiu em reação à Revolução Industrial, configurando-se como um movimento social resultante das conseqüências do liberalismo econômico ocorrido durante o século XIX, que buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora. Desta forma, a cooperativa, estruturada a partir dos princípios de Rochdale, tornou-se o meio prático pelo qual a classe trabalhadora tentava sobreviver, coletivamente.

Entretanto, o cooperativismo é um fenômeno pouco compreendido, apesar de sua longa história e de sua importância socioeconômica, havendo ainda certa deficiência no modo como se vê este fenômeno. Isto porque, não se pode entender um fenômeno social tão complexo e dinâmico olhando apenas sob um determinado prisma: o teórico, por exemplo.



Também não se pode excluir ou marginalizar a perspectiva doutrinária e utópica, pois o cooperativismo distanciado do conteúdo doutrinário é, na realidade, uma inadequação pragmática.

No Brasil, o cooperativismo surgiu oficialmente, em 1847, por intermédio do médico francês, Jean Maurice Faivre, o qual fundou a colônia Santa Tereza Cristina, no sertão do Paraná, que apesar de seu pouco tempo de duração, foi de suma importância para o florescimento do ideal cooperativista no Brasil.

Embora o cooperativismo tenha surgido, mundialmente, há mais de dois séculos e meio, o Brasil viveu momentos de incentivo ao cooperativismo somente a partir das décadas de 50-60, com o estímulo à associação de produtores rurais através da concessão de crédito rural de baixo custo e até mesmo subsidiado, fazendo com que tais organizações tivessem um incremento nas suas atividades. Todavia, ao final da década de 70, com a crise do petróleo e o ajuste de conta do governo, o país entra num período recessivo. O Estado se afasta, comprometendo a continuidade de boa parte das cooperativas do país, forçando, assim, as cooperativas restantes a se adequarem à realidade competitiva do mercado.

Os livros retratam que na Região Norte brasileira, o movimento cooperativo começou a se expandir através das cooperativas extrativistas, sobretudo aquelas voltadas para a exploração da borracha, no início do século XX. Porém, somente a partir da década de 70, com a política governamental de integração e povoamento da Amazônia, é que começa a surgir uma melhor infra-estrutura na região Norte. Este fato provocou o surgimento de novas atividades econômicas, possibilitando, concomitantemente, o surgimento de novas cooperativas agrícolas de mineração e de trabalho na região.

Porém, a Região Norte do Brasil, através do planejamento econômico do governo brasileiro, viveu uma experiência cooperativista na década de 60, denominada de “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, que tinha por finalidade a implantação e/ou o funcionamento de 50 cooperativas na Amazônia Legal, em 1963, cujo órgão de fomento e execução era o Banco de Crédito da Amazônia – BCA.

O estudo deste Programa só foi possível devido à possibilidade de acesso a fontes documentais e arquivistas, pertencentes à família de um bancário, já falecido, que fez parte da

primeira, e única, turma de Agentes de Crédito Cooperativo – ACC, formados na década de 1960 pelo BCA, com a finalidade de assessorar a formação de 50 cooperativas agrícolas na região correspondente à Amazônia Legal.

Vale ressaltar que este Programa não atuou isoladamente, mas, sim, como parte de um processo global de desenvolvimento regional. Tal processo, por sua vez, foi condicionado por um conjunto peculiar de variáveis econômicas, culturais, políticas e físicas (naturais). Por este motivo, nossa pesquisa expandiu-se a fim de abranger os estudos complementares da história, da estrutura e do desempenho econômico da Amazônia.

Trata-se de uma incursão que, necessariamente, remonta a uma tentativa de leitura e análise de documentos de um acervo que tramitou interna e burocraticamente nas agências do BCA, atualmente, o Banco da Amazônia S. A. (BASA), e que fizeram parte do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”. Tais documentos foram arquivados e cuidadosamente conservados por um dos agentes do referido banco.

Nossa intenção foi buscar compreender a relação existente entre os planejamentos governamentais pensados para a Amazônia, através da análise do arquivo referente ao “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” – PACRA. Pretendeu-se com a análise deste arquivo, tendo como base a Sociologia Comparativa Weberiana, refletir sobre esta experiência cooperativista no processo de planejamento econômico, buscando conferir a este acervo a possibilidade de esclarecer a questão mais ampla do próprio desenvolvimento da Amazônia.

Para conhecer os motivos que determinaram o atual modelo de desenvolvimento na Amazônia e compreender quais foram as razões que levaram às escolhas e aplicações de tal modelo como ferramenta para a implantação das políticas governamentais nesta região, faz-se necessário buscar a literatura pregressa e atualizada para demonstrar os caminhos e descaminhos da utilização de tais modelos pelos governantes na esfera nacional e regional.

No primeiro capítulo explanamos sobre as políticas governamentais de planejamento econômico aplicadas na Amazônia, desde o Período Colonial (século XVI) até meados das décadas de 60 e 70, período em que se dá a implantação e execução do Programa

estudado, para que possamos compreender o papel da comparação na construção da explicação sociológica, dentro de uma perspectiva weberiana, aplicada a essas políticas.

Uma análise crítica desde o Período Colonial até o século XX, durante a ditadura militar, período em que foi implantado o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, representa, portanto, uma tentativa de entendimento de como a região amazônica foi sendo recriada e reinventada e quais políticas contribuíram para o seu drástico processo de estagnação, ao longo dos séculos.

Ainda no primeiro capítulo apresentamos o histórico, bem como o surgimento do movimento cooperativista em nível mundial, nacional e regional. Nossa intenção, neste capítulo, foi realizar uma garimpagem na história do planejamento econômico na Amazônia, em busca de indícios de experiências do movimento cooperativista, incluindo o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica – PACRA”, assim como caracterizá-lo como mais uma tentativa de planejamento do Governo Federal que não deu certo para a Amazônia.

No segundo capítulo, procuramos entender de que forma a sociologia comparativa de Weber nos ajuda a compreender estas similaridades históricas com a análise do arquivo sobre o PACRA, nosso objeto de estudo.

Isso nos levou à idéia de usar o método comparativo na perspectiva de Weber, como método esclarecedor se compararmos o PACRA a estas experiências similares, para verificar que combinação de fatores, ou a falta deles, que algumas vezes é mais sintomático em Weber do que a sua presença, pode esclarecer os problemas do subdesenvolvimento e da marginalização sócio-cultural, nos diferentes níveis e graus que aparecem na Amazônia.

No segundo capítulo discorremos também sobre o trabalho de campo, bem como as dificuldades metodológicas vivenciadas durante o trajeto da pesquisa.

No terceiro e último capítulo, após localizarmos o Programa estudado, no tempo e no espaço, nossa intenção foi colocar em prática a sociologia comparativa weberiana através de um estudo comparativo com os pontos relacionais entre o PACRA e a ideologia tecnoburocrática do planejamento brasileiro, em evidência na época, e como a utilização deste

tipo de administração estabelecia critérios de dominação no planejamento da região amazônica, refletidas, principalmente, na alteração dos princípios cooperativistas para interesses próprios de um capitalismo autoritário.

Além disso, apresentamos também no terceiro capítulo as linhas gerais do Programa estudado, bem como dos princípios originais cooperativistas, procurando realizar uma análise crítica sobre as formas cooperativistas implantadas no Brasil para fins de interesse próprio do planejamento federal.

Enfim, através do estudo do arquivo sobre o PACRA, fazemos uma análise sobre o quadro político que apoiava este investimento, apontando as agências que teriam interesse neste empreendimento. Esperamos contribuir também chamando a atenção para as conseqüências que programas como estes podem trazer para os grupos sociais atingidos, remontando outras experiências. A intenção é utilizar tais estudos para entender os processos atuais de investimentos no setor de planejamento agrário e agrícola na Amazônia.

## **CAPÍTULO I – PLANEJAMENTO ECONÔMICO E COOPERATIVISMO NA AMAZÔNIA**

*É de se esperar, portanto, que, ao formularem projetos de exploração mais intensiva da Amazônia – região meramente única – os planejadores do seu desenvolvimento econômico e social se esforcem por incorporar as irrefutáveis lições da pré-história. (MEGGERS, 1987: 7)*

### **1.1 A Intervenção Estatal no pré-II Guerra Mundial**

As iniciativas públicas e privadas na região amazônica<sup>1</sup> datam desde o Período Colonial – século XVII – porém, estas sempre tiveram como principal característica a exploração predatória dos produtos florestais. O extrativismo representou, assim, a atividade econômica mais destacada, historicamente.

Ainda durante o período colonial – mais precisamente no período que compreende a fase do açúcar e das Capitânicas Hereditárias no Brasil (séculos XVI e XVII) – os jesuítas instalaram missões na região amazônica, que visavam, inicialmente, a catequese dos índios, mas também a exploração das chamadas drogas do sertão. Neste período já constam registros

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa nos referimos apenas à Região Amazônica brasileira.

de algumas tentativas (desastrosas) de cultivo, baseado em padrões europeus, iniciando desde então o processo de esgotamento dos solos e de colheitas irregulares na região amazônica.

Durante os primeiros quatro séculos e meio do descobrimento, como não foram encontradas riquezas de ouro ou minerais preciosos na Amazônia, as populações da hiléia brasileira viviam praticamente em isolamento, porque nem a Coroa Portuguesa e, posteriormente, nem o Império brasileiro conseguiram concretizar ações governamentais que incentivassem o progresso na região. Vivendo do extrativismo vegetal, a economia regional desenvolveu-se por ciclos, acompanhando o interesse do mercado nos diversos recursos naturais da região.

O desenvolvimento tecnológico, consequência da Revolução Industrial<sup>2</sup>, foi o estopim que fez com que a borracha natural, até então um produto exclusivo da Amazônia, se tornasse um produto muito procurado e valorizado mundialmente.

O cooperativismo operário também surgiu em reação à Revolução Industrial, durante o século XIX, configurando-se como um movimento social resultante das consequências do liberalismo econômico ocorrido a partir do século XIX, o qual buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora. Assim sendo, a cooperativa tornou-se o meio prático pelo qual a classe trabalhadora tentava sobreviver, coletivamente, tendo sido estruturada a partir dos princípios de Rochdale, sobre os quais nos aprofundaremos, posteriormente, no terceiro capítulo deste trabalho.

Teve início então o primeiro ciclo da borracha na Amazônia, que compreende o período que vai de 1879 a 1912. Desde o início da segunda metade do século XIX, a borracha passou a exercer uma forte atração sobre os empreendedores visionários, já que a atividade extrativista do látex na Amazônia revelou-se, de imediato, muito lucrativa.

Com o desenvolvimento do setor automotivo e dos bens industriais, os quais dependiam da borracha, o látex amazônico foi explorado intensamente por empresas nacionais e multinacionais. A borracha natural logo conquistou um lugar de destaque nas indústrias da Europa e da América do Norte, alcançando um preço elevado. Isto fez com que

---

<sup>2</sup> A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII, consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social, que se expandiu pelo mundo, a partir do século XIX.

diversas pessoas, de várias partes do mundo, viessem para a região amazônica com a intenção de conhecer a seringueira, bem como os métodos e os processos de extração, a fim de tentar lucrar, de uma maneira ou de outra, com esta nova riqueza. Para trabalhar diretamente na extração da borracha neste período, ocorreu uma migração de nordestinos, principalmente do Ceará, pois o estado sofria as consequências das secas, do final do século XIX. Mecanismos de repressão da força do trabalho foram acionados, notadamente através da “peonagem por dívida”<sup>3</sup>, imobilizando os extrativistas.

Já no início do século XX, a Amazônia já estava perdendo a primazia do monopólio de produção da borracha. Isto porque os seringais plantados pelos ingleses na Malásia, no Ceilão e na África Tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade, já que estes dispunham de custos menores e um preço final, também, menor, o que os fez assumir o controle do comércio mundial do produto.

A partir de então, a borracha natural da Amazônia foi sendo desvalorizada no mercado mundial, cujo reflexo imediato foi a estagnação da economia regional. A crise da borracha tornou-se ainda maior devido tanto à falta de visão empresarial como governamental, que resultou na ausência de alternativas que possibilitassem a continuidade do desenvolvimento regional.

Contudo, para muitos intérpretes da crise da economia gomífera (MAHAR, 1978: 8), esta falta de visão não pode ser atribuída apenas aos empresários tidos como *barões da borracha* ou à classe dominante em geral, mas deveria se estender também ao governo e aos políticos em geral, que não incentivaram a criação de projetos administrativos que pudessem gerar um planejamento e/ou um desenvolvimento sustentável da atividade de extração do látex.

A crise econômica provocada pela baixa de preços no mercado internacional deixou marcas profundas em toda a região amazônica, entre os quais podemos citar a queda na receita dos Estados, o alto índice de desemprego, o êxodo rural e urbano, mas,

---

<sup>3</sup> Forma de escravidão em que a pessoa empenha sua própria capacidade de trabalho ou a de pessoas sob sua responsabilidade para saldar uma conta. Porém isto acontece sem que o valor das tarefas executadas seja aplicado em sua liquidação de forma razoável ou que a duração e a natureza do serviço estejam claramente definidas.

principalmente, a completa falta de expectativas em relação ao futuro para aqueles que, de uma forma ou de outra, tiveram que permanecer na região.

### **1.1.1 O Plano de Defesa da Borracha (1912-1914)**

Em 1912, com o objetivo de contornar a crise, o governo central do Brasil criou o “Plano de Defesa da Borracha”<sup>4</sup>, para o qual destinou recursos específicos, criando ainda um órgão chamado de Superintendência para a Defesa da Borracha, a fim de coordenar sua aplicação. O plano envolvia tanto ações voltadas diretamente para a manutenção da produção regional de borracha quanto para a melhoria das condições sociais da região. Ainda como parte do plano, o Governo Federal previa a concessão de remuneração aos que efetivassem a implantação de seringais ou a instalações para o beneficiamento do látex. Além disso, o governo reduziu as alíquotas dos impostos cobrados sobre a borracha, com a alegação de torná-la mais competitiva no mercado internacional.

Para financiar o plano, foi aberto um crédito especial de 8.000 (oito mil) contos de réis<sup>5</sup> e criada uma superintendência para coordenar sua aplicação. Durante o primeiro ano do plano, mais de 4.000 (quatro mil) contos de réis foram investidos em instalações burocráticas, postos de experimentação agrícola e pesquisas de problemas regionais de saúde e transporte.

Todavia, esta superintendência foi ineficiente e não conseguiu garantir ganhos reais, sendo, por esta razão, desativada em 1914, quando o Governo Federal não mais destinou recursos para tais ações. Assim, o “Plano de Defesa da Borracha” foi finalizado sem que o mesmo tivesse conseguido cumprir com seus objetivos.

Segundo MAHAR (1978: 10-11),

Certos fatores importantes, contudo, condenaram o plano desde o início. Entre eles, figuravam a precária situação financeira do País, a escassez de capital privado e de técnicos qualificados, os objetivos abrangentes do plano, a psicologia predatória e

---

<sup>4</sup> O “Plano de Defesa da Borracha” foi criado pelos Decretos n° 2.453-A, de 5 de janeiro de 1912 e n° 9.521, de 17 de abril de 1912 (MAHAR, 1978: 10).

<sup>5</sup> “Réis” é o plural do nome da unidade monetária utilizada no Brasil, na época, cujo singular era “real”. “Um conto de réis” era uma expressão adotada no Brasil para indicar um milhão de réis, assim, “um conto de réis” correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis.



nômade que caracterizava a região e a falta de um mercado interno desenvolvido para a borracha. Em retrospecto, é difícil imaginar como o plano poderia ter dado resultado, mesmo que tivessem sido votados meios suplementares. Seu defeito fatal foi vincular a prosperidade e o futuro desenvolvimento da Amazônia a um só produto, que era vendido num mercado sobre o qual o Brasil tinha pouco ou nenhum controle. (MAHAR, 1978: 10-11)

Com o colapso da produção gomífera, a região viveu um período de 30 anos de retração e de estagnação de suas exportações. O crescimento demográfico regional também estagnou nesse período, à medida que a mão-de-obra recrutada durante o auge da borracha começava a deixar a região em busca de oportunidades mais promissoras. A população que lá ficou reverteu à forma mais primitiva de agricultura de subsistência, suplementada por atividades extrativas (principalmente borracha e castanha-do-pará) quando as condições do mercado assim o permitiam. (MAHAR, 1978: 11-12)

As ações de intervenção federal na região só foram retomadas em meados da década de 1940, em decorrência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, quando a Amazônia vivenciou o Segundo Ciclo da Borracha, que compreende o período que vai de 1942 a 1945.

### **1.1.2 Os Acordos de Washington (1942-1945)**

Em consequência das forças japonesas conseguirem dominar militarmente o Pacífico Sul nos primeiros meses de 1942, bem como invadirem também a Malásia, o controle dos seringais passou para as mãos dos nipônicos, o que culminou na queda de 97% da produção da borracha asiática. Diante deste quadro, foi necessário que os Estados Unidos desenvolvessem programas para garantir o abastecimento de sua indústria com a borracha.

Desta forma, os Estados Unidos, necessitando do látex, material necessário para a fabricação de material bélico, assinou com o governo brasileiro os “Acordos de Washington”<sup>6</sup>, cujo efeito desencadearam em uma operação em larga escala de extração de látex na Amazônia – operação que ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” – quando teve início um grande esforço para elevar a produção da borracha.

---

<sup>6</sup> Neste acordo ficou pactuado o compromisso de o Brasil suprir as forças aliadas de diversas matérias-primas, dentre as quais a borracha.

Segundo MAHAR (1978: 12), para financiar tal empreendimento, o Banco de Importação e Exportação ofereceu ao Brasil um crédito de US\$ 100 milhões com o intuito de facilitar a mobilização geral de seus recursos econômicos. A Rubber Reserve Company (posteriormente, Rubber Development Corporation – RDC), por sua vez, criou um fundo de US\$ 5 milhões, especificamente para auxiliar o governo brasileiro no aumento da produção da borracha.

Além disso, para implementar os “Acordos” foi montada, rapidamente, uma estrutura administrativa, compreendendo facilidades de crédito, compra de embarcações, saúde e recrutamento de mão-de-obra, que ficou sob a supervisão geral de uma comissão federal. A estrutura administrativa era encabeçada pelo Banco de Crédito da Borracha – BCB, precursor do atual Banco de Desenvolvimento Regional – BDR. Esse banco, que de início teve seu capital subscrito pelo Tesouro Nacional (87.500 ações), pela RDC (60.000 ações) e por interesses privados (2.500 ações), recebeu o monopólio de compra e venda da borracha e ainda a responsabilidade pela criação de colônias agrícolas, produção alimentar, instalações de transporte, cooperativas e crédito rural. (MAHAR, 1978: 12-13)

A fim de cumprir esses compromissos de produção, o governo brasileiro enfrentou o problema imediato de mobilizar a força de trabalho requerida. Como os seringais estavam abandonados e não mais de 35 mil trabalhadores permaneciam na região, o grande desafio de Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, era aumentar a produção anual de látex de 18 mil para 45 mil toneladas, como previa o Acordo. Entretanto, para que acontecesse esse aumento da produção, era necessário que, pelo menos, fosse duplicado o número de trabalhadores envolvidos naquela atividade, atingindo a meta de 100 mil trabalhadores. (CORREA, 1987: 89)

Getúlio Vargas organizou uma campanha, na qual mais uma vez os nordestinos vítimas da seca, imigraram para a Amazônia. O alistamento compulsório, ocorrido em 1943, foi coordenado e centralizado por uma instância federal, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, com sede no nordeste, criado pelo então Estado Novo.

Segundo a interpretação de MONTEIRO (2004: 95),

A década de 40 foi o momento no qual se abriu um novo período do intervencionismo do Estado brasileiro na economia nacional e regional inaugurado pelo governo Vargas. A ruptura com a história econômica anterior foi dada pela adoção de mecanismos de planejamento alimentados por uma ideologia de integração nacional, que teve como expressão o que se chamou de “Marcha para o Oeste”. (MONTEIRO, 2004: 95)

Além do SEMTA, foram criados pelo governo, também nesta época, visando dar suporte à Batalha da Borracha, a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia – SAVA e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA, que mobilizaram para os seringais 48 mil pessoas, em sua maioria nordestinos; o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP e o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará – SNAPP, para garantir o transporte dos trabalhadores, da borracha e de suprimentos (FERREIRA FILHO, 1965: 277). Criou-se ainda a instituição chamada Banco de Crédito da Borracha – BCB, que seria transformada, em 1950, no Banco de Crédito da Amazônia – BCA.

O órgão encarregado de fornecer os víveres necessários e outros suprimentos era o SAVA. Por acordo com a RDC, o SAVA criaria condições pelas quais os trabalhadores recém-chegados pudessem cultivar alimentos suficientes para a própria subsistência. Por outro acordo entre as duas entidades, foram estocados gêneros alimentícios em pontos estratégicos, nas áreas produtoras, para serem vendidos aos trabalhadores a preços fixos. (MAHAR, 1978: 14)

Aqui, destacamos certa semelhança com os pressupostos do PACRA, objeto de nossa análise, semelhança esta, que analisaremos mais profundamente no terceiro capítulo deste trabalho.

A “Batalha da Borracha” durou até 1947 e seus resultados foram bem modestos. De 1941 a 1945, a produção anual de borracha natural subiu apenas 10.000 toneladas. (FERREIRA FILHO, 1965: 277)

## 1.2 A Intervenção Estatal no pós-II Guerra Mundial

Ao término da II Guerra Mundial, a produção da borracha asiática mais uma vez retornou aos mercados mundiais, e a Amazônia parecia destinada a voltar à estagnação econômica. Entretanto, reconhecendo as falhas de programas exteriores destinados unicamente a recuperar a economia da borracha, os representantes da região no Congresso passaram a defender uma política de desenvolvimento mais ampla, mas a longo prazo.

Segundo DEAN (1989: 131-154),

Os finais abruptos do primeiro e do segundo ciclo da borracha demonstraram a incapacidade empresarial e falta de visão da classe dominante e dos políticos da região. O final da guerra conduziu, pela segunda vez, à perda da chance de fazer vingar esta atividade econômica. Não se fomentou qualquer plano de efetivo desenvolvimento sustentado na região, o que gerou reflexos imediatos: assim que terminou a segunda guerra mundial, tanto as economias de vencedores como de vencidos se reorganizaram na Europa e na Ásia, fazendo cessar novamente as atividades nos velhos e ineficientes seringais da Amazônia. (DEAN, 1989: 131-154)

Ainda segundo DEAN (1989: 131-154), a elite que se encontrava no poder brasileiro não queria destinar recursos para a Amazônia, preferindo mantê-la fechada. Qualquer medida objetiva ficava para o futuro, pois outras áreas brasileiras, consideradas mais viáveis para o crescimento econômico imediato, eram privilegiadas com os investimentos estatais. Sem contar que as exigências da Região extrapolavam os recursos e as limitações estruturais do Brasil.

Segundo a análise de MAHAR,

O planejamento para a Amazônia no período 1912/45 foi quase exclusivamente dedicado a esforços para recuperar a economia regional da borracha. Por seguirem esse conceito limitado de desenvolvimento, julgaram os planejadores, equivocadamente, que poderiam reviver a prosperidade do surto da borracha de 1870/1912. Em vez disso, perpetuaram uma mentalidade baseada na extração de produtos florestais que praticamente determinou a estagnação econômica da região por um longo prazo. (MAHAR, 1978: 17)

Em fins da década de 40 e começo da de 50, deram-se alguns passos no sentido de coordenar a pesquisa científica sobre a Amazônia. De grande importância foram os planos de criação de um instituto internacional – o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica – em Manaus, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Porém, temendo consequências geopolíticas negativas, tais planos acabaram sendo rejeitados pelo Congresso brasileiro. (REIS, 1982: 155-168)

No final da década de 1950, o movimento migratório que vinha sendo canalizado para as áreas agrícolas do Centro-Sul e para o centro industrializado do país, começou a ser redirecionado para o Norte do país. A idéia da Amazônia como fronteira de povoamento e de expansão agrícola foi concretamente viabilizada pela política de abertura de estradas. Consequentemente, pela primeira vez na história regional, as áreas de terra firme superaram o dinamismo e os ritmos de crescimento das áreas ribeirinhas, que perderam a condição de eixos prioritários da expansão econômica regional. A partir de então as estratégias adotadas pelo Governo Federal passaram a crescentemente ganhar formas concretas por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional, aos quais se articularam a criação de instituições, o estabelecimento de políticas públicas, a implementação de mecanismos de financiamento e a edificação de obras de infra-estrutura. (MONTEIRO, 2004: 95)

Nos últimos 50 anos o governo brasileiro vem tentando integrar o território amazônico com uma série de iniciativas que recebem muitas críticas dos especialistas e da comunidade internacional; inclusive algumas experiências de agricultura em modelo europeu e a instalação da Zona Franca de Manaus, um centro industrial em meio à floresta.

Uma característica importante a ser considerada a despeito destas iniciativas, é o fato das mesmas serem aplicadas esporadicamente, criando assim curtos períodos de prosperidade. Duramente analisadas, concluímos que seus efeitos benéficos, a longo prazo, foram, na maior parte, insignificantes, já suas consequências maléficas podem ser sentidas até os dias de hoje.

### 1.2.1 A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953)

Foi apenas na década de 50, que começaram as primeiras tentativas de planejamento sócio-econômico abrangente na região amazônica, quando o Governo Federal criou um órgão para esse fim: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. (MAHAR, 1978: 3)

Segundo MONTEIRO (2004: 99),

O cenário mundial pós-guerra e a reconstrução da Europa sob a égide do Plano Marshal<sup>7</sup> contribuíram para que houvesse alteração nas formulações teóricas acerca do papel dos Estados nacionais nos processos de desenvolvimento dos países latino-americanos. Passou a ser predominante a idéia de que a intervenção do Estado na economia não era somente benéfica, mas necessária para o desenvolvimento econômico. Tratou-se da afirmação de uma visão sobre o papel do Estado nos processos de desenvolvimento que se contrapunha a um conjunto de idéias que defendia o mercado como o melhor instrumento para dirigir a alocação dos recursos com vista à promoção do desenvolvimento de diferentes regiões e nações. De forma que as décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial foram marcadas, em termos gerais, pelo relativo otimismo em relação às possibilidades do Estado nacional nestes processos. Ganhou também impulso o pressuposto da eficácia do planejamento do desenvolvimento, que poderia ser alcançado por meio de uma racionalização da aplicação de capitais, sob a coordenação estatal. (MONTEIRO, 2004: 99)

Este cenário mundial influenciou diretamente a formulação e a implementação de tentativas estratégicas de modernização patrocinadas pelo Estado Nacional para a Amazônia e contribuiu para que, com base na Constituição de 1946, se estabelecesse um programa de desenvolvimento para a Amazônia, que seria financiado por uma parcela de 3% (três por cento) do total da receita de impostos federais, durante um prazo de 20 (vinte) anos

---

<sup>7</sup> O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Européia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall. O plano de reconstrução foi desenvolvido em um encontro dos Estados europeus participantes, em julho de 1947. A expressão Doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos da América, em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, que buscava conter a expansão do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista. Ao final da Segunda Guerra Mundial, os países europeus entraram em declínio, coincidindo com a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética enquanto potências no palco das relações internacionais. Winston Churchill, estadista britânico, foi o primeiro a perceber o avanço do comunismo, iniciando fortes pressões para que o Ocidente encontrasse uma estratégia para deter o avanço soviético. Em resposta à atitude britânica, o então presidente norte-americano, Harry S. Truman, pronunciou, em 12 de Março de 1947, diante do Congresso Nacional daquela nação, um violento discurso, assumindo o compromisso de "defender o mundo capitalista contra a ameaça socialista". Estava lançada a Doutrina Truman e iniciada a Guerra Fria, que propagou para todo o mundo o forte antagonismo entre os blocos capitalista e socialista.

consecutivos. Além disso, os governos estaduais e municipais da região deveriam contribuir com parcela idêntica de suas receitas. Este programa de desenvolvimento da Amazônia só entrou em vigor 6 (seis) anos mais tarde, com a aprovação da lei que o regulamentava, em 1953. (MONTEIRO, 2004: 99-100)

Em 1953, o Congresso aprovou a Lei nº 1.806, de 06/01/1953, que tratava da criação de um plano de desenvolvimento regional específico para a região amazônica, o qual deveria funcionar, de maneira geral, como um sistema de serviços e obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial, bem como elevar o bem-estar social e econômico da população regional.

Para a execução do plano, o Congresso criou um órgão coordenador central, a SPVEA, com sede em Belém, o qual compreendia uma superintendência, incumbida de assuntos executivos, e uma comissão de planejamento, com 15 (quinze) membros, cuja missão era elaborar planos e supervisionar-lhes a execução. Dos 15 membros, 6 (seis) deveriam ser especialistas em setores de interesse geral do plano (Saúde, Crédito e Comércio, Recursos Naturais, Agricultura, Desenvolvimento Cultural e Transporte, Comunicações e Energia) e 9 (nove) seriam representantes de cada um dos Estados e Territórios da jurisdição da SPVEA. (MAHAR, 1978: 15-16)

O Artigo 13 da Lei nº 1.806, estabelecia que o plano global de desenvolvimento regional deveria ser executado através de planos quinquenais parciais, sendo que o primeiro plano parcial deveria ser formulado em nove meses. Enquanto fosse preparado, a ação pública na Amazônia continuaria através de um “plano de emergência” transitório, financiado com verbas do Governo Federal. No decurso de 1954, praticamente toda a verba destinada foi aplicada, apesar das grandes alterações feitas no orçamento original. Em essência, o “plano emergencial” não era realmente um plano, mas sim uma série de decisões políticas que *a posteriori* tomaram forma de plano. (MAHAR, 1978: 16-17)

Em 1955, foi estabelecido o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sob a responsabilidade gerencial da SPVEA. A região politicamente definida como área de jurisdição da SPVEA, que ia além da região Norte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou “Amazônia Clássica”, ficou conhecida como “Amazônia Legal”. A nova região recobria cerca de 60% (sessenta por cento) do território brasileiro. O Plano de

Desenvolvimento da Amazônia tratava, basicamente, da indicação da necessidade de realização de diversas obras públicas. (MONTEIRO, 2004: 101)

A SPVEA era formada por 16 (dezesesseis) membros, que participaram da Comissão de Planejamento, para a elaboração do I Plano Quinquenal, sendo um Presidente (Arthur Cezar Ferreira Reis), e outros 15 membros, que ocupavam as seguintes funções: como Técnico Federal havia 6 (seis) membros – Francisco Pereira da Silva; Guilherme Eduardo Ferreira Studart, Hugo Mascarenhas, Ricardo Borges Ferreira e Silva, Sócrates Bomfim e Waldir Bouhid; 1 (um) representante do Estado do Pará – Stélio de Mendonça Maroja; 1 (um) representante do Estado do Amazonas – Firmo Ribeiro Dutra; 1 (um) representante do Estado do Maranhão – Cid Rojas Américo de Carvalho; 1 (um) representante do Estado do Mato Grosso – Jayme Ferreira de Vasconcelos; 1 (um) representante do Estado de Goiás – Armando de Miranda Storni; 1 (um) representante do Território Federal do Acre – Francisco Custódio Freire; 1 (um) representante do Território Federal do Amapá – Raul Montero Valdez; 1 (um) representante do Território Federal do Rio Branco – Valério Caldas de Magalhães e 1 (um) representante do Território Federal do Guaporé – Francisco Valente Pinheiro.

Segundo MAHAR (1978: 16), a estrutura peculiar da comissão de planejamento levaria, mais tarde, à críticas de que as diretrizes da SPVEA eram dirigidas mais por considerações políticas do que econômicas.

Em 1946, a Assembleia Constituinte, interpretando o anseio das populações amazônicas e o alto sentido do destino nacional, converteu a recuperação da Amazônia em um imperativo constitucional, expresso no Artigo 199, bem como em seus Parágrafos, da Constituição Federal.

Logo a seguir, foram iniciados os trabalhos de organização de uma lei complementar que regulasse a aplicação do dispositivo constitucional, bem como foi criada a Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia e, depois de elaborados vários projetos e estudadas as necessidades Econômica da Amazônia, a sua forma final no substitutivo oriundo do Senado, resultou na Lei nº 1.806.



Em 6 de janeiro de 1953, foi aprovada e sancionada a Lei nº 1.806. Por essa lei, em acordo com o disposto no Artigo 199, da Constituição Federal, regulamentava-se o que viria a constituir o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a forma pela qual seriam aplicados durante 20 (vinte) anos, pelo menos, 3% (três por cento) da renda tributária do Estado Federal e dos Estados e Municípios amazônicos.

Os problemas do I Plano Quinquenal começaram quase que desde o seu início. A origem de muitos desses problemas foi o caráter abrangente de suas metas, combinado com o conhecimento extremamente rudimentar da estrutura sócio-econômica e do potencial da região.

No Capítulo I, que explana sobre a Lei 1.806, a própria Comissão que o elaborou relata,

A elaboração de um planejamento econômico pressupõe o perfeito conhecimento dos fatores que afetam a evolução econômica em uma área determinada. Na Amazônia o meio físico é conhecido imperfeitamente e os estudos sobre sua natureza realizados por alguns cientistas nunca tiveram o caráter de estudos sistemáticos. São em sua maioria pesquisas fragmentárias, visando aspectos especiais de interesse do cientista ou observador, sem coordenação em um plano definido de estudos e, principalmente, sem a finalidade utilitária. (SPVEA, Volume 1, 1955: 22)

E ainda,

Constringida entre a obrigação do prazo legal e a necessidade de apresentar um planejamento bem baseado e deduzido com lógica, não teve esta Comissão outra alternativa que não fosse o estabelecimento de um plano que, em suas linhas fundamentais, visa obter o conhecimento dos dados ainda ignorados da nossa realidade geográfica, social e econômica e o estabelecimento de um plano de trabalho à base dos dados existentes e conhecidos, que possa atender às aspirações imediatas da região e da nação. (SPVEA, Volume 1, 1955: 22)

No Artigo 7º, da Lei 1.806, são apresentados os 11 objetivos fundamentais do plano: Promoção da Agricultura, Indústria e Mineração, bem como a formulação de programas para o controle de inundações, transportes, comunicações, energia, bem-estar social (isto é, nutrição, saúde, saneamento, educação, imigração e colonização), operações bancárias e de crédito e pesquisa em geral.

Neste trabalho, nos deteremos em apenas dois dos objetivos contemplados no Plano. São eles:

- Promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativista da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo de vida na região;
- Estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional e das respectivas operações.

O documento final entregue para a Presidência teve pouca base científica e foi, antes de tudo, uma simples tentativa de identificar os principais problemas da região. Talvez, segundo MAHAR (1978: 17), por estas razões, o plano integral jamais foi aprovado pelo Congresso e os programas de desenvolvimento passaram a ser financiados por verbas anuais.

Na formulação original do I Plano Quinquenal, a mais alta prioridade foi dada para o desenvolvimento agrícola. Neste setor, os objetivos da SPVEA eram tornar a região auto-suficiente em produtos alimentares, bem como expandir a produção de matérias-primas para exportação e/ou consumo interno. Tais metas deveriam ser cumpridas por meio de pesquisa, colonização e diversos incentivos à produção. Além disso, outras preocupações – na ordem das rubricas orçamentárias iniciais – eram crédito e comércio, educação e recursos naturais. (MAHAR, 1978: 17-18)

Embora MAHAR especifique que na formulação original do I Plano Quinquenal, a mais alta prioridade foi dada para o desenvolvimento agrícola, se observarmos na tabela

abaixo, podemos verificar que, somente de longe, essa meta foi cumprida por seus executores, já que a categoria agricultura fica situada em quinto lugar em orçamento e execução.

TABELA 1 – SPVEA: Despesas<sup>a</sup> Orçadas e Realizadas do I Plano Quinquenal, por Setor – 1955/60

(Cr\$ 1.000 a Preços Correntes)				
Categoria de Despesas	Orçada (1)	Realizada (2)	Deficit (1) – (2)	% (2) / (1)
Transportes e Comunicações <sup>b</sup>	4.890,2	2.840,0	2.050,2	58,1
Crédito	4.290,6	2.742,1	1.548,5	63,9
Saúde	2.961,5	1.979,5	982,0	66,8
Energia Elétrica	1.472,7	1.021,8	450,9	69,4
Agricultura	1.792,0	1.066,9	725,1	59,5
Educação	1.100,8	556,3	544,5	50,5
Recursos Naturais	661,9	398,2	263,7	60,2
Total	17.169,7	10.604,2	6.546,9	61,8

FONTE: *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), Política de Desenvolvimento da Amazônia: Spvea, 1954-1960* (Rio de Janeiro, 1961), vol. I, p.84.<sup>8</sup>

<sup>a</sup> Exclusive despesas administrativas e transferências.

<sup>b</sup> Exclusive despesas com a rodovia Belém-Brasília, totalizando Cr\$ 3,8 bilhões (a partir de junho de 1960).

Infelizmente, para a SPVEA e a Amazônia, problemas posteriores de custeio frustraram a possibilidade de que objetivos tão grandiosos fossem um dia realizados.

Isto porque, antes de mais nada, a programação orçamentária anual tornava o planejamento, a longo prazo, uma tarefa difícil, senão impossível. Em segundo lugar, a SPVEA jamais exerceu controle suficiente sobre a alocação de seus próprios recursos. Isso decorreu, em parte, do fato de que mais de 75% (setenta e cinco por cento) de suas verbas eram aplicados através de convênios com outros órgãos da região e, somente, 25% (vinte e cinco por cento) de seu orçamento total eram vinculados a fins específicos. O resultado líquido de tudo isso era uma fragmentação geográfica e funcional das despesas, o que impedia um esforço combinado em qualquer das principais áreas-problema. Finalmente, grandes cortes orçamentários feitos pelo Congresso Nacional forçaram alterações de projetos em

<sup>8</sup> Apud MAHAR, 1978: 19.

curso, bem como o adiamento ou o cancelamento dos projetos propostos. (MAHAR, 1978: 18)

Na tentativa de adaptar-se a esse *deficit* de receita, a SPVEA criou um sistema de prioridades de despesas, política essa que foi danosa, especialmente, aos programas de educação e agricultura, cujos orçamentos foram reduzidos em mais de 40% (quarenta por cento). (MAHAR, 1978: 18-19)

Além de fazer esses desembolsos diretos, a SPVEA ainda supervisionava um fundo destinado a fornecer crédito a empreendimentos agrícolas e industriais. Tal fundo, denominado de Fundo de Fomento à Produção, foi criado, originalmente, em 1950, a fim de financiar o monopólio da borracha pelo BCA, sucessor do, hoje, extinto BCB. Porém, Ao criar-se a SPVEA, o fundo recebeu 10% (dez por cento) do orçamento desse órgão para ser utilizado em conformidade com os objetivos do Plano Quinquenal. (MAHAR, 1978: 19)

Segundo MAHAR (1978: 19), entre 1954 e 1960, mais de Cr\$ 1 (um) bilhão foram alocados para este fundo, dos quais foram realmente investidos, somente, cerca de Cr\$ 750 (setecentos e cinquenta) milhões. No entanto, tendo em vista que não foi suficientemente definida a relação entre SPVEA e o BCA, é discutível a contribuição deste fundo para o desenvolvimento global da Amazônia.

As contas do BCA mostram que foi concedido um expressivo volume de crédito ao desenvolvimento da agricultura racional e da indústria rural, embora a SPVEA suspeitasse de que a maior parte destes fundos tivesse fluído, na verdade, para o setor extrativo da borracha. Além do mais, os recursos do fundo eram frequentemente canalizados para as operações comerciais do banco, as quais eram mais lucrativas, e o resultado foi que projetos de natureza mais “social”, muitas vezes, ficavam sem recursos. (MAHAR, 1978: 20)

Os defeitos que caracterizaram o planejamento público para a Amazônia na década de 50 continuaram nos primeiros anos da década de 60.

Em meados da década de 60, o desenvolvimento e a ocupação humana da Amazônia tornaram-se metas de alta prioridade. Nesse sentido, o Governo Federal financiou, diretamente, novas vias de comunicações e transportes, a colonização agrícola e a pesquisa do

potencial em recursos naturais. Além disso, atraiu o capital privado através de uma variedade de incentivos fiscais e monetários, entre os quais, a concessão de crédito rural agrícola.

A partir da década de 60, o governo militar advogou e implementou uma política de ocupação compulsória da Amazônia, a “devastar para ocupar”, demonstrando total descaso do governo brasileiro em relação às populações tradicionais. Foi uma política de Estado que, tomava como paradigma a noção errônea de que a Amazônia era um território despovoado e que, portanto, precisava ser ocupado. (MEGGERS, 1987: 7)

### **1.2.2 O Plano de Metas (1956-1961) e o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)**

O Plano de Metas é considerado pelos estudiosos no assunto como a primeira experiência de planejamento governamental, efetivamente posta em prática, no Brasil.

No cenário nacional a implantação do PACRA aconteceu no final de 1962 e início de 1963, dentro da cronologia de implantação e execução do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), cuja elaboração ocorreu em 6 (seis) meses, também em 1962, por uma equipe liderada por Celso Furtado<sup>9</sup>, que passou a orientar a política econômica do Governo Goulart<sup>10</sup>.

Em 1962, a conjuntura geral da economia, da política, e da situação social no Brasil encontrava-se bastante desordenada. No que se refere ao desenvolvimento econômico o país vinha da fase de euforia, correspondente ao período 1957-1961, referente ao Plano de Metas, em que a intensificação do processo de substituição de importações propiciou um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. Entretanto, ainda no mesmo ano, o PIB

---

<sup>9</sup> Celso Monteiro Furtado (1920 - 2004) foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Na década de 1950, presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Mais tarde, foi convidado pelo professor Nicholas Kaldor para o King's College, da Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde escreveu *Formação Econômica do Brasil*, clássico da historiografia econômica brasileira. Retornando ao Brasil, assumiu uma diretoria do BNDE e participou da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. *Formação Econômica do Brasil*, sua mais consagrada obra, foi escrita nesse mesmo ano, no mesmo período em que ocupava o cargo de diretor do BNDE, do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1962, já no governo de João Goulart, foi nomeado o primeiro Ministro do Planejamento do Brasil, elaborando o Plano Trienal. Em 1963 retornou à Superintendência da SUDENE, criando e implantando a política de incentivos fiscais para investimentos na região. (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001)

<sup>10</sup> João Belchior Marques Goulart (1919-1976), conhecido popularmente como "Jango", foi um político brasileiro e o 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, tendo sido eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. (AMADO, Rodrigo. *A Política externa no governo João Goulart*. Cultura Editores Associados, 2000)

apresentou uma queda relativa, anunciando o período de estagnação futura. Além disso, a inflação apresentou taxas altíssimas e, para piorar ainda mais a situação, no setor externo acumulava-se a dívida externa brasileira, como consequência de sucessivos *déficits* no balanço de pagamento. (MACEDO, 1975: 52)

Por um lado, politicamente, o país atravessava uma crise no regime parlamentarista, visto que havia uma campanha de plebiscito, em andamento, para a derrubada do mesmo, além de um intenso debate sobre a reforma de base e, por outro, socialmente, sofria intensas reivindicações sociais, com movimentos sindicais e greves reivindicatórias de ajustes salariais, face ao processo inflacionário.

Assim sendo, podemos observar que o Plano Trienal procurava alcançar um conjunto de objetivos, diretamente, relacionados com os problemas enfrentados pelo país, naquela época: a recuperação do ritmo de desenvolvimento, além da contenção progressiva do processo inflacionário e do reescalonamento da dívida externa.

Daí que o Governo iniciou o ano de 1963 seriamente empenhado na execução do Plano, tomando uma série de medidas – suspendeu os subsídios ao consumo, delimitou a expansão do crédito bancário, promoveu o reajuste da taxa cambial a níveis realistas, enfim, deu os passos iniciais, visando o saneamento e a correção das distorções existentes na economia – porém, segundo Macedo (1975: 61), o Plano Trienal sucumbiu mesmo antes da derrubada do Governo Goulart, em 1964.

Segundo a análise de Macedo (1975: 64), as metas de desenvolvimento econômico do Plano Trienal não foram alcançadas devido a uma série de fatores que atuaram conjuntamente na época.

O baixo desempenho da economia brasileira em 1963 esteve, assim, presente em todos os setores, mas, na verdade, parte do resultado de 1963 pode ser atribuído a causas aleatórias, presentes não só neste ano como também em 1962, tais como as secas então ocorridas, que vieram a prejudicar não só a produção agrícola como também a própria produção industrial, pelo conseqüente racionamento de energia elétrica. Além disso, houve geadas e incêndios no Paraná, os quais prejudicaram bastante a safra de café daquele Estado, que representava parte importante da produção agrícola nacional. (MACEDO, 1975: 64)

Macedo (1975: 66), procurando ainda analisar de que forma o Plano Trienal atuou sobre os investimentos, verifica que foi realizada uma programação dos dispêndios em formação de capital que o próprio Plano reconhece ser apenas uma “primeira aproximação”. Tal programação consistia em distribuir os investimentos entre grandes setores, com base nas tendências constatadas em épocas imediatamente precedentes e, sendo assim, era mais uma previsão do que, propriamente, uma programação.

Portanto, na análise de Macedo (1975: 66), na questão dos investimentos não se poderia esperar muito da ação do Plano Trienal e, desta forma, não se pode dizer que à formulação do Plano cabe a culpa pelo não-alcance dos níveis de investimentos necessários à manutenção de uma alta taxa de crescimento. Por outro lado, no caso dos investimentos públicos e naquilo que a inflação se relaciona com os investimentos, podemos dizer que o Plano Trienal pouco ou nada influiu na magnitude e na alocação dos investimentos em 1963.

Não encontramos informações de que o PACRA entrou em funcionamento com os recursos advindos diretamente da SPVEA ou do Plano Trienal, mas o fato é que consta na terceira página do referido plano, uma chamada oficial, que aparece através da seguinte informação: “*Este movimento cooperativista na Amazônia, liderado pelo B.C.A., está sendo realizado sob os auspícios de Sua Excelência eminente Presidente da República, Doutor João Goulart*”.

Se analisarmos mais profundamente a localização no tempo e no espaço, local e nacional, da implantação e execução do PACRA, veremos que esta se deu um ano antes do início do período ditatorial no Brasil (1964-1985). Entretanto, foram encontrados documentos referentes ao Programa que datam de 1962 até meados do final de 1970, por esta razão foi necessário associarmos a análise ao período da ditadura militar no Brasil.

### **1.2.3 Novo Rumo (Décadas de 60 e 70)**

As estratégias de modernização regional patrocinadas pelo Governo Federal na Amazônia ganharam novas feições no período que se seguiu ao Golpe Militar de 1964, já que com o novo governo, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia começou a tomar novo rumo.

Ao fim de 10 (dez) anos de operação, o impacto da SPVEA sobre a região foi mínimo. Em 1964, a SPVEA foi descrita por seu novo superintendente como uma instituição fracassada e desorganizada, incapaz de cumprir com suas obrigações como órgão de desenvolvimento sócio-econômico da região. (MAHAR, 1978: 20)

Na coalizão das forças que tomaram o poder no Brasil, com o golpe de 1964, eram os militares que tinham a principal motivação para agir sobre a Amazônia. Isto porque tanto as empresas nacionais como também as multinacionais tinham outras alternativas de investimento, bem mais atraentes, fora da região amazônica. Desta forma, o estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia. (OLIVEIRA, 1972: 86)

Deste modo, os militares, preocupados com a cobiça internacional, empenharam-se no desenvolvimento de políticas que viabilizassem a integração econômica da região ao restante do país e na defesa das áreas fronteiriças, elaborando estratégias de ocupação da Amazônia.

Com base numa avaliação de que dinâmicas decorrentes da estruturação da sociedade local eram responsáveis pelo atraso da economia regional e, ao mesmo tempo, que os atores locais seriam incapazes de se converterem em elementos propulsores de processos de desenvolvimento regional, os governos militares decidiram “ocupar” a Amazônia, atraindo para a região o empresariado “inovador” do Centro-Sul ou mesmo do exterior. Estabeleceu-se, assim, um “modelo de desenvolvimento amazônico”, sob a responsabilidade de um Estado que desempenhou o papel de promotor/indutor do crescimento econômico, promovendo a industrialização espacialmente concentrada em alguns pontos da Amazônia, particularmente no Pará. Ao induzir a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais presentes no Estado e na região. (MONTEIRO, 2004: 103)

Os primeiros indícios desta nova estratégia foram revelados em discurso pronunciado, em 1965, pelo presidente Castelo Branco. São eles: a promoção de maior eficiência no mecanismo de planejamento regional e um papel mais importante da iniciativa privada no desenvolvimento regional. Isso seria alcançado pela elaboração de um plano de



desenvolvimento regional harmônico e unificado, num clima em que a orientação técnica teria preponderância sobre os interesses partidários.

Após este discurso, um decreto presidencial criou uma comissão – o Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia – composta por 5 (cinco) membros, encarregada de definir os objetivos da nova política e redigir a legislação necessária à sua posterior implementação. Os frutos dos estudos e recomendações da comissão foram uma série de leis aprovadas em fins de 1966 e começo de 1967, conhecidas em conjunto como “Operação Amazônia”.

#### **1.2.4 A Operação Amazônia (1966)**

A pedra angular desta operação foi a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, cujo Artigo 4º relacionava 13 (treze) objetivos da ação governamental na Amazônia, além de estabelecer a orientação básica da nova política. Segundo este artigo, a futura política regional seria orientada para estabelecer “pólos de desenvolvimento” e grupos de população estáveis e auto-suficientes – especialmente nas áreas de fronteira; estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infra-estrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais. (MAHAR, 1978: 21-22)

Dentro destes objetivos específicos distinguem-se duas abordagens distintas e interligadas: a econômica e a geopolítica. Na primeira, o papel do setor público seria o de atrair capital à região por meio de mecanismos monetários e fiscais apropriados, como também estabelecer a infra-estrutura necessária aos investimentos. Já a segunda, tinha como objetivo estimular a efetiva ocupação da região através da imigração inter-regional e estrangeira, bem como a formação de assentamentos permanentes e auto-suficientes nas áreas de fronteira. (MAHAR, 1978: 22)

Uma vez que em geral se acreditava (como se acredita ainda) que enormes quantidades de recursos naturais permaneciam inexplorados na região, o desejo de garantir a soberania brasileira parece perfeitamente racional. (MAHAR, 1978: 21-23)

Para efetivar tal estratégia, já nos primeiros anos dos governos militares, a intervenção foi implementada por Castelo Branco, a partir de um grande aparato institucional voltado à consecução de ações do Estado nacional para a região. Uma das determinações foi a completa reorganização do BCA, com maior emprego de fundos especiais e incentivos fiscais para atrair capital privado à Amazônia.

A mesma legislação que enumerou estes objetivos políticos criou também a estrutura administrativa básica pela qual eles seriam realizados. Assim, em 1966, no lugar da SPVEA foi criado um novo órgão, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, nos mesmos moldes da já bem sucedida SUDENE, vinculado ao Ministério do Interior. Como seu agente financeiro, a Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, criou o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e extinguiu o BCA. Diversamente do BCA, o BASA funcionaria como um autêntico salto de desenvolvimento regional, tendo sido criado com uma estrutura administrativa análoga a do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

É necessário chamar a atenção para o fato de que o BCA foi substituído pelo BASA em pleno andamento do “Programa de Cooperativismo na Amazônia”, ou seja, na metade da década de 60.

A história do BASA está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região amazônica nas últimas 6 (seis) décadas. Mas, por outro lado, o surgimento desta instituição demonstra o seu importante papel também na economia mundial.

O BASA foi criado na década de 40, em plena 2ª Guerra Mundial com o objetivo de financiar a produção da borracha destinada aos países aliados. Naquele momento, os japoneses dominavam as principais fontes produtoras, situadas na Ásia, porém a Amazônia era o único lugar do mundo em condições de fornecer a goma elástica.

A partir dos Acordos de Washington, firmado entre Brasil e Estados Unidos, o Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, cria o BCB, o qual contava com participação acionária dos dois países, e que tinha como desafio revigorar os seringais nativos da região, cuja economia havia permanecido estagnada nos 30 (trinta) anos posteriores ao fim da Era da Borracha.

Após a guerra, a borracha oriental voltou ao mercado mundial e, como esta era mais barata, superou a borracha nativa da Amazônia. Em 1950, o Governo Federal cria o Banco de Crédito da Amazônia S/A, ampliando o financiamento para outras atividades produtivas e assumindo contornos pioneiros de banco regional misto, a partir da implementação da SPVEA e dos novos pólos de crescimento propiciados pelo Governo Juscelino Kubitschek com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

A partir de 1966, O BASA assume o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, já com o nome de Banco da Amazônia, tornando-se depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais.

A fim de implementar uma política para estimular a iniciativa privada na região, a “Operação Amazônia” resultou também em uma legislação que ampliou o alcance dos incentivos fiscais. Pela Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, as empresas privadas, consideradas de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, poderiam qualificar-se para a isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto de Renda devido até 1982. As empresas que se qualificassem ficariam isentas também do imposto sobre a exportação de produtos regionais, bem como dos de importação de maquinaria e equipamentos. Finalmente, teriam direito a créditos no Imposto de Renda até: a) 75% (setenta e cinco por cento) do valor dos títulos do BASA (Obrigações da Amazônia) que adquirissem; b) 50% (cinquenta por cento) do seu débito total de impostos, quando as poupanças resultantes fossem investidas em atividades agrícolas, pecuárias, industriais e de serviços básicos aprovadas pela SUDAM. Esta última disposição ampliou, em muito, o alcance do mecanismo, já que, anteriormente, os fundos de incentivo fiscal só podiam ser investidos em empreendimentos industriais<sup>11</sup>. (MAHAR, 1978: 23)

Estabeleceu-se, assim, uma política de desenvolvimento regional semelhante a que vinha sendo aplicada no Nordeste, especialmente no que se refere à política de incentivos fiscais. Política que resultou na facilidade de apropriação de terras por grandes empresas e por fazendeiros e em mudanças significativas nas áreas rurais,

---

<sup>11</sup> Como benefício adicional ao setor privado, a SUDAM deveria supervisionar um novo fundo de crédito, o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia – FIDAM. Os fundos acumulados deveriam ser investidos pelo BASA em empresas privadas e em pesquisa julgada essencial ao desenvolvimento da Amazônia. (MAHAR, 1978: 24)

havendo a disseminação de grandes fazendas destinadas à criação de gado bovino, em especial no sul e no sudeste do Pará<sup>12</sup>. (MONTEIRO, 2004: 104)

O ponto culminante da “Operação Amazônia” foi à legislação, aprovada em começos de 1967, que proporcionou incentivos tributários especiais às empresas privadas que se estabelecessem nos Estados e Territórios da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). Tal legislação representou, em parte, um esforço para implementar os objetivos de criação de “pólos de desenvolvimento” e de ocupação das zonas fronteiriças esparsamente povoadas. Contudo, talvez mais importante tenha sido a tentativa de contrabalançar as políticas da SPVEA, que eram tidas como favoráveis à Amazônia Oriental (cidade de Belém e arredores). (MAHAR, 1978: 24)

Uma conseqüência importante desta legislação compensatória foi o Decreto-Lei nº 288, da Zona Franca de Manaus – ZFM, cuja intenção básica foi criar, por meios fiscais, um centro comercial, industrial e agrícola em Manaus que servisse de “pólo de desenvolvimento” para a Amazônia Ocidental. A supervisão geral da ZFM seria exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, órgão vinculado ao Ministério do Interior, embora não diretamente a SUDAM (MAHAR, 1978: 24-25). Assim, em 1967, foi criada a Zona Franca de Manaus, que consistia em um projeto capitalista destinado a criar um centro de montagem e comercialização de produtos eletrônicos na Amazônia Ocidental.

Neste contexto, inserem-se também o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM, para o período de 1967 a 1971 e o Plano Diretor de 1968. Neles o Governo Federal preconizava, basicamente, que caberia ao setor público a tarefa de atrair capitais para a região, o que seria feito por meio do fornecimento da infra-estrutura, da concessão da isenção fiscal e de estímulos creditícios necessários à implantação dos empreendimentos capitalistas na região.

Para Mahar (1978: 24), ambos os planos destinavam-se a incorporar o espírito da “Operação Amazônia”, evitando, contudo os erros em que incorrera a SPVEA. Porém,

---

<sup>12</sup> As preocupações com a necessidade de superação do “atraso” da região e com sua ocupação produziram desdobramentos diversos, como a criação, no governo do general Castelo Branco, do projeto Jarí, no município de Almerim (PA), em 1967, pelo milionário norte-americano Daniel K. Ludwig. Tratava-se da implantação, na área correspondente aos municípios de Almerim (PA), Laranjal do Jarí (AP) e Vitória do Jarí (AP), de megaprojetos, numa área de 1,6 milhão de hectares, que envolviam a silvicultura para o abastecimento de uma fábrica de celulose, o plantio de arroz e a implantação de projetos de extração mineral, dentre outros. (MONTEIRO, 2004: 104)

nenhum deles chegou jamais a ter caráter operacional, fundamentalmente pela mesma razão que tornara tão ineficaz a ação da SPVEA, ou seja, a grande discrepância entre os objetivos dos planos e os meios – financeiros e técnicos – disponíveis para implementá-los.

O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM – aprovado pelo Decreto nº 60.296 de 3 de março de 1967 – embora tivesse 8 (oito) objetivos específicos, todos estes se conformavam, em geral, ao modelo econômico de substituição de importações pela região e aos imperativos geopolíticos de ocupação humana. Na tentativa de libertar a Amazônia da dependência histórica da agricultura extrativa e comércio, foi dada a mais alta prioridade, dentre os setores diretamente produtivos, à Agricultura, à Pecuária e à Indústria. (MAHAR, 1978: 27)

Segundo Mahar (1978: 26), foi dada uma alta prioridade às despesas com a infraestrutura econômica básica neste Plano Quinquenal. Esta ênfase especial indicaria que os planejadores visualizavam as necessidades imediatas da Amazônia como sendo essencialmente de caráter de engenharia. Só no setor de transporte foram empregados 80% (oitenta por cento) dos investimentos em construção ou pavimentação de estradas com o objetivo de ligar os “pólos de desenvolvimento” (Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Boa Vista, etc). Tal investimento fortaleceria ainda os objetivos geopolíticos de povoar a região e integrá-la, fisicamente, ao restante do Brasil.

Cabe-nos aqui questionarmos a que lógica e interesse específico o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” obedecia: à lógica de povoamento da Amazônia, a interesses específicos da Agência reguladora BASA e outros.

Mahar (1978: 27-28), atribui alguns itens de debilidade ao Plano como, por exemplo, a dependência quase que totalmente da cooperação financeira e administrativa de entidades fora do controle direto da SUDAM e a interrupção generalizada de comunicação entre seus planejadores (consultores extra-regionais) e as entidades incumbidas de implementá-lo (SUDAM, Ministérios Federais, Governos Estaduais e Municipais, etc).

O Plano Diretor (1968/70), que foi elaborado por uma equipe de 6 (seis) técnicos regionais, teve muito menos orientação técnica que seu predecessor imediato, e constituiu-se muito mais em uma “declaração de posição” sobre a estratégia do desenvolvimento regional

do que em um autêntico plano. O principal argumento, isto é, o nível das despesas de investimento federal na Amazônia estava se tornando inteiramente incompatível com as necessidades regionais. (MAHAR, 1978: 28)

Além do apelo por maiores recursos federais, o Plano Diretor sugeria algumas modificações nas metas e estratégias do desenvolvimento regional. Tais preposições baseavam-se na premissa de que certas políticas do passado vinham produzindo resultados contrários aos interesses da Amazônia. Nesse particular, um tema importante era o conceito de auto-suficiência regional. Alegava-se que as estratégias anteriores, concentradas em promover a agricultura extrativa (especialmente da borracha), havia tornado a região altamente vulnerável às oscilações de preço dos produtos primários no mercado internacional. Por outro lado, os programas de construção rodoviária haviam aumentado a dependência da Amazônia em relação aos interesses industriais e comerciais do Centro-Sul. De acordo com o Plano Diretor, a auto-suficiência regional seria o meio mais promissor para resolver tais problemas. (MAHAR, 1978: 29)

O conceito de auto-suficiência faz parte da ideologia tecnoburocrática que se difundiu pelo mundo e chegou ao Brasil em meados da década de 60 pelos planejadores brasileiros. Trabalharemos esta relação no terceiro capítulo desta dissertação.

Outra crítica que o Plano Diretor faz diz respeito aos aspectos espaciais do desenvolvimento regional. Os investimentos privados na indústria e agricultura continuavam a indicar uma acentuada preferência pela localização na Amazônia Oriental. Tal tendência vinha acentuando as disparidades intra-regionais existentes e, portanto, estorvando os esforços para alcançar o desenvolvimento equilibrado da região. (MAHAR, 1978: 29)

Pelo seu caráter de crítica o Plano jamais foi sancionado. Os esforços de desenvolvimento na Amazônia, ocorridos entre 1967 e 1970, ficaram, em grande parte, a cargo do setor privado, e o aumento do investimento federal direto, pleiteado no Plano Diretor, somente se materializou no início da década de 70.

Logo nos primeiros anos da década de 70 ocorreu uma intensificação das ações implementadas por parte do Governo Federal na Amazônia. Os objetivos de ocupação e integração física assumiram uma importância política primordial frente ao desenvolvimento

econômico. A esse respeito, parecia reconhecer-se, tardiamente, que a Amazônia não era uma típica região deprimida como o Nordeste, mas sim uma “fronteira de recursos”, e que as estratégias adequadas a uma região não se aplicavam, necessariamente, à outra. (MAHAR, 1978: 30)

Em 1971, o governo ditatorial do General Médici lançou o Programa de Integração Nacional – PIN<sup>13</sup> que se articulava com o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA<sup>14</sup>.

Os objetivos oficiais do programa eram facilitar a aquisição da terra, melhorar as condições do trabalhador rural e promover a agroindústria na Amazônia e no Nordeste. Dispunha de investimentos na ordem de Cr\$ 4 (quatro) bilhões, além de outros recursos fiscais para o período de 1972/74, que seriam utilizados para a compra ou a desapropriação de grandes propriedades rurais (para posterior revenda a fazendeiros que exploravam glebas pequenas e médias), aberturas de linhas de crédito rural, financiamento da agroindústria e sua infra-estrutura básica, subsídios ao uso de modernos insumos agrícolas, estabelecimento de preços mínimos das exportações agrícolas e supervisão do uso de terras de domínio público. (MAHAR, 1978: 34)

Ao anunciar formalmente o PROTERRA, Médici criticou diretamente o sistema de incentivos fiscais e sua excessiva concentração no setor industrial. Afirmou que as vantagens desse sistema haviam se confinado quase que, inteiramente, nas áreas urbanas, ignorando, assim, mais da metade da população da Amazônia e do Nordeste. Segundo MAHAR (1978: 34), o PROTERRA corrigiria o problema ao atacar as principais fontes da pobreza rural nessas regiões, ou seja, a desigual distribuição da propriedade da terra e sua ineficiente utilização.

Uma vez, porém, que esse programa seria administrado pelo Ministério da Agricultura – através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o papel da SUDENE e da SUDAM na execução da política regional foi, realmente, reduzido.

---

<sup>13</sup> O PIN foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. De acordo com essa lei, o Governo Federal reservaria Cr\$ 2 (dois) bilhões, no período de 1971/74, para financiar uma rodovia leste-oeste, que ligaria a Amazônia ao Nordeste (a Transamazônica, ou BR-230), uma rodovia norte-sul, ligando-a ao Centro –Sul (a Santarém-Cuiabá, ou BR-165) e um plano de irrigação para o Nordeste. Pelo Decreto-Lei nº 1.234, de 30 de outubro de 1972, o orçamento do PIN foi aumentado para Cr\$ 2,8 bilhões e sua vigência dilatada até leste-oeste (Perimetral-Norte) ao longo da margem norte do rio Amazonas. (MAHAR, 1978: 31)

<sup>14</sup> O PROTERRA foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.178, de 1º de junho de 1971. (MAHAR, 1978: 34)

Segundo Hall (1989: 30),

Embora o PROTERRA previsse, de fato, a redistribuição de terras devolutas, seu maior objetivo parece ter sido promover a agropecuária e criar uma nova classe de fazendeiros “modernos” de pequeno e médio porte, a fim de substituir a agricultura de subsistência. (HALL, 1989: 30)

Também em 1971, foi divulgado o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDAm (SUDAM, 1971), que reprisava algumas diretrizes do PIN no que se refere à necessidade da integração e da complementaridade das economias da Amazônia e do Nordeste, além da indicação da premência da utilização agrícola racional da Amazônia e da produção para o mercado externo como uma via de desenvolvimento.

Para facilitar a ocupação da Amazônia, o governo militar determinou que as faixas de 100 km (cem quilômetros) de cada lado de todas as rodovias federais na Amazônia brasileira passariam para a jurisdição do INCRA. (MONTEIRO, 2004: 105)

O primeiro experimento do INCRA em colonização agrícola, baseada na esperada migração interna do “excedente” da população nordestina, deu-se nos 1.200km (mil e duzentos quilômetros) iniciais (Estreito-Itaituba) da Transamazônica, em fins de 1972.

Para executar esta estratégia o INCRA criou uma rede de comunidades planejadas (“agrovilas”, “agrópoles” e “rurópoles”) ao longo da estrada. Cada comunidade seria equipada com os serviços urbanos básicos e cada colono receberia 100 (cem) hectares de terra. O INCRA selecionaria e transportaria os colonos das suas regiões de origem e garantiria sua subsistência por 8 (oito) meses. Os colonos teriam condições atrativas de crédito para compra de lotes, construção de casas residenciais, aquisição de implementos e outras necessidades básicas. (MAHAR, 1978: 37-38)

Porém, segundo Mahar (1978: 38-39), por uma série de razões, os resultados iniciais desta estratégia ficaram muito aquém da expectativa. Uma das principais explicações parece estar na premissa de que os migrantes nordestinos poderiam ser prontamente



transformados em prósperos fazendeiros numa região ecologicamente muito diferente da de sua origem; Uma outra questão a ser considerada seria o fato de a rede de comunidades ter sido pouco projetada em relação ao terreno e sua serventia para a agricultura. Além disso, a falta de assistência técnica suficiente aos colonos, as dificuldades no armazenamento e na distribuição da produção e o excessivo paternalismo dos órgãos supervisores também são fatores a serem considerados.

O PDAm para o período de 1972-1974 anunciava que as conquistas essenciais, no que se referia à Amazônia, propostas pelo Governo Federal, referiram-se a utilização de uma “estratégia que promovesse o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios” e a “integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia da ocupação econômica da Amazônia”. (SUDAM, 1971: 13)

Enquanto isso, as estradas construídas, por motivos geopolíticos e econômicos, favoreceram a movimentação de contingentes do exército de trabalhadores de reserva de outras localidades do país para a Amazônia, ocasionando uma reforma agrária espontânea na região. E é nesse ambiente econômico e político, segundo Ianni (1986: 245), que se desenvolve e generaliza-se a política de expropriação do posseiro.

A despeito da política governamental de colonização dirigida – oficial e particular –, continuou a realizar-se a reforma agrária, de fato, em muitas áreas da Amazônia. Mas o Estado não se restringiu à política de colonização, como forma de controle do posseiro, como política de contra-reforma agrária. O Estado concedeu, em escala crescente, favores e incentivos fiscais e creditícios, a grileiros, latifundiários e empresários. Tanto que os posseiros foram sendo expulsos das suas terras, em todas as partes. Muitos são subordinados a projetos de colonização oficial e particular, transformados de posseiros em colonos; com frequência, constituem-se em reserva de força de trabalho para empreendimentos de infra-estrutura (governamentais) ou negócios privados de agropecuária, extrativismo, mineração e outras atividades. Outros são expropriados de suas posses, transformando-se em força de trabalho disponível e barata para a formação e expansão de latifúndios, fazendas, empresas. (IANNI, 1986: 246)

São muitos os conflitos emudecidos pelo poder público, em favor dos grandes interesses econômicos e políticos privados, prevaletentes na região. (IANNI, 1986: 246)

Em boa parte o que está em curso na Amazônia é um processo de acumulação primitiva, compreendido como um processo estrutural. A terra devoluta, tribal e ocupada é transformada em monopólio de grandes latifúndios e empresas nacionais e estrangeiras. Expropriam-se índios, posseiros, caboclos, sitiante e outros trabalhadores rurais, que se transformam em peões, vaqueiros, agricultores, mineiros, operários ou mesmo *lumpen*<sup>15</sup>. O aparelho de Estado é posto a serviço da formação e expansão do latifúndio e empresa, por meio da sua parafernália burocrática, das isenções de impostos, dos favores creditícios, controlados ou expropriados, dos índios, posseiros, caboclos, sitiante e outros trabalhadores rurais, que vivem de suas roças e criações, pescas e caças, em terras tribais, devolutas ou ocupadas. Acentua-se e generaliza-se o divórcio, pacífico ou brutal, entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção. Assim, a “fronteira”, “frente de expansão” ou “frente pioneira” aparecem como expressões mais visíveis, idealizadas, da acumulação primitiva. Juntamente com o extrativismo, a agricultura, a pecuária e a mineração, desenvolvidas nos latifúndios e empresas, nacionais e estrangeiras, ocorre a monopolização da propriedade ou exploração da terra, a qual transformada em mercadoria e monopolizada por latifúndios e empresas, aparece separada, independente, do trabalhador rural, caboclo, sitiante, posseiro, índio. Está em curso o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, juntamente com a acumulação primitiva, como processo estrutural. (IANNI, 1986: 247-248)

Segundo Mahar (1978: 35), em termos de objetivos, o PDAm reiterava a tese do I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, ao vincular o desenvolvimento do Nordeste à ocupação da Amazônia. Neste, tal como em outros documentos oficiais, supunha-se, implicitamente, que a integração teria apenas repercussões econômicas e sociais positivas sobre a Amazônia.

Essa integração com o desenvolvimento do Nordeste, preconizada pelo PDAm, implicou, dentre outras ações federais na região, na construção da rodovia Transamazônica, bem como na implantação de núcleos de colonização ao longo do seu traçado. A metáfora de Amazônia como fronteira de povoamento foi expressa nesse período pelo *slogan* “Homens sem terra para uma terra sem homens”. (MONTEIRO, 2004: 105-106)

---

<sup>15</sup> Lumpen é uma palavra alemã que significa, ao pé da letra, trapo ou homem trapo. Foi primeiramente definido por Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã*. É também designada ao “Ser lumpen” (pessoa desprovida de qualquer tipo de princípio ético), é um estado de espírito que não se restringe a classes ou categorias sociais; por vezes um oportunista. Karl Marx classifica a palavra de pernicioso, já que a absoluta ausência de valores e o cinismo de seu comportamento poderiam contaminar a consciência revolucionária do proletariado (Cf. *A Ideologia Alemã*).

Em relação à estratégia do desenvolvimento econômico, estava implícito que a agricultura racional e a pecuária receberiam as mais altas prioridades. Em contraste com planos anteriores, o PDAm mostrava certo pessimismo quanto à industrialização regional substitutiva de importações. Depois de chamar a atenção para os graves obstáculos à industrialização (escassez de capacidade empresarial e os limitados mercados locais), recomendava o plano que o futuro desenvolvimento nesse setor fosse orientado para o processamento de produtos primários regionais demandados nos mercados internacionais. (MAHAR, 1978: 36)

Porém, segundo Mahar (1978: 35), o PDAm da SUDAM concentrava seu estudo da economia regional na programação das iniciativas federais para o período de 1972/74, sendo que as grandes decisões de política referentes à Amazônia, isto é, PIN e PROTERRA, já haviam sido tomadas a nível nacional, restando à SUDAM pouca margem para inovação.

Na segunda metade da década de 1970, os mecanismos sobre os quais se apoiava o modelo de desenvolvimento de base industrial nacionalmente integrado pelos militares, apresentaram sinais de esgotamento e de incapacidade para manter acelerado o ritmo de crescimento econômico. Neste período, mais precisamente de 1975 a 1979, foi apresentado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDAm). (SUDAM, 1976)

No II PND (SUDAM, 1976), foram delineadas ações estatais na tentativa de manter elevadas as taxas de crescimento econômico. O Governo Federal dirigiu então suas ações para dinamizar ou implantar, no Brasil, novos setores industriais produtores de bens de capital, iniciativas que pretendiam manter aquecida toda a economia nacional para o que, evidentemente, contribuiria a criação de novos espaços de investimentos. (MONTEIRO, 2004: 108)

Um exemplo disso, segundo Hall (1989: 39), é que entre 1975 e 1979, a venda de terras do INCRA para empresas e grandes fazendeiros foi efetuada em áreas originalmente destinadas aos migrantes.

A postura política de atrair o empresariado de fora para a região carregou, assim, em um volume maior de recursos oriundos do fundo público, a fim de atrair grandes capitais

para a região. Inclusive parcelas dos recursos que foram destinadas à colonização dirigida passaram, em 1974, a ser direcionadas para áreas e atividades capazes de atrair grandes capitais para a região. (MONTEIRO, 2004: 108)

Desta forma, no governo do general Geisel, as iniciativas de colonização dirigida foram abandonadas, ficando mais evidente que as políticas de intervenção do governo federal estavam, inquestionavelmente, articuladas com a necessidade do fortalecimento e com a implantação, em termos regionais, de projetos mobilizadores de grandes quantidades de capitais. Em outras palavras, a força social capaz de dinamizar a economia regional era atribuída então a grande empresa. Anunciava-se, na época, que “o quarto governo da Revolução convoca o empresário para essa nova cruzada – ocupar economicamente a Amazônia e corrigir as deficiências da colonização dirigida”. (BITTENCOURT, 1974: 34)

Neste contexto, o Governo Federal criou, em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia<sup>16</sup>, cuja política era inspirada por uma noção teórica que preconizava que o melhor caminho para se desenvolver regiões “atrasadas” seria através de um desenvolvimento que deveria se processar de forma polarizada. (HIRSCHMAN, 1961)

Segundo Mahar (1978: 44),

Pelas referências específicas à Amazônia no II PND tem-se a impressão de que as autoridades decidiram afinal que essa região é realmente “fronteira de recursos” (portanto, um grande bem nacional) e não uma típica região deprimida (e, portanto, um ônus nacional). (MAHAR, 1978: 44)

Apesar dessa “nova visão”, o II PND, segundo MAHAR (1978:44), continuou a enfatizar a filosofia de “integração nacional” do I PND; recorda e recomenda as

---

<sup>16</sup> O POLAMAZÔNIA foi criado pelo Decreto nº 74.067, de 29 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação de 15 (quinze) “pólos de crescimento”, selecionados com base em suas vantagens comparativas, observadas em diversos setores produtivos. Reflete o sentimento de considerar a Amazônia como uma “fronteira de recursos”. Em suma, é um programa de desenvolvimento de infra-estrutura destinado a criar um “clima de investimento” mais favorável para a iniciativa privada. Concentra-se, principalmente, em áreas outras que não as principais aglomerações urbanas. Sua expressiva contribuição foi o desenvolvimento da infra-estrutura básica em torno das vultosas reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás (Pará), estimada em 18 (dezoito) bilhões de toneladas, cuja produção efetiva seria um empreendimento conjunto da Companhia Vale do Rio Doce e um consórcio estrangeiro. (MAHAR, 1978: 44).

complementaridades sócio-econômicas e a expansão dos fluxos de fatores e mercadorias entre as regiões Nordeste, a Amazônia e Centro-Oeste; em contraste com a filosofia de seus predecessores, sugere que a ênfase principal da colonização agrícola deve *recair* dentro do Nordeste, e só limitadamente dentro da Amazônia e Centro-Oeste. O papel do Centro-Sul continua a refletir o modelo centro-periferia implícito no I PND, ou seja, os artigos manufaturados, o capital e a tecnologia das regiões mais desenvolvidas devem ser trocados pelas matérias-primas das menos desenvolvidas.

O II PDAm contempla principalmente a futura contribuição da Amazônia para a balança comercial do Brasil. Traça com bastante nitidez o papel da região como uma “fronteira de recursos” – utiliza a expressão “fronteira tropical”. Nos planos regionais anteriores, equivocadamente confundiam a Amazônia com uma região deprimida como o Nordeste – agora mencionada como “região em desenvolvimento”. (MAHAR, 1978: 45)

Para Mahar (1978: 45), o II PDAm adota como norma de estratégia de fronteira um modelo “desequilibrado e corrigido”. É “desequilibrado” por concentrar-se, por exemplo, em mineração, pecuária, madeira, agricultura racional, turismo, que têm alto potencial de gerar divisas estrangeiras através da exportação ou de conservá-las através da substituição de importações. E é “corrigido” no sentido em que sugere a criação de mecanismos (novos investimentos e transferências federais, processamento local de matérias-primas e obrigatoriedade de reinvestimento dos lucros empresariais) que garantiriam níveis equitativos de retenção da renda na Amazônia.

Segundo MAHAR (1978: 45), baseado nas especificações do II PDAm, a impressão que dá é que os formuladores da política regional estão cientes dos graves problemas de reforma agrária e colonização, da política de industrialização e de proteção ambiental que restam na região. As principais metas são melhorar o funcionamento das colônias existentes e regulamentar a distribuição de títulos de propriedade nas zonas de migração espontânea; o desenvolvimento industrial ainda continua a ser uma importante preocupação das autoridades, embora o desejo agora seja baseá-lo mais no processamento de matérias-primas regionais do que no modelo de substituição de importações na própria região.

Além disso, no plano da Ciência & Tecnologia, surgiu a preocupação com o ambiente natural da Amazônia, o qual evidencia-se no estímulo que o plano da à

administração científica das florestas e na sugestão de que os futuros projetos pecuários se localizem em regiões de cerrado, cerradão e mata fina, em vez de áreas de floresta densa. (MAHAR, 1978: 45)

Para Ianni (1986: 242), a ditadura instalada no Brasil tem uma base bastante sólida na agricultura. Segundo o autor, as transformações pelas quais passou a Amazônia, nos anos seguintes ao Golpe de Estado de 1964, mostram não só como a ditadura foi levada a atuar no âmbito do mundo agrário, como também a forma pela qual se articulam e determinam-se a ditadura e a agricultura.

Ainda segundo Ianni (1986: 242), o bloco de poder instalado no Estado brasileiro, nesse período, englobava as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores da classe média, clero, burocracia pública e privada, militares e policiais. Mas a burguesia agrária, composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representava um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do golpe de Estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenharam um papel decisivo.

Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a idéia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart, nos anos 1961-64. Combatia as medidas destinadas a encaminhar a reforma agrária, a sindicalização de camponeses e operários rurais, a liga camponesa, a politização dos trabalhadores do campo e toda e qualquer iniciativa que viesse defender as reivindicações de camponeses e operários rurais. (IANNI, 1986: 243)

A partir desta afirmação de Ianni, ousamos sugerir que o PACRA pode ter sido um fator de aceleração para o Golpe Militar de 64, visto que o mesmo ia de encontro aos planos e projetos dessa burguesia agrária, que já visava grandes negócios nas terras amazônicas.

Com a instalação da ditadura, segundo Ianni (1986: 243), essa burguesia procurou obter vantagens do governo. O crédito rural, sob todas as formas e, em geral, a juros

negativos, cresceu muito. Criaram-se incentivos e favores fiscais e creditícios, para iniciar ou expandir empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativos e agroindustriais. Acelerou-se o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento intensivo do capitalismo na agroindústria canavieira de São Paulo e Pernambuco, “a ditadura abriu a “fronteira” amazônica para grileiros, latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros”. (IANNI, 1986: 243)

Em suma, segundo Ianni (1986: 243), na Amazônia, o aparelho estatal da ditadura foi colocado a serviço da formação e da expansão de grandes negócios de terras, em prejuízo das comunidades indígenas, caboclos amazonenses, posseiros antigos ou recém-chegados. Toda terra devoluta, tribal ou ocupada é transformada em domínio de grileiros, latifundiários e empresários. A terra é monopolizada, transformada em mercadoria, “reserva de valor”, latifúndio, fazenda, empresa. Está em curso a acumulação primitiva, como processo estrutural.

Ao mesmo tempo em que a Amazônia é reintegrada no subsistema econômico brasileiro, os interesses prevaletentes e em expansão na Amazônia beneficiam-se da ditadura e servem à continuidade da mesma. A política econômica governamental, de economia “aberta” – ou melhor, dependente -, transforma a região amazônica num espaço de negócio para o capital monopolista nacional e estrangeiro. Também a Amazônia passa a exportar e importar cada vez em maior escala, inserindo-se ainda mais na lógica da acumulação monopolista que passou a prevalecer na economia política da ditadura. (IANNI, 1986: 243-244)

### **1.3 As Primeiras Experiências Cooperativas: no Mundo e no Brasil**

As primeiras experiências cooperativas, denominadas por Pinho (1966) de pré-cooperativas<sup>17</sup>, surgem no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa, como iniciativas contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores. As mais antigas cooperativas de que se tem notícia são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de

---

<sup>17</sup> Segundo Pinho (1966: 33-34), “é no capitalismo ‘atomizado’ que encontramos as sociedades que podemos chamar de ‘pré-capitalista’ por serem anteriores à estruturação propriamente dita das cooperativas. São de tipo comunitário ou não, organizadas por grupos confessionais ou por idealistas leigos”. Exemplo, os Shakers, que são comunidades confessionais agrícolas da América do Norte e colônias icarianas (Cabet), falanstérios (Fourier) e Nova Harmonia (Owen), que são comunidades seculares. Assim, estas comunidades pré-cooperativas apresentam-se ainda de maneira vaga e imprecisa, embora tenham alguns princípios que mais tarde seriam adotados pelos Probos. Sua importância reside no fato de terem lançado a semente do cooperativismo.

consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795). Depois desse período houve uma grande proliferação de cooperativas de consumo na Inglaterra. Entretanto, antes de 1844, todas as tentativas de se implementar cooperativas de consumo foram fracassadas, sobretudo em Brighton (1827), na Inglaterra, e em Guebwiller (1828) e Lyon (1835), na França<sup>18</sup>.

Segundo Pinho (1966) existiram algumas experiências que obtiveram êxito, quais sejam, a cooperativa de consumo de Rochdale e as cooperativas de crédito de Schlese-Delitzsch (cooperativa que leva o nome de seu criador e da cidade de Delitzsch, na Alemanha, onde surgiu por volta de 1849 para auxiliar a classe média urbana) e Raiffeisen (cooperativa que foi fundada por Raiffeisen, entre 1847-48, para atender às necessidades dos agricultores), que inspiraram outras cooperativas como as de Luzzatti, Haas e Wollemborg.

Apesar de haver defensores favoráveis ao vínculo da história do cooperativismo com as reduções jesuíticas brasileiras, já em 1610, no Rio Grande do Sul, foi na Inglaterra, dois séculos mais tarde, a criação da primeira cooperativa formalmente constituída e reconhecida como tal, (PORT, 2008: 7)

Segundo Thenório Filho (2002: 53), a primeira cooperativa foi criada na localidade de Rochdale na Inglaterra sob o nome de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. “Esta sociedade somente tomaria o nome de Cooperativa de Rochdale após a promulgação da Lei de 1852”.

A crise gerando a miséria e em decorrência, a necessidade de preservação da própria subsistência, [...] exigia um posicionamento mais firme, definido e organizado, por parte da sociedade, a fim de que através de um estudo mais profundo, se chegasse a uma conclusão adequada para o difícil momento em que viviam os habitantes de Rochdale, pequena cidade da Inglaterra, Distrito de Lancashire, nas proximidades de Manchester. (Thenório Filho, 2002: 52)

Depois de muitas tentativas, a experiência que mais teve êxito foi a cooperativa de consumo do “Pobros Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, na

---

<sup>18</sup> Cf. Vieira (2005: 31), Pinho (1966: 38-39) e Pinho (1982: 30-31).



cidade de Rochdale<sup>19</sup>. Esta cooperativa foi fruto da iniciativa de 28 (vinte e oito) operários do setor têxtil, sendo 27 (vinte e sete) homens e 1 (uma) mulher, que buscando melhorar tanto suas vidas como também as condições de serviços, mediante o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, reuniram-se em assembléia, em novembro de 1843 e comprometeram-se a seguir os seguintes princípios: formação de um capital social para a emancipação dos trabalhadores, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos; construção de casas para os cooperados; criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora, de modo direto e a preços módicos, assegurando, concomitantemente, trabalho aos desempregados ou mal-remunerados; educação e campanha contra o alcoolismo; cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidades piloto de produção e distribuição, que seriam multiplicados através da propaganda e do exemplo, visando à fundação de novas cooperativas.

Assim, em 24 de outubro de 1844 foi fundada a “Rochdale Society Equitable Pioneers Limited”, que em 21 de dezembro do mesmo ano começou a funcionar como armazém cooperativo. Iniciou com um capital de 28 (vinte e oito) libras, o suficiente apenas para comprar uma pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo, aveia e vela, porém a sociedade cresceu rapidamente. Em 1845, já possuía 80 (oitenta) associados, enquanto o capital atingia a marca de 180 (cento e oitenta) libras. Em 1851, passou a ter 630 (seiscentos e trinta) associados e, em 1857, atingiu a marca de 1850 (um mil, oitocentos e cinquenta) associados. Após 10 (dez) anos de existência, atingiu um número impressionante de 5.300 (cinco mil e trezentos) associados<sup>20</sup> ao passo que no ano de 1881 já existiam cerca de 1000 (mil) cooperativas desse tipo.

Pode-se dizer que, dentre os fatores que motivaram o surgimento das cooperativas, inclui-se a necessidade de fortalecimento econômico individual, inspirado em sentimentos de fraternidade, de igualdade e de justiça social. Tal modelo de produção guia-se pela união de pessoas, que, através de mútuos esforços, conseguem atingir objetivos que sozinhas não conseguiriam. A busca por melhores condições econômicas por parte de uma determinada classe social serve de estímulo para que estes juntem suas forças.

---

<sup>19</sup> Pequena cidade têxtil localizada no distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra, onde ocorreram sérios problemas sociais decorrentes da industrialização.

<sup>20</sup> Cf. Vieira (2005: 32), Pinho (1966: 40-42) e Pinho (1982: 32).

Segundo Panzutti (2001)<sup>21</sup>, os Probos Pioneiros são, assim, considerados os inventores da moderna distribuição cooperativa dos bens de consumo. Segundo Silva Filho (2001)<sup>22</sup>, o sucesso de “Rochdale” inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) e os princípios (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre as cooperativas, preocupação com a comunidade) elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, com algumas pequenas mudanças, adotados pelo movimento cooperativista<sup>23</sup>.

Já segundo Pinho (1982: 33-35), o sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em um símbolo. As normas elaboradas pelos 28 (vinte e oito) tecelões são, como já foi dito, em parte, seguidas, atualmente, pelas cooperativas do mundo inteiro. O conteúdo doutrinário das proposições dos Pioneiros de Rochdale foi propagado, na época, e ecoou após sua morte até os dias de hoje pelo principal representante da Escola de Nimes<sup>24</sup>, o economista Charles Gide (1847-1932). Gide sistematizou idéias cooperativistas esparsas, tornando-se muito conhecido graças à clareza e elegância de seu estilo e também à influência que a França exercia como centro de difusão cultural e política. Assim, é com Gide que o pensamento Rochdaleano encontra realmente seu principal sistematizador. Para se chegar à “República Cooperativa” dever-se-ia, segundo ele, inicialmente, implantar as cooperativas de consumo, depois as de produção industrial e, finalmente, as de produção agrícola. Este programa, com base nos consumidores, transformaria a sociedade, eliminaria os conflitos e as injustiças sociais, em uma solução pacífica, isto é, sem expropriação. Num segundo momento, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)<sup>25</sup> incorporou a concepção sistematizada por Gide e passou a difundi-la pelo mundo.

---

<sup>21</sup> Cf. Vieira (2005).

<sup>22</sup> Cf. Silva Filho (2001) *apud* Vieira (2005).

<sup>23</sup> Em 1844, ocasião da constituição da Rochdale, foram estabelecidos os valores e princípios orientadores do cooperativismo. De lá para cá estes foram sendo ajustados às mudanças históricas e à diversidade cultural do mundo. Assim, os princípios sofreram ajustes em Paris (1937), em Viena (1966) e no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester (1995). Mas os valores e princípios básicos do cooperativismo foram ratificados, principalmente no último congresso no Brasil (2000). Cf. Tesch (2000), Pinho (1966) e Pinho (2001).

<sup>24</sup> Segundo Pinho (1982: 33), a Escola de Nimes surgiu casualmente por volta de 1886, em Nimes, pequena cidade ao sul da França, onde algumas pessoas se reuniam com Charles Gide, jovem professor de economia política, para discutir problemas econômicos. Dentre os participantes destacam-se Boyve, que conhecia o movimento cooperativista Inglês, e Fabre, que era proprietário de uma pequena fábrica de fiação e conhecia as obras de Fourier. O nome – Escola de Nimes – foi atribuído, pejorativamente, em 1888 por Brelay, economista da Escola Liberal.

<sup>25</sup> Entidade internacional de representação das cooperativas fundada em 1895, de viés Gideano. Defende a hegemonia do consumidor. Isto significa que defende uma linha mais reformista do movimento, ao contrário da linha defendida pelo modelo cooperativista de produção. (Pinho, 1982: 36-60)

No complexo conjunto das mais variadas oposições às conseqüências do liberalismo econômico, as idéias cooperativistas começaram a ser elaboradas sob a *influência do pensamento econômico e social* dos chamados socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX.

Nesta época, generalizava-se o grande entusiasmo pela importância da razão e da liberdade, confiando-se na possibilidade de atuação da vontade humana sobre a evolução econômica, de modo a corrigi-la ou reformá-la. A "razão pensante" era considerada a única medida a ser aplicada a todas as coisas, e também a única em condições de descobrir as falhas da organização econômica e os remédios para corrigi-las. Ao mesmo tempo, o ambiente intelectual dos socialistas utópicos estava impregnado pelo ideal de justiça e de fraternidade. A esperança na volta à Natureza, por sua vez, deixava evidente a oposição de diversos autores às conseqüências sociais da Revolução Industrial.

Esse socialismo utópico, romântico ou “sonhador”, refletia, também, algumas outras correntes do pensamento da época, como o romantismo, a democracia e o naturalismo.

É neste contexto que nasce as cooperativas como produto da miséria e da utopia, entendidas como busca da própria massa trabalhadora no sentido de superar seus problemas por seus próprios meios e riscos, isto é, pela união de suas forças, de seus próprios recursos e de sua vontade de vencer.

Essa origem do cooperativismo marca a vertente doutrinária, de base rochdaleana, que é a mais antiga e a mais difundida no mundo. Mais tarde, a vertente teórica, será desenvolvida de modo esparso, geralmente por autores do meio acadêmico. A mais conhecida, é a chamada Escola de Münster, desenvolvida na Universidade de Münster (Alemanha), que trata a cooperativa como uma empresa modernamente administrada.

### **1.3.1 O Cooperativismo no Brasil**

Antes do descobrimento do Brasil, já viviam aqui as populações indígenas que tinham um modelo de sociedade solidária, preocupando-se com o seu bem-estar, de suas

famílias e da comunidade, cujas preocupações eram mais importantes do que os interesses econômicos da produção.

Por volta de 1841, o movimento cooperativista começa a ser conhecido devido à vinda do imigrante Francês Benoit Julis de Mure. Benoit tentou fundar a colônia de produção e consumo na localidade de Palmital, no Município de São Francisco do Sul, hoje Garuva. Porém, o cooperativismo surgiu, oficialmente, em 1847, no Brasil, por intermédio do médico Francês Jean Maurice Faivre. Este fundou a colônia Santa Tereza Cristina, no Sertão do Paraná, que durou por pouco tempo, mas foi muito importante para o florescimento do ideal cooperativista no Brasil. (Etgeto, 2005: 12)

A colônia não era uma cooperativa, mas, sim, uma organização comunitária que funcionava de acordo com os ideais cooperativistas. Outros exemplos de organizações semelhantes foram as sociedades de Socorro Mútuo que surgiram a partir de 1850. Também não eram cooperativas, mas deram um grande impulso ao movimento. Boa parte dos seus estatutos tinha como objetivo a formação de cooperativas. (Etgeto, 2005: 12)

Com a vinda dos imigrantes alemães e italianos, usando a experiência de seus países, estes começaram a formar organizações comunitárias em todo o território nacional, principalmente no sul, devido aos problemas de consumo, crédito e produção. (Etgeto, 2005: 12)

Em 1889, surge a comunidade do Rio dos Cedros, no Estado de Santa Catarina e, no mesmo ano, a de Ouro Preto, em Minas Gerais. Dois anos depois, isto é, em 1891, foi fundada a primeira cooperativa do Brasil, na cidade de Limeira, no Estado de São Paulo e, em 1895, no Estado de Pernambuco, nascia a cooperativa de consumo de Caramagibe. No ano de 1902, colonos de origem alemã, incentivados pelo Jesuíta Theodor Ambstadt, fundaram uma cooperativa de crédito rural, em Vila Império, atualmente Nova Petrópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, a qual é a mais antiga cooperativa em atividade no País. Anos depois, em 1908, imigrantes italianos radicados em Urussanga, no Estado de Santa Catarina, fundaram a Cooperativa Agrícola de Rio Maior – COOPERPRIMA. (Etgeto, 2005: 12)

O Brasil viveu momentos de incentivo ao cooperativismo desde a década de 50/60, com o estímulo à associação de produtores rurais através da concessão de crédito rural

de baixo custo, e até mesmo subsidiado, fazendo com que essas organizações tivessem um incremento nas suas atividades. Ao final da década de 70, com a crise do petróleo e o ajuste de conta do governo, o país entra num período recessivo, o Estado se afasta comprometendo a continuidade de boa parte das cooperativas do país, forçando as cooperativas que restaram a se adequarem à realidade competitiva do mercado. (SEBRAE & SESCOOP, 2004)

No Brasil, tanto o Código Comercial, de 1850, quanto o Código Civil, de 1916, nada dispunham a respeito das sociedades cooperativas no Brasil. Segundo Bulgarelli (2000: 64), a legislação cooperativa brasileira pode, ser dividida em 5 períodos.

O primeiro período foi marcado pelo Decreto nº 1637, instituidor da Lei Orgânica de 1907, que colocou o cooperativismo no rol das sociedades comerciais. Entretanto, esta Lei não atribuía uma forma própria às cooperativas. Alguns anos depois, já em 1925, é promulgada a Lei nº 4984 sobre Caixas Rurais Raiffensen, que veio a ser o primeiro modelo de cooperativa de crédito introduzido com sucesso no Brasil. Logo em seguida, no ano de 1926, é promulgado o Decreto nº 17.339, que regulou os Bancos Populares Luzzatti, modelo italiano introduzido por De Paterno, no Rio Grande do Sul. Tais leis marcaram o período de implantação do cooperativismo no Brasil.

O segundo período se deu pelo Decreto nº 22.239, que fez o cooperativismo entrar em uma fase de consolidação parcial, dando à cooperativa o *status* de forma jurídica “*sui generis*”. Tal decreto não caracterizou as cooperativas nem como sociedades civis, nem como sociedades comerciais. Paralelamente a isso, pode-se citar a Lei nº 4.595, de 1964, que regulava a Reforma Bancária, bem como a Lei nº 5982, de 1966, que tratava da Reforma Tributária, as quais tiveram grande influência na evolução do cooperativismo brasileiro.

O terceiro período do cooperativismo, situado na década de 60, ficou marcado pelo centralismo estatal, que afetou as cooperativas. Medidas tomadas pelo Estado, tais como o cancelamento de incentivos tributários de que gozavam as cooperativas, restringiram as possibilidades de desenvolvimento deste tipo de associação. Vale ressaltar que o PACRA, nosso objeto de estudo, foi implantado neste período.

No quarto período, a aprovação da Lei nº 5764/71, inaugura um período de renovação do cooperativismo. A referida Lei define a Política Nacional do Cooperativismo,

que nada mais é do que a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público (Artigo 1º), o regime jurídico das sociedades cooperativas e outras providências. Entretanto, apesar das mudanças operadas, não foram contempladas todas as reivindicações dos cooperativistas. Alguns dos objetivos destes que não foram atendidos, por exemplo, compreende o da liberdade de constituição e o funcionamento imediato das sociedades cooperativas, que eliminaria a exigência de autorização prévia de funcionamento.

Por fim, o quinto e último período assinalado pela doutrina de Bulgarelli (2000: 75), caracteriza-se pela liberalização, iniciada com a promulgação da Constituição de 1988. A referida Carta dispõe em seu Artigo 174, §2º, que a Lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. Com a reforma do Código Civil em 2002, este passou a tratar de alguns aspectos básicos da sociedade cooperativa, enquadrando-a como um tipo de sociedade simples. As cooperativas são disciplinadas nos Artigos 982 e 983 do referido diploma, bem como nos Artigos 1093 a 1096 e no Capítulo VII.

### **1.3.2 O Cooperativismo na Região Norte do Brasil**

A região Norte do Brasil caracteriza-se por uma vasta extensão territorial, ocupando cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) do território nacional e coberto na sua totalidade por uma densa floresta tropical. Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a ocupação territorial e a atividade econômica dessa região foram condicionadas ao extrativismo.

Neste contexto, no início do século XX, o movimento cooperativo vai se expandir através das cooperativas extrativistas, sobretudo voltadas para a exploração da borracha. No entanto, apesar dessas cooperativas explorarem um produto de boa aceitação no mercado internacional, elas vão se deparar com uma série de empecilhos para o seu desenvolvimento. As grandes distâncias, a dificuldade de deslocamento, a insuficiência dos meios de transporte e a escassez de mercados consumidores, provocada pelo pouco povoamento da região e pela falta de uma política governamental para o setor constituem alguns destes entraves.

Conforme estudo sobre o cooperativismo da Unicoorp (2003: 8), somente a partir da década de 70, com a política governamental de integração e povoamento da Amazônia, é que começa a surgir uma infra-estrutura na região Norte. Tal fato provocou o surgimento de novas atividades econômicas, possibilitando, concomitantemente, o surgimento de novas cooperativas agrícolas de mineração e de trabalho.

Ainda segundo a Unicoorp (2003:8), neste mesmo período, podemos destacar, ainda, a política de apoio das organizações não-governamentais aos povos indígenas do norte brasileiro, no sentido da organização em cooperativas. Com efeito, surge, neste período, a cooperativa de borracha dos índios seringueiros Kaxinauá – a população indígena mais numerosa do Estado – fundada em 1983, como uma iniciativa da Comissão Pró-Índio do Acre juntamente com outras organizações. Em 1989, os índios Ashaninka também foram estimulados a formar uma cooperativa, desta vez voltada para a comercialização de mudas de plantas, óleo de murumuru e copaíba, além de artesanato e instrumentos musicais, para serem comercializados no mercado brasileiro e no exterior.

Assim, segundo Silva Filho (2001)<sup>26</sup>, o desenvolvimento do cooperativismo e o surgimento de cooperativas pelo mundo devem-se ao êxito da cooperativa de “Rochdale”<sup>27</sup>. Esta exitosa experiência como modelo, tendeu a gerar um movimento cooperativo reformista e não-revolucionário, definindo-se como uma alternativa dentro do sistema e não mais como uma alternativa ao sistema. Conseqüentemente, levou à separação do movimento cooperativo do movimento sindical, à constituição de um movimento interclassista e à constituição de cooperativas especializadas. Deste modo, o atual espírito cooperativista foi influenciado pelos princípios de “Rochdale”, que podem ser sintetizados em duas Leis: a Lei da Extensibilidade Indefinida, que permite adesão voluntária de qualquer pessoa que queira se integrar e a Lei da Adaptação ao Progresso Econômico, que permite a incorporação de atividades que estejam na vanguarda do desenvolvimento econômico.

Ademais, segundo Pinho (1982: 65), o movimento tendeu ao desvirtuamento em decorrência dos problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixou de ser

---

<sup>26</sup> Cf. Silva Filho (2001) *apud* Vieira (2005).

<sup>27</sup> Conforme Pinho (1966: 30), existe uma variabilidade de tipos de cooperativa, podendo ser classificadas em: cooperativas de primeiro grau (são as cooperativas simples como as cooperativas de produção ou trabalho, consumo, agrícola, crédito, saúde, educação, habitação, infra-estrutura, transporte, turismo, mistas e etc.); cooperativas de segundo grau (são as cooperativas que congregam outras cooperativas em âmbito estadual ou metropolitano, como centrais; federações e uniões); e as cooperativas de terceiro grau (são as confederações que congregam cooperativas em âmbito nacional de segundo grau).

uma simples associação mutualista para se transformar em uma complexa organização social. Em outras palavras, a cooperativa incorpora todos os problemas da empresa capitalista moderna<sup>28</sup>, e, embora se inspire no ideal de democracia direta, acaba em uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada. Assim, do ponto de vista socioeconômico, a cooperativa se modernizou desvirtuando-se dos seus princípios básicos.

Como associado-empresário-usuário racional, o cooperado renuncia a uma parte de sua autonomia e de seu poder para se unir cooperativamente a outros empresários, submetendo-se aos princípios da igualdade e da gestão democrática, bem como à formação de um patrimônio ou acervo de utilidade coletiva, mas impartilhável entre os associados. Aceita limitações, à sua decisão pessoal, impostas pelas assembleias gerais de cooperados, em troca de determinadas vantagens, tais como: redução de custos, economia de escala, ampliação do mercado, defesa de sua produção ou de sua atividade profissional, realização solidária de empreendimentos que transcendem o âmbito de sua capacidade técnica e financeira e aumento de serviços econômicos e sociais, à sua disposição. Em todas essas situações, entretanto, o cooperado não está com a reforma moral do homem, a correção de distorções ou a mudança do sistema em que vive. Está apenas interessado em realizar sua atividade econômica com mais eficácia e, é neste sentido que busca a ação cooperativa. Esse enfoque da cooperativa como técnica organizatória eficaz na promoção do desenvolvimento sócio-econômico passa a se tornar significativo, sobretudo nos últimos anos. Então, paralelamente ao cooperativismo de inspiração rochdalena, desenvolve-se um “cooperativismo sem Rochdale” na acepção doutrinária, que utiliza a cooperativa como técnica empresarial. (Pinho, 1982: 66)

Podemos então concluir que o espírito cooperativista se distanciou bastante de suas raízes, dando margem, assim, para que surgissem inúmeras confusões, seja acerca do que realmente é, seja acerca do que pode realizar. As consequências são as já apontadas anteriormente, ou seja, a transformação de cooperativas em cooperativas de fachada, por apresentarem comportamento de empresas privadas.

Nossa intenção, neste capítulo, foi realizar uma garimpagem na história do planejamento econômico na Amazônia, em busca de indícios de experiências do movimento cooperativista, incluindo o PACRA e sua caracterização como mais uma tentativa de planejamento do Governo Federal que não deu certo para a Amazônia.

---

<sup>28</sup> Segundo Vieira (2005), no século XIX houve o crescimento das cooperativas especializadas; das cooperativas de consumo, de origem Rochdale; das cooperativas de trabalho, de origem francesa; das cooperativas de crédito, de origem alemã; das cooperativas agrícolas, de origem alemã e dinamarquesa e das cooperativas de serviços, como as de moradia e de saúde, que surgiram em diferentes países da Europa.



Ressaltamos que, durante a realização desta pesquisa, tendo em vista a concretização deste trabalho, não encontramos em nenhuma publicação pesquisada sobre a história do cooperativismo no Brasil e no mundo, referências da implantação e/ou execução do PACRA na Região Amazônica.

Portanto, a idéia da Amazônia, tomada como experiência agrícola no contexto deste capitalismo autoritário e, mesmo ante a todos os planos e projetos, descritos por nós neste primeiro capítulo, os quais fizeram parte do longo processo de abertura de fronteira e de colonização espontânea e dirigida, na verdade, não se conseguiu alcançar um modelo agrícola compatível, inclusive em relação ao modelo brasileiro. Assim sendo, sob este ponto de vista, a Amazônia continua sendo uma região problemática, apresentando uma estagnação agrícola e agrária, apesar de toda essa dinâmica de ocupação, conforme o que Ianni tão bem caracterizou sobre a introdução da propriedade privada na Amazônia.

## CAPÍTULO II – A UTILIZAÇÃO DO ARQUIVO: METODOLOGIA WEBERIANA E O TRABALHO DE CAMPO

*...é somente quando se apoia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que ela deseja registrar. (BOURDIEU, 2003: 706)*

Esta dissertação consiste em uma análise crítica de um acervo particular composto de fontes documentais e arquivistas, pertencentes à família de um bancário já falecido que fez parte da primeira – e única<sup>29</sup> – turma formadora de Agentes de Crédito Cooperativo (ACC), na década de 1960, pelo Banco de Crédito da Amazônia S/A (BCA), com a finalidade de assessorar a formação de cooperativas agrícolas na região correspondente à Amazônia Legal<sup>30</sup>. Para melhor compreender a relevância de arquivos desta ordem, realizaremos, a seguir, uma análise conceitual de sua função, verificando sua eficácia e limitações nos trabalhos de reconstituições históricas.

---

<sup>29</sup> Em entrevista, a viúva do referido bancário relatou que houve somente esta turma de Agentes de Crédito Cooperativo (ACC), formada para este Programa. Não encontramos outro registro disponível no BASA a respeito.

<sup>30</sup> O conceito de Amazônia Legal corresponde à área de jurisdição da SPVEA, delimitada em Lei de 1953, que abrangia toda a “Amazônia Clássica”, acrescida de partes dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Ver MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: 1978. IPEA/INPES. Relatório de Pesquisa, p. 16.

## 2.1 O Método Histórico e o Método Comparativo

Ao final da II Guerra Mundial, quando a noção de Amazônia Legal começou a ser estabelecida, grandes transformações marcaram o debate historiográfico e poucos pesquisadores preservaram a crença na capacidade da história de produzir um conhecimento inteiramente objetivo e recuperar a totalidade do passado. Assim, a objetividade das fontes escritas, com que o historiador trabalha, foi definitivamente posta em questão. Do mesmo modo, foi questionada também a função do depoimento de caráter testemunhal, bem como dos arquivos pessoais.

Vale lembrar que a historiografia da antiguidade clássica recorria aos testemunhos diretos para a construção de seus relatos. Entretanto, esta fonte de informação foi desqualificada pelos classificadores “objetivistas” do século XIX. No século XX, entretanto, tal fonte foi restaurada por historiadores que defendiam a validade do estudo do *tempo presente* e das declarações memorialistas.

Ainda no século XIX, a história recente, então chamada de “contemporânea”, era tida como um objeto problemático. O ponto de partida para entendermos este processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição da história, a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Tal definição fundamentava-se na ruptura entre o passado e o presente, atribuindo à história somente a interpretação do passado.

Além disso, com o surgimento, também no século XIX, do método crítico e do historiador profissional, a questão do “arquivo” não mais deixou de ocupar um lugar central nos debates científicos. Foi neste contexto, de afirmação dos historiadores profissionais, que se estabeleceu uma condição indispensável para se fazer uma história considerada científica: a visão retrospectiva.

A afirmação da história como uma disciplina, que além de possuir um método de estudo de textos com técnicas próprias, tinha, também, uma prática regular de decifração de documentos, implicou na concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica entre o observador e o fato estudado.

Acreditava-se que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele poderia interpretar os traços materiais do passado. Seu trabalho não poderia começar, verdadeiramente, senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Todavia, desde que um evento era produzido ele pertencia à história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados.<sup>31</sup>

Na definição de Seignobos *apud* Ferreira (2002: 316), a história tinha como objetivo descrever “por meio de documentos” as sociedades passadas e suas metamorfoses. O documento e sua crítica eram, assim, essenciais para distinguir a história científica da história literária – praticada pela geração precedente – ou melhor, os ensaístas.

Ainda segundo Seignobos *apud* Ferreira (2002: 316), a prática científica da história deveria ficar restrita ao ensino superior e aos períodos recuados. Na sua concepção, para escrever a história contemporânea, as regras da *méthode historique* seriam impraticáveis.<sup>32</sup> A separação entre passado e presente, colocada desta forma radical, bem como as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados, garantiram, praticamente, o monopólio do saber histórico aos especialistas.

O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. Esse campo dos estudos históricos acabou se transformando em monopólio dos historiadores amadores. A explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo, na verdade, concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política. (FERREIRA, 2002: 136)

Tal maneira de pensar a história, em geral, e o contemporâneo, em particular, foi alvo de intensos debates na virada do século entre historiadores e sociólogos.<sup>33</sup> Os sociólogos ligados a Durkheim, fizeram pesadas críticas a Seignobos e ao método de pesquisa por ele

<sup>31</sup> NOIRIEL, Gérard. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998, *apud* FERREIRA, 2002: 315-316.

<sup>32</sup> PROST, Antoine. *Douze leçons sur histoire*. Paris: s. ed., 1994, *apud* FERREIRA 2002: 316.

<sup>33</sup> REBERIOUX, Madeleine. Preface in Langlois C. et Seignobos, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Éditions Kimé, 1992, *apud* FERREIRA 2002: 317.

concebido para garantir a objetividade. Para eles, o recuo no tempo não garantia a objetividade da história, pois todo historiador é defensor de sua época.

Mas o debate entre historiadores e sociólogos vai além da questão da objetividade. Em termos epistemológicos, a análise das relações entre as duas disciplinas torna-se particularmente complexa se considerarmos que tanto a História como a Sociologia oscilaram, ao longo do século passado, entre as perspectivas que privilegiam as análises da estrutura, da ação, do evento, dos macro e microprocessos, das dimensões políticas, econômicas e culturais. (CUNHA, 2007: 15)

De fato, segundo Cunha (2007: 15), se a comparação constitui um método privilegiado na análise sociológica, como poderiam seus precursores formular teorias sem recorrer às descrições e interpretações dos historiadores sobre distintas sociedades em distintos períodos da história? Ou ainda como poderia Marx formular sua teoria dos modos de produção sem recorrer à historiografia disponível sobre as relações econômicas, políticas e sociais no passado da humanidade? Por outro lado, como poderiam os historiadores voltar as costas para as dimensões estruturais, ignorando, por exemplo, a força explicativa da teoria marxista dos modos de produção na análise dos processos históricos de longa duração? Mesmo os historiadores pouco afeitos à teoria marxista viram-se obrigados a se referir às grandes etapas da humanidade pela prevalência de um determinado modo de produção. Tal “modelo sociológico” de periodização tornou-se inevitável.

Cunha (2007: 16) questiona ainda, como ignorar os modelos histórico-sociológicos de Weber, quando se deseja investigar a história política ou administrativa de uma nação? E como ignorar Durkheim, acusado de menosprezar a História? O método comparativo por ele preconizado para a Sociologia claramente pressupõe o diálogo contínuo com a produção historiográfica. Até mesmo sua análise do suicídio, considerada a primeira obra de sociologia a usar sistematicamente a estatística, teria sido impossível sem o prévio e indispensável registro histórico das práticas religiosas, às quais estariam associadas às variações nas taxas de suicídio.

Para que possamos compreender o papel da comparação na construção da explicação sociológica, dentro de uma perspectiva weberiana, julgamos necessário resgatar aqui, alguns dos pressupostos fundamentais que, segundo Weber, dão sustentação ao processo

de produção do conhecimento nas ciências sociais. Procuraremos compreender as ideias de Weber acerca das relações existentes entre a singularidade histórica e a generalização explicativa na construção da explicação sociológica.

Segundo Campos (2006: 51),

À luz da percepção que Weber tem da história, quando condicionado o fluxo dos acontecimentos a grandes tendências, é possível entender a sociologia compreensiva como proposta de abordagem estrutural, ou ainda, com o intuito de interpretar as ações a partir daquilo que as constringe e insere numa dimensão coletiva. O estudo do contexto, em que se busca compreender o agir tornado vivo num presente imaginado, permite que se vejam os acontecimentos históricos como agregados de potencialidades. Fundamenta-se uma perspectiva de análise histórica, não pelo trabalho direto com os interesses particulares, mas pelo estudo de tendências de pensamento e, com isso, de formas generalizadas de agir. (CAMPOS, 2006: 51)

Para Weber a sociedade não pode ser compreendida como um sistema natural, passível de ser apreendido em sua totalidade. A sociologia, enquanto “...*ciência que pretende entender, pela interpretação, a ação social, para desta maneira explicá-la causalmente, no seu desenvolvimento e nos seus efeitos*” (WEBER, 1991: 400), tem como referência uma realidade infinita e complexa, analisada, sempre, a partir de um determinado ponto de vista. As conexões existentes entre constelações singulares de fenômenos não podem ser deduzidas com base em leis e fatores de caráter universal. A descoberta das regularidades gerais que regem determinados fatos da vida social não é um fim em si mesma, mas uma etapa necessária à explicação de um processo histórico-social determinado, produzido por um conjunto complexo de causas que atuam em condições sociais específicas.

Supondo que alguma vez, quer por meio da psicologia, quer de qualquer outro modo, se conseguisse decompor em fatores últimos e simples todas as conexões causais imagináveis da coexistência humana, tanto as que já foram observadas, como as que um dia será possível estabelecer, e supondo que se conseguisse abrangê-las de modo exaustivo numa imensa casuística de conceitos e de regras com a rigorosa validade de leis, o que significaria este resultado para o conhecimento, quer do mundo cultural historicamente dado, quer de algum fenômeno particular, como o do capitalismo na sua evolução ou no seu significado cultural? Como meio de conhecimento, não significa nem mais nem menos que aquilo que um dicionário das combinações da química orgânica significa para o conhecimento biogenético dos

reinos animal e vegetal. Tanto num caso como noutro, ter-se-á realizado um importante e útil trabalho preliminar. Todavia, e, tanto num caso como noutro, tornar-se-á impossível chegar algum dia a deduzir a realidade da vida a partir destas “leis e fatores”. Não por subsistirem, ainda, nos fenômenos vitais, determinadas “forças” superiores e misteriosas (...) mas simplesmente porque, para o conhecimento da realidade, só nos interessa a constelação em que estes fatores (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente significativo para nós; e também porque, se pretendermos “explicar causalmente estes agrupamentos individuais, teríamos de nos reportar constantemente a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais os explicássemos, embora utilizando, naturalmente, os citados (hipotéticos) conceitos denominados leis”. (WEBER, 1992: 126-127)

A afirmação feita pelo autor de que a formulação de leis e conceitos gerais corresponde somente a uma etapa do processo de conhecimento em ciências sociais, não podendo ser vista como sendo seu objetivo último, não implica, no entanto, em um abandono dos princípios de experimentação e comprovação que fundamentam a construção do conhecimento científico. As ciências histórico-sociais possuem, não obstante, fundamentos metodológicos próprios, estreitamente associados à busca das conexões de sentido existentes entre fenômenos historicamente singulares. O reconhecimento de que a realidade social possui uma dimensão subjetiva e valorativa, dimensão esta que permeia a própria atividade do cientista, não implica, contudo, em uma adesão ao “intuicionismo”, tão criticado por Weber. A ruptura entre conhecimento científico e juízo de valor encontra-se, neste caso, estreitamente vinculada ao rigoroso controle da lógica subjacente à explicação causal.

Em Sociologia, explicar significa apreender interpretativamente o sentido ou a conexão de sentido implícita em uma determinada ação. O método que possibilita desvendar o sentido subjetivo das ações é o método compreensivo, seja ele aplicado na análise de uma ação histórica particular, na interpretação de uma massa de casos (como média aproximada) ou na construção de um tipo ideal.

Com o princípio da repetição regular, Weber alinha o conhecimento sociológico (sua perspectiva científica) ao conhecimento individual (sua idéia de consciência): a generalização não existe apenas para a análise sociológica, já que também faz parte do que os indivíduos sentem como realidade social.

Para Weber (1991: 9),

Os indivíduos, enquanto atores de um momento da história, percebem “formações coletivas” que, apesar de serem vistas como se também fossem atores reais, não passam de generalizações de determinadas formas de agir – do Estado, da nação, ou da sociedade por ações, da família, da corporação militar ou de outras formas semelhantes. (WEBER, 1991: 9)

Tais formações só possuem efetividade na medida em que “pessoas reais” as entendem como informações relevantes para o contexto de suas decisões. Através das formações coletivas, propõem-se uma base empírica para a generalização analítica: o respeito a diretivas comuns, assim como a transformação destas numa espécie de entidade que participa da vida, são princípios que, conferidos à subjetividade individual, justificam o tratamento de uma dimensão geral da ação.

A explicação sociológica, na forma como é compreendida por Weber, tem por objetivo identificar as conexões causais existentes entre determinados “conjuntos de condições”, passíveis de serem associadas ao fenômeno estudado. Assim, contrariando o postulado durkheimiano de que “a cada efeito corresponde uma causa”, o autor direciona seus esforços na busca da relação lógica existente entre complexos de condições que, em contextos histórico-sociais específicos, encontram-se associadas à gênese e ao desenvolvimento de um determinado processo. Para isso, lança mão da “imputação causal” como procedimento metodológico.

Vale a pena retomar aqui as palavras do próprio Weber:

O que nós efetivamente queremos saber é o seguinte: por meio de quais operações lógicas conseguimos a compreensão e a sua fundamentação demonstrativa, da existência de uma tal relação causal entre aqueles elementos “essenciais” do resultado e determinados elementos dentro da infinidade de elementos determinantes. Certamente que não pela observação do simples curso dos acontecimentos – pelo menos não, se por isso se entende uma “fotografia” espiritual “sem pressupostos”, dos processos psíquicos e físicos que aconteceram na época e no lugar em questão. (...) Pelo contrário, a imputação se faz na forma de um processo de pensamento que contém uma série de abstrações. Destas, a primeira e a



mais decisiva é a que, entre os componentes causais e reais do processo, supomos um componente ou vários componentes modificados num determinado sentido, e nós nos perguntamos se, nas condições do curso dos acontecimentos que foram modificadas dessa maneira, seria “possível” esperar o mesmo resultado. (WEBER, 1992: 198).

A causalidade, no sentido weberiano, é disciplinada pela *probabilidade*, entendida, antes de mais nada, em sua dimensão qualitativa. A possibilidade objetiva de que um determinado fenômeno venha a ocorrer é aferida com base em modelos que repousam, em grande medida, no significado atribuído pelo investigador ao conteúdo de um acontecimento concreto e suas possibilidades de desenvolvimento. Este exercício de imputação causal tem sua objetividade garantida através do rigorismo lógico e conceptual implícito às construções típico-ideais, que permite a distinção entre causação adequada e causação acidental, assim definidas:

(...) denominamos de “causação adequada” os casos que correspondem a um tipo lógico no último termo e que se referem à relação de determinados complexos de “condições” como um resultado efetivo, complexos que foram concebidos como isolados e reunidos para a consideração histórica numa unidade (a causação adequada se refere à causação daqueles elementos do resultado através destas condições) (...) falaremos de “causação acidental” nos casos em que, no que diz respeito aos elementos do resultado que entram na consideração histórica, foram eficazes certos fatos que provocaram um resultado não “adequado” neste sentido, com relação a um complexo de condições concebido como reunido numa unidade. (WEBER, 1992: 207)

Tal qual procedimento metodológico, a imputação causal pode ser aplicada tanto na pesquisa histórica, cuja análise encontra-se centrada “nas personalidades, nas estruturas e nas ações individuais, consideradas culturalmente importantes”, como na sociologia, entendida como uma ciência “generalizadora”, que tem como preocupação central descobrir, a partir de uma abordagem menos comprometida com a dinâmica social, as regras gerais do acontecer.

A importância dada por Weber à singularidade dos processos sociais e históricos, não implica em uma renúncia à busca da explicação racional e da generalização: a construção

de hipóteses e o exercício da imputação causal têm, como mediação fundamental, as relações existentes entre conceitos típico-ideais, que permitem articular as categorias gerais da sociologia aos fenômenos empiricamente observáveis.

Com base no que foi exposto anteriormente, acerca dos princípios fundamentais da explicação sociológica, cabe perguntar: qual o papel da comparação na metodologia proposta por Weber? Não ignorando as diferentes leituras existentes acerca das bases epistemológicas da sociologia weberiana, parece-nos importante resgatar aqui a interpretação proposta por Florestan Fernandes em seu livro “*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*”:

Ao contrário do que acontece com Durkheim, o “método comparativo” desempenha, na técnica indutiva de Weber, um papel secundário, ainda que construtivo. Ele não é importante como instrumento de abstração, mas como elemento racional de controle. Bem analisadas e conhecidas as modalidades de manifestação de um fenômeno em condições sócio-culturais diversas e distintas, confrontam-se os resultados interpretativos e estabelecem-se dentro de que limites certos efeitos podem ou não ser atribuídos a determinados fatores causais, chegando, assim, à seleção das condições suficientes de tal fenômeno. (FERNANDES, 1980, 94-95)

Quando Weber define o tempo presente como medida de sua metodologia compreensiva, responde a um dilema da história empírica: a infinidade e a indistinção dos elementos que realmente determinam a configuração de um fato. Assim, reconstruir o presente de uma ação significa selecionar os elementos significativos e reduzir a complexidade do universo de fatores que influem num acontecimento particular.

Para Touraine (1969: 40),

A iniciativa weberiana de analisar o contexto, limitando-o em suas possibilidades explicativas, interrompe a temporalidade efetiva das coisas e cria uma lógica fixa, em que os motivos que concorrem para orientação do agir são artificialmente delimitados. São motivos típicos, que não tem valor totalmente descritivo ou hipotético, representando, antes, uma padronização “utópica” que, operada pelo pensamento, relaciona-se com o mundo empírico em dois níveis: como acentuação e como aproximação. (TOURAINÉ, 1969: 40)

Touraine enxerga, nas tipificações sugeridas por Weber, uma tentativa de compreender o contexto da ação através da fixação de “modelos de conduta”, em que investigar uma individualidade histórica não implica trabalhar com o comportamento e a motivação de sujeitos reais, ao menos não diretamente. Para as análises da sociologia compreensiva, a particularidade observável, ou seja, a consideração do empírico a partir de uma significação culturalmente atribuída, depende de um princípio de “repetição regular” (WEBER, 1986: 90), em que se pressupõe cursos do agir. Assume-se, com isso, o estudo da ação generalizada, praticada por um grupo de indivíduos que, inseridos em um mesmo contexto, compartilham orientações subjetivas. Para Weber, é legítimo que se observe um padrão de comportamento, ao invés da particularidade efetiva das ações individuais.

Portanto, a comparação, no sentido proposto por Weber, baseia-se em uma estratégia centrada na busca, não do paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas, sim, na comparação entre casos históricos, tomados em sua diversidade e singularidade.

Assim, depois de ter desfrutado de amplo prestígio, a concepção de história baseada nos pressupostos da *méthode historique*, formulados pelos historiadores na segunda metade do século XIX, entrou em processo de declínio. Isto porque a busca, cada vez mais acirrada dos estudiosos e/ou dos pesquisadores, por uma história "positiva", baseada em provas irrefutáveis, especialmente para períodos ou acontecimentos trágicos do século XX, praticamente, obrigou os pesquisadores a uma abordagem cada vez mais prudente dos arquivos, remetendo-os a algumas perguntas inevitáveis, tais como “*É possível chegar à “verdade” do passado?*”, ou ainda “*As fontes arquivistas preservadas pelos próprios agentes sociais podem constituir um meio de acesso ao conhecimento de uma situação social?*”. Tais perguntas, de certa maneira, constituíram-se em uma primeira aproximação ao arquivo aqui estudado, cuja análise tornou-se o ponto de partida desta dissertação.

Em termos teóricos, foi a fundação da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, ambas na França, que deram impulso a um profundo movimento de transformação no campo da história.

Esta nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os fenômenos

inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais.

Assim sendo, as realidades do trabalho e da produção, e não mais os regimes políticos e os eventos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. O fundamental era o estudo das estruturas, no qual assume a primazia não mais o que é manifesto, isto é, o que se vê, mas, sim, o que está por trás do mesmo.

A partir de então, isto é, na nova concepção de história, o que importava, era identificar as relações que – independentemente, das percepções e das intenções dos indivíduos – comandavam os mecanismos econômicos, organizavam as relações sociais e engendravam as formas do discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico, propriamente dito, e a consciência subjetiva dos agentes sociais.

Contudo, esta nova maneira de fazer história não alterou a postura anterior no que diz respeito ao período de interesse e às fontes. O século XX recebeu o estigma de objeto de estudo problemático e a legitimidade de sua abordagem pela história foi constantemente questionada. A impossibilidade de recuo no tempo, aliada à dificuldade de apreciar a importância e a dimensão em longo prazo dos fenômenos, bem como o risco de cair no puro relato jornalístico, foram mais uma vez colocados como empecilhos para a história do século XX.

E ainda que se tenha apontado a conquista da história contemporânea pela nova história como uma tarefa urgente, pouco foi feito neste sentido. O contemporâneo podia ser matéria das Ciências Sociais, em geral, mas não da história.

A imensa transformação que se operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, não somente reafirmou a valorização das fontes escritas, desvalorizando a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, e dos aspectos culturais e políticos, como também desqualificou o uso dos relatos pessoais, isto é, das histórias de vida e/ou das autobiografias. Isto porque condenava-se a sua subjetividade, levantando-se dúvidas sobre as visões distorcidas que tais relatos apresentavam, enfatizando-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se também que tais testemunhos não podiam ser

considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações.

Baseada em princípios que sustentavam a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto de estudo, que os historiadores costumam chamar de *visão retrospectiva*, que consiste na possibilidade de trabalhar com processos históricos, cujo desfecho já se conhece, a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ser comprometida.

Entretanto, a partir da década de 1980, foram observadas importantes transformações nos diferentes campos da pesquisa histórica, quando a análise qualitativa foi revalorizada, resgatando-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Por esta perspectiva, os arquivos pessoais passaram a ter destaque, bem como as práticas dos agentes sociais. Paralelamente, segundo Ferreira (2002: 319), a história cultural ganhou um novo impulso, quando ocorreu o renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo.

## **2.2 Arquivo: Possibilidade de uma Abordagem Racional do Passado?**

A “evolução” da história, que se tornou uma disciplina que recorre aos métodos das Ciências Sociais, especialmente a entrevista, e também o surgimento de uma "história do tempo presente", que implica na confrontação direta e no diálogo permanente com os vestígios vivos do passado – a memória dos agentes sociais – modificaram, de alguma maneira, o debate clássico sobre a noção de "arquivo".

Soma-se a isto, segundo Rousso (1996: 1), uma mudança radical no plano epistemológico, com o aparecimento, a partir da década de 1960, de paradigmas que negavam à história sua pretensão de captar o real, definindo-a e, às vezes, reduzindo-a a uma narrativa subjetiva, na qual o estabelecimento da prova, portanto, o uso do arquivo, não mais constituía a base na qual ela poderia, legitimamente, se apoiar.

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, bem como o rompimento com a ideia que identificava o objeto histórico e o passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história e dos arquivos no século XX.

São múltiplas as acepções e os usos da categoria “arquivo”. Lévi-Strauss, em *O pensamento Selvagem*, indaga e problematiza,

Mas, por que damos tanto valor a nossos arquivos? Os acontecimentos a que se referem são atestados independentemente e de mil formas: vivem no nosso presente e nos nossos livros; em si mesmos estão desprovidos de um sentido que só lhes vem de suas repercussões históricas e dos comentários que os explicam ligando-os a outros acontecimentos. Dos arquivos poder-se-ia dizer, parafraseando um argumento de Durkheim: no fim das contas, são pedaços de papel. (...) A virtude dos arquivos é por-nos em contato com a pura historicidade (...) Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, constituem o acontecimento na sua contingência radical (já que apenas a interpretação, que dele não fazem parte, pode fundá-lo numa razão); por outro lado dão uma existência física à história, porque, neles apenas fica superada a contradição de um passado terminado e de um presente, em que ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da “acontecimentalidade”. (LEVI-STRAUSS, 1970: 277-278).<sup>34</sup>

Michael Foucault *apud* Almeida (2008: 187), estabelece uma relação crítica entre o “arquivo” e a história. Para ele o “arquivo” não é a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem tampouco o conjunto de traços que se tem podido salvar de “seu desastre” ou declínio, mas o jogo de regras que determinam, em uma dada cultura, o aparecimento e o desaparecimento de enunciados.

Almeida (2008: 8-9), em seu livro *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*, em consonância com Foucault, não considera como *arquivo*, a totalidade de textos que tenham sido produzidos sobre a Amazônia ou que foram publicados, mas, sim, que estes perfazem um estoque de bens simbólicos, classificados de maneira corrente, como elementares, para poder interpretá-la ou para poder compreendê-la. Ainda por negação, também não o considera nem o conjunto de traços definidores de uma unidade discursiva, que teria como função precípua explicar historicamente a Amazônia, nem tampouco os invariantes dos diferentes gêneros

---

<sup>34</sup> Lévi-Strauss, 1970: 277-278. Cf. Lévi-Strauss, C. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Nacional/USP, 1970. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar *apud* ALMEIDA, 2008: 187.

literários e científicos (relatórios de viagens, diários de campo, teses, dissertações, monografias, ensaios, artigos, laudos, pareceres e quejandos) que comporiam uma coleção amazônica ideal. O autor parte do princípio de que,

...as classificações são arbitrárias, sobretudo as que geraram ou pretendem produzir “coleções completas” e critérios pretensamente objetivos de definição de identidade étnica ou regional. (ALMEIDA, 2008: 8-9)

Segundo Almeida, o conceito teórico de *archivo* contribui para esclarecer esta arbitrariedade dos agrupamentos ao apontar que seu significado não se restringe ao acervo, não se confunde com a massa documental, com a quantidade ou o volume de títulos ou ainda com uma coleção infinita de objetos diversos. Em outras palavras, seu significado não se confunde com o repertório de documentos ou com o “catálogo dos catálogos” dispostos a diferentes públicos em uma base física armazenadora de bens simbólicos (livros, periódicos, brochuras, ilustrações, etc.) tal uma biblioteca, mas ao contrário,

(...) consiste principalmente, no jogo das regras que determinam em um campo intelectual determinado ou numa dada contingência histórica, o surgimento e o desaparecimento de argumentos. Tais argumentos, uma vez articulados, compõem um esquema interpretativo tornado hegemônico pelos poderosos mecanismos de instâncias de consagração de museus e sociedades científicas desde finais do século XVIII. São eles que garantem a sua permanência, a sua ilusão de eficácia e ao mesmo tempo sua existência paradoxal. (ALMEIDA, 2008: 9)

Se observarmos o vigor que tomou os debates sobre este tema – mais precisamente após o fim da Segunda Guerra Mundial – isto é, o caráter irracional, carregado de ideologia sobre os arquivos contemporâneos, sua inacessibilidade, real ou resumida, bem como a expectativa em relação a eles, perceberemos que o problema ultrapassou o meio dos arquivistas, dos conservadores e dos historiadores, atingindo um espaço mais amplo tanto na academia como entre os pesquisadores de maneira geral.

A queda do sistema soviético acarretou um súbito acesso – ainda assim limitado – a jazidas documentais que durante décadas acreditou-se estarem enterradas para todo o sempre nas gavetas secretas das burocracias totalitárias. Ou seja, no momento em que toda uma corrente intelectual, inscrita na "pós-modernidade", denunciava a possibilidade de uma restituição objetiva do passado, baseada em vestígios tangíveis, a demanda social por uma história que dissesse a “verdade”, que exigisse uma maior "transparência" em relação aos arquivos mais recentes, tornou-se cada vez mais urgente. (ROUSSO, 1992: 1-2)

Para Rousso (1996: 2), a utilização de um "arquivo" pelos historiadores pode ser compreendida, somente, sob a luz da noção de "fonte"<sup>35</sup>. Para ele, se admitirmos esta definição inicial, o “arquivo”, isto é, o documento conservado e depois exumado para fins de comprovação para estabelecer a materialidade de um “fato histórico” ou de uma ação, não passa de um elemento de informação entre outros.

A dificuldade consiste, então, em distinguir as fontes – os vestígios – umas das outras, a fim de determinar aquelas que permitam uma abordagem racional do passado. Isto implica em uma escolha das fontes mais pertinentes, não por elas mesmas, mas em função das perguntas que o observador se faz, previamente.

Se tomarmos duas das fontes mais comuns da história do tempo presente – o testemunho oral e o documento escrito obtido nos fundos de arquivos públicos ou privados –, poderemos ilustrar a natureza dos problemas encontrados pelos pesquisadores em relação a esta problemática.

O testemunho colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Segundo Rousso (1996: 2), tal testemunho leva à criação de uma fonte singular na medida em que seu objetivo seja, desde o início, formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, como também alimentar uma pesquisa específica.

---

<sup>35</sup> Assim como Rousso (1996: 2), chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, "virtuais" (contanto, neste caso, que tenham sido gravados em uma memória) –, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decida erigir em elementos comprobatórios da informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos, sob a forma de uma narrativa. Em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto, de uma inteligibilidade científica.



Nos dois casos, esta fonte está intrinsecamente ligada ao questionamento preciso do pesquisador, voltada para um acontecimento, um indivíduo, um determinado processo histórico, entrando em sinergia ou em oposição com o discurso do agente assim erigido em "testemunha".

Devemos levar em consideração também que um vestígio do passado nem sempre é resultado de uma operação consciente, de alguém capaz de pensar em registrar ou guardar algo como vestígio e não como uma ação inscrita no seu tempo e, portanto, capaz de antecipar o olhar que as gerações futuras lançarão sobre ele, ainda que, às vezes, exista em alguns atores o desejo de deixar rastros de sua passagem.

Segundo Rousso (1996: 2),

Mesmo que alguns homens, pequenos ou grandes, registrem em vida uma parte de sua história com a intenção de influir sobre as narrativas futuras, raras são as iniciativas desse gênero que resistem à alteridade do tempo ou do olhar dos descendentes, tanto assim que as narrativas do passado, mesmo de natureza mítica ou legendária, não podem hoje se livrar completamente da crítica, ela própria consequência da afirmação de uma história com pretensão científica que modificou singularmente, ao menos nas sociedades ocidentais, leigas e seculares, a abordagem que uma coletividade faz de seu passado. (ROUSSO, 1996: 2)

Devemos ainda levar em consideração que documentos escritos (cartas, formulários, revistas, cartilhas, apostilas, relatórios, etc.), provenientes de um fundo de arquivo produzido por instituições ou indivíduos singulares, podem, nem sempre ter em vista a intenção de uma utilização posterior, mas, sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de "fonte" que poderia vir a assumir mais tarde. (ROUSSO, 1996: 3)

Podemos então destacar algumas diferenças que regulamentam estes dois tipos de "fonte" – a oral e a escrita. Primeiramente, estas não são produzidas na mesma hora: a primeira é produzida posterior aos fatos e, a segunda, é contemporânea a eles. Além disso, tais fontes não têm as mesmas condições de abundância, pois fica difícil que uma pesquisa oral, mesmo sistemática, se confronte com a massa de documentos de todo tipo produzidos

pelas inúmeras agências, sobretudo as públicas. Além do mais, elas não têm as mesmas finalidades: uma é de caráter memorial, ou seja, pretende ser um vestígio induzido, consciente e voluntário do passado, enquanto a outra é funcional, antes de ser vestígio, pois não se pode prever com certeza se este ou aquele documento será conservado ou não, e por quanto tempo.

Não pretendemos, com essa discussão, contrapor o testemunho oral ao arquivo escrito ou ainda levantar a questão recorrente da respectiva confiabilidade na utilização destes dois tipos de “fonte” e, assim, tentar determinar qual das duas teria mais valor para o conhecimento objetivo do passado. Pretendemos apenas convidar à reflexão, não sobre o método histórico e as técnicas do pesquisador, mas, antes, sobre os próprios fundamentos das atividades que permeiam este tipo de pesquisa.

As principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados e tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo, seriam as lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., especialmente nos EUA, na segunda metade dos anos 60, que se prolongaram ao longo da década de 1970.

A história oral se afirmava, assim, como um instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social – uma história oral militante. Esta proposta, entretanto, não teve boa acolhida entre a comunidade acadêmica e, menos ainda, entre os historiadores. De toda forma, a ideia da história oral como história dos excluídos expandiu-se pelo mundo.

De início, a história oral desenvolveu-se, em grande medida, fora da comunidade dos historiadores. Ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países, com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo, destinaram à discussão sobre a história oral – ou mesmo apenas sobre o uso das fontes orais – um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores.

No entanto, as transformações ocorridas no campo da história, em geral, e na história do século XX, em particular, geraram uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a história oral ocupasse novos espaços.

Além disso, as constantes críticas dos historiadores tradicionais à história oral estimularam seus adeptos a promover uma permanente reflexão e avaliação de seus procedimentos de pesquisa em um esforço de resposta às críticas recebidas.

Assim sendo, sem deixar de reconhecer as dificuldades da história oral, podemos detectar em tal método, um potencial de pesquisa extremamente rico que não deve nos impedir de tirar o devido proveito de seu uso.

Segundo Ferreira (2002: 327-328), uma avaliação mais detida do campo do que tem sido chamado de história oral permite-nos detectar duas linhas de trabalho que, embora não sejam excludentes e entrecruzadas, em muitos casos, revelam abordagens distintas.

A primeira linha utiliza a denominação de história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Tal abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias.

No primeiro caso, o estudo da administração pública, das diretorias de empresa e, especialmente, o acompanhamento do processo de tomada de decisões em diferentes espaços e grupos são os temas dominantes. Neste caso, inclui-se o nosso trabalho de pesquisa.

Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social. Ainda que nesta segunda linha se introduzam conceitos de memória coletiva, não se evidencia uma discussão mais aprofundada sobre as implicações do uso da noção de memória, a qual, em muitos casos, é apresentada como algo estável e congelado, no passado, a ser resgatado pelo pesquisador.

Uma preocupação, comum entre aqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos, é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos.

Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Com base nestes procedimentos, erigem-se argumentos em defesa da história oral, capazes de apresentar relatos que, se não eliminam a subjetividade, possuem instrumentos para controlá-la.

A segunda linha de trabalho no campo da história oral, proposta por Ferreira (2002: 327-328), privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado.

Nesta vertente, tanto a subjetividade como as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. Consequentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão, essencialmente, voltadas para a checagem das informações ou para a apresentação de elementos que possam constituir-se em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos.

As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central.

Esta última abordagem, assim como a primeira, tem sido adotada para o estudo das elites políticas, quando a intenção principal é compreender o seu imaginário político, bem como para o estudo das representações das camadas populares. Todavia, neste caso, a preocupação dominante tem sido acadêmica, ficando o objetivo de mobilização política bastante secundarizado.

As próprias transformações das sociedades modernas, bem como as consequentes mudanças no conteúdo dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros, impulsionam a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas e orais.

O campo que se abriu para o estudo do presente, do político, da cultura, bem como a reincorporação do papel do indivíduo no processo social, estimulou o uso das fontes orais e restringiu as desconfianças, quanto à utilização da história oral.

Entretanto, apesar destas transformações, o debate a respeito da legitimidade da história oral não é um assunto resolvido. Ainda são constantes as avaliações de historiadores de diferentes países ou que trabalham com diferentes abordagens, que desqualificam tal método de pesquisa.

As resistências vão desde a completa rejeição, a partir da visão de que o depoimento oral apenas relata intrigas, até o questionamento da expressão “história oral” em favor de “fontes orais”. (FERREIRA, 2002: 328)

A principal crítica à expressão “história oral”, deve-se ao fato de que nas sociedades modernas não existe um discurso oral puro, bem como à perspectiva de que um depoimento oral somente ganha sua plena significação em confronto com o documento escrito. Além disso, a “história oral” traria embutida a intenção de se constituir em uma disciplina capaz de uma interpretação científica, escamoteando-se, assim, sua finalidade de produzir fontes que poderiam ser objeto de análises e interpretações.

Finalmente, critica-se a noção de que a história oral seria uma outra história, uma história alternativa, mais comprometida com a militância política do que com o rigor dos métodos acadêmicos. Na visão de seus críticos, a história oral, tanto dos vencidos como dos vencedores, estaria marcada por “deformações ideológicas”. Diferentemente, o uso da expressão “fontes orais” parece encontrar uma aceitação maior. A denominação é ampla e pode ser aplicada a qualquer depoimento oral, produzido por qualquer indivíduo e em qualquer circunstância, sem nenhuma preparação prévia. (FERREIRA, 2002: 328)

Há aí uma diferença em relação à história oral, que pressupõe a produção de uma fonte oral específica, resultante de um processo de elaboração e pesquisa por parte de um especialista. O emprego generalizado da expressão “fonte oral” conduziria à equiparação de uma fonte produzida pelo historiador com qualquer outra fonte oral, revelando mais uma vez a desvalorização do método da história oral.

Uma alternativa apresentada por Danièle Voldman<sup>36</sup> para enfrentar as ambiguidades e os problemas metodológicos envolvidos no uso da expressão “história oral”, seria buscar uma terminologia mais adequada a partir da distinção entre “documentação sonora” e “documentação oral”. A primeira, incluiria informações registradas através do som em sentido amplo, enquanto a segunda, seria o produto da coleta de testemunhos orais, registrados para fins documentais.

A mesma autora propõe uma distinção suplementar entre “documentação oral” e “fonte oral”, onde esta última é definida como o material recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses particulares.

Além dos problemas de terminologia, outro aspecto negativo do uso das fontes orais, apontado pelos historiadores, é a dificuldade de controle da comunidade acadêmica sobre as fontes produzidas, a partir de entrevistas, pelo fato destas permanecerem nas mãos de pesquisadores individuais, não sendo facultada sua consulta aos demais interessados.

Para contornar esta dificuldade, muitos arquivos e bibliotecas têm criado acervos de depoimentos orais produzidos por seus pesquisadores, mas também abertos para o recebimento e arquivamento de conjuntos de depoimentos produzidos por pesquisadores externos, como é o caso do Arquivo da Cidade de Barcelona. Porém, no caso de nossa pesquisa, tal fonte torna-se mais difícil de ser utilizada, já que não há um museu ou arquivo do BASA, disponibilizando tal consulta.

Assim, ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante, no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.

Por outro lado, a revalorização, ao mesmo tempo, do político e do papel do sujeito, estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Este novo objeto de análise também possibilita uma maior oportunidade no uso dos depoimentos orais. Isto porque os arquivos escritos, dificilmente, deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos

---

<sup>36</sup> VOLDMAN, Danièle. *Définitions et usages*. Les Cahiers de l'IHTP, n. 21, p.33-53, nov. 1992, *apud* FERREIRA, 2002: 329.

decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral, das articulações pessoais. Assim, para suprir estas lacunas documentais, os depoimentos orais têm-se revelado de grande valia.

Para Ferreira (2002: 324), a linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com a visão determinista que limita a liberdade dos homens, colocando em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequacionando as relações entre passado e presente ao reconhecer, claramente, que o passado é construído segundo as necessidades do presente. Ainda que baseada nas fontes escritas, possibilita uma maior abertura, capaz de neutralizar, em parte e indiretamente, as tradicionais críticas feitas ao uso das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas.

Assim, ao propor o uso político do passado recente e/ou o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas, estas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações.

Um testemunho colhido ou um documento conservado só deixam de ser vestígios do passado para se tornarem "fontes históricas" no momento em que um observador decide elegê-los como tais. Toda fonte é uma fonte "inventada", assim como todo "indivíduo-histórico", no sentido em que falava Max Weber, é uma construção, um tipo ideal.

Segundo Rousso (1996: 4),

A "narrativa histórica" começa com o estabelecimento de um *corpus* coerente, inteligível sob o ponto de vista de uma investigação precisa, e não sob o ponto de vista de um passado que se pretenderia simplesmente restituir em sua verdade recôndita. (ROUSSO, 1996: 4)

Em outras palavras, para Rousso (1996: 4), a constituição da narrativa não é a etapa final – o livro de história – a que se chega depois de acumulada a documentação; mas intrínseca ao próprio procedimento daquele que interroga o passado.

A narrativa começa com as hipóteses, a formulação das perguntas e o estabelecimento de um *corpus*, uma operação fundamental de seleção que não pode ser desvinculada do objetivo final, mesmo que o resultado possa estar muito distante das intuições do início. Isto não significa que o vestígio não encerre uma verdade intrínseca, ou que o real seria inacessível, mas induz a não pensarmos a "fonte" fora da pergunta e do olhar do historiador que,

(...) como um cineasta que desloca seus refletores e suas objetivas ao longo dos planos, vai esclarecer de maneira parcial uma sequência do passado, vai, ele também, criar um vestígio, deixar uma marca, uma mediação. (ROUSSO, 1996: 4)

É raro, então, que dois historiadores que fazem a mesma pergunta sobre um mesmo acontecimento ou um mesmo período estabeleçam *corpus* idênticos e construam seus fatos da mesma maneira – o que não diminui, em nada, a confiabilidade de seu trabalho, se seu procedimento for rigoroso.

Desta forma, escrito, oral ou filmado, o arquivo é, sempre, o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (empresas, partidos políticos, etc.), sendo que esta língua e esta escrita devem ser decodificadas e analisadas pelo pesquisador. Mas, mais que uma simples "crítica interna", trata-se aí de uma forma particular de sensibilidade à alteridade. É este encontro entre duas subjetividades o que importa, mais que o terreno sobre o qual ele se dá ou o tipo de rastro que o torna possível através do tempo. (ROUSSO, 2002: 4)

Neste sentido, Rouso (1996: 4), alerta que, muitas vezes, esquecemos que muitos arquivos escritos não passam, eles próprios, de testemunhos contemporâneos ou posteriores aos fatos, dotados de um componente irreduzível de subjetividade e de interpretação que sua condição de "arquivo" absolutamente não reduz. É o caso dos autos policiais – para tomar apenas um exemplo entre os arquivos ditos "sensíveis" –, que muitas vezes são apenas o resultado de transcrições escritas e conservadas de depoimentos orais que foram objeto de uma mediação, de uma narrativa, a qual não pode senão alterar a declaração original feita pelo agente social ou a testemunha interrogada.



Não é o caso da fonte escrita que utilizamos nesta pesquisa, já que a mesma trata-se de uma documentação real, que tramitou burocrática, interna e externamente durante o período de funcionamento do Programa a que se refere o arquivo.

Portanto, a possibilidade de um documento resistir ao tempo e acabar, um dia, sobre a mesa do pesquisador não confere a este vestígio particular uma verdade suplementar diante de todas as outras marcas do passado.

Da mesma forma, todo depoimento ou todo documento exige, para ser significativo, uma recontextualização – especialmente no caso do arquivo escrito – que implica que sejam examinadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento.

Apesar de ser um tanto incômodo lembrar algo tão óbvio, pois este é um problema capital na mediatização – no sentido jornalístico do termo – cada vez mais frequente hoje em dia de certos documentos históricos, obtidos ao acaso de uma pesquisa ou de uma "revelação" espontânea: não apenas estes procedimentos levam a sentidos equivocados, e até mesmo a erros graves de interpretação, como fazem crer que a verdade de um acontecimento decorreria da leitura primária e imediata de um documento que se supõe ser decisivo, comprobatório e definitivo.

Tais procedimentos, bastante conhecidos, têm o efeito de arrastar os pesquisadores para um terreno que se acreditava estar abandonado há muito tempo, o de um positivismo rasteiro, estranho a qualquer construção ou questionamento, quando a evolução da disciplina voltou definitivamente às costas para tais concepções já ultrapassadas.

É esta tensão entre uma história, que procura se situar em níveis de elaboração cada vez mais sofisticados e uma expectativa da opinião pública e de alguns membros da academia, por provas definitivas, que torna, hoje, não somente o trabalho do pesquisador, como também o debate sobre os arquivos tão complexos.

Poderíamos retomar o mesmo procedimento no estudo do arquivo aqui proposto, partindo do princípio de que este vai provocar uma “revolução” no conhecimento sobre a Amazônia e, quem sabe, até de toda a história desta região. Mas preferimos partir da idéia

tomada por Michel Certeau *apud* Rousso, onde o testemunho, assim como o arquivo escrito, revelam, por sua própria existência, uma falta.

O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu... sem deixar vestígio. (MICHEL CERTEAU *apud* ROUSSO, 1996: 5)

Qual pesquisador, um dia, não foi tomado de desespero diante da tarefa que o esperava ante milhões de documentos a serem lidos, para, no dia seguinte, ser tomado de vertigem diante de tudo o que jamais poderia saber, de tudo o que nunca poderia ser nem "memória", nem "história"?

Isto porque nenhum documento fala por si só. Existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer, a realidade que esse documento exprime e a interpretação que os pesquisadores que se sucederão em sua leitura farão mais tarde: é um abismo irremediável, que deve estar sempre presente na consciência, pois assinala a distância irreduzível que nos separa do passado.

O trabalho do pesquisador é, por definição, uma operação seletiva, que depende do que foi, efetivamente, conservado e de sua capacidade pessoal, que se inscreve em um contexto particular. Nenhuma pesquisa oral, conduzida por um pesquisador, bem como nenhum trabalho de seleção de arquivos pode ser feito sem um mínimo de questionamentos e de hipóteses prévias, mas tampouco este deverá se fechar à surpresa da descoberta.

É preciso, portanto, deixar os caminhos conhecidos, olhar para aquilo que não se pretendia ver *a priori*, como um "errante". Isto significa que o pesquisador deve tentar recorrer ao maior número possível de fontes, mas significa, também, que nenhum debate sobre a escrita da história ou sobre a relação com o arquivo pode se furtar a este questionamento temível: qual é a pergunta para a qual o historiador procura uma resposta e quais são as fontes mais pertinentes para responder a mesma?

O acesso aos arquivos, por mais liberal e amplo que seja nos dá a chave do passado? Inversamente, a ausência de documentos ou a impossibilidade de acesso a eles nos privam, realmente, de toda forma de conhecimento sobre este ou aquele aspecto da história?

Acessíveis ou fechados, os arquivos são o sintoma de uma falta e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar supri-la, inscrevendo-se em um processo de conhecimento, quanto em tentar exprimi-la de maneira inteligível, a fim de tentar desvendar o máximo possível os fatos não revelados do passado.

### **2.3 Folhas Amarelas: O Trabalho de Campo e a Obtenção de Dados**

Muito devemos sobre o conhecimento da Amazônia, aos relatos dos naturalistas viajantes, dos clérigos, dos administradores provinciais e das expedições militares. Para o senso comum erudito os demais produtores de conhecimento são pouco considerados. Mediante tal constatação, o que pode revelar o arquivo guardado e conservado por um agente social, com ação mais modesta, que fez parte das agências de crédito na Amazônia? Com esta indagação evidencio que elegi como objeto de pesquisa uma fonte de informação sujeita a polêmica.

Instituições são e sempre foram responsáveis por fornecer um grande número, se não a maior parte, de documentos e arquivos de fomento às pesquisas. Mas qual a contribuição destes para a compreensão do passado? Retorno às primeiras perguntas.

A partir destas indagações cabe reiterar que esta dissertação consiste em uma análise de fontes, produto de fontes documentais e arquivistas, pertencentes à família de um bancário, já falecido, que fez parte da primeira, e única, turma de Agentes de Crédito Cooperativo – ACC, formados na década de 1960 pelo Banco de Crédito da Amazônia S/A – BCA, com a finalidade de assessorar a formação de cooperativas agrícolas na região correspondente à Amazônia Legal.

O BCA foi criado em 1950, sendo o sucessor do hoje extinto Banco de Crédito da Borracha, criado em 1943, e predecessor do atual Banco da Amazônia S. A. (BASA) criado em 1966.

O acesso a este material de pesquisa não foi por acaso. Ao contrário, é fruto tanto do desejo de um maior aprofundamento nas questões sócio-econômicas sobre a Amazônia – em especial no que se refere ao campo de estudo de políticas creditícias agrícolas e das ações governamentais aplicadas à pequena produção em nossa região –, quanto de relações de afinidade com o objeto de estudo escolhido, já que envolvem laços de parentesco com aquele que constituiu o arquivo.

Foram estes laços de consaguinidade que, simultaneamente, tanto facilitaram o acesso à documentação, como também trouxeram problemas aos procedimentos de pesquisa, pois, neste caso, como diz Bourdieu,

Não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga. (BOURDIEU, 2003: 693)

Neste sentido, Bourdieu, nos leva a refletir sobre o fato de que,

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. (BOURDIEU, 2003: 694)

Não se trata aqui de acusar o pesquisador de exercer qualquer forma de violência simbólica intencional capaz de afetar as respostas, mas, segundo Bourdieu (2003: 694), nestes assuntos, não se pode confiar somente na boa vontade, “porque todo tipo de distorções está inscrito na própria estrutura da relação de pesquisa”.

Assim sendo, cabe ao pesquisador reconhecer e dominar tais distorções, “na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica”. (BOURDIEU, 2003: 694)

O pesquisador não deve ignorar, como muitos “defensores de métodos” o fazem, as interações sociais que ocorrem sob a pressão de estruturas sociais, mas, ao contrário, deve levar em consideração os efeitos que as estruturas objetivas exercem, não somente sobre as interações que registram e analisam, mas também na sua interação com as pessoas submetidas à observação ou à interrogação. (BOURDIEU, 2003: 694)

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num “trabalho”, num “olho” sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. (BOURDIEU, 2003: 694)

Ainda, de acordo com BOURDIEU,

A diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. (BOURDIEU, 2003: 694-695)

E é neste esforço – de pretender fazer ciência dos pressupostos, fazendo uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos na ciência social, bem como procurando controlar os efeitos advindos de pressupostos subjetivos – que procuramos nortear esta pesquisa.

As fontes de pesquisa utilizadas para a obtenção das informações contidas neste trabalho de dissertação foram cedidas pela viúva do referido bancário, cujos arquivos permaneciam intactos, conservados em caixas de papelão, desde seu falecimento, em abril de 2005.

Apesar de haver uma relação de afinidade e parentesco com a família que concedeu o acesso a tais arquivos, não possuía o conhecimento exato do conteúdo dos mesmos. No entanto, estava ciente de que a maioria do material era referente aos quase 30

(trinta) anos de profissão exercidos pelo mencionado bancário no BASA. O mesmo foi admitido na empresa em 1963, quando este ainda era denominado Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e teve sua rescisão contratual datada de 1991, no Banco da Amazônia (BASA).

Também tinha conhecimento de que, no momento de sua rescisão contratual, no ano de 1991, o referido bancário ainda exercia a função de Agente de Crédito Rural. Assim, foi que as primeiras indagações pertinentes à pesquisa começaram a fluir com maior intensidade, surgindo os primeiros questionamentos, tais como; “*o que fazia um agente de crédito rural?*” ou ainda “*como funcionava a política de financiamento de crédito rural do BASA?*” como também “*quem eram os beneficiários desta política?*” e, principalmente, “*a que lógica e interesses específicos atendia o Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica?*”, entre tantos outros.

As primeiras informações, obtidas a partir de conversas com a viúva, foram esclarecedoras a respeito da função exercida por seu esposo. E como ocorre na maioria dos casos, conforme relata Bourdieu, “*a escuta ou a leitura da primeira entrevista suscitam novas perguntas (de fato ou de interpretação), levando a uma segunda entrevista*” (BOURDIEU, 2003: 694). No caso desta pesquisa, muitas conversas sucederam-se com a viúva, após esta primeira entrevista e, à medida que a exploração do arquivo ia sendo realizada, tanto o método como novas reflexões foram, pouco a pouco, surgindo.

Ainda no decorrer da primeira entrevista a viúva informou que seu esposo fez parte da primeira, e única, turma de 20 (vinte) agentes formados pelo BASA, que foram distribuídos pela Amazônia para realizar este trabalho, o de implantação do crédito rural. Do mesmo modo, ela citou, também, o nome de alguns dos Municípios onde seu esposo havia trabalhado, entre os quais Itacoatiara e Parintins, porém disse não saber, ao certo, o nome de todos os outros nos quais ele havia trabalhado. Afirmou, ainda, que ele gostava muito do que fazia e que o mesmo exerceu a profissão, durante toda a vida, com muita dedicação.

No momento da primeira entrevista, em outubro de 2008, solicitamos à viúva a permissão para termos acesso às caixas que continham os arquivos pessoais de seu esposo – em uma tentativa de irmos em busca de informações que ela não nos podia fornecer,

simplesmente, por não ter conhecimento das mesmas. A permissão foi concedida, embora a mesma apresentasse receios em relação à exposição pública dos pertences de seu esposo.

Novamente, utiliza-mo-nos de Bourdieu, para tentar estabelecer uma comunicação “não violenta” neste momento inicial de relação de entrevista, procurando conhecer e, pretensamente, tentando evitar os efeitos, na maioria das vezes imperceptíveis, ocasionados por esta espécie de *intrusão*, sempre um pouco arbitrária, baseada no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.). Em outras palavras, tentando esclarecer o sentido que o pesquisado faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, enfim, dos fins que se desejam alcançar, explicando as razões que a levariam a aceitar a participar da troca.

É, efetivamente, sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras. (BOURDIEU, 2003: 695)

Vale ressaltar que, de nossa parte, ante os laços de parentesco existentes com a família do bancário falecido, os medos de exposição da viúva eram recíprocos.

Por conta destes acontecimentos, foram solicitados alguns esclarecimentos com o orientador, de como a pesquisa poderia ser norteada, evitando-se esta “suposta” exposição. Então, o orientador explicou-nos que o nome do pesquisado poderia ser ocultado no decorrer da pesquisa, pois tal informação não era necessária. Este aspecto foi corroborado, mais tarde, durante a qualificação desta pesquisa, quando o orientador expôs para a banca esta dificuldade metodológica de laços consanguíneos entre pesquisador e pesquisado e a mesma reforçou a informação de que a origem do material a ser pesquisado poderia ser ocultada. Deste modo, pudemos assegurar, não somente, que a viúva falasse mais livremente, como também que liberasse o arquivo para o início da pesquisa.

Durante as sucessivas “conversas” que tivemos com a viúva tentamos, conforme orienta Bourdieu, reduzir, ao máximo, a violência simbólica que se pode exercer através de uma relação de entrevista entre pesquisador e pesquisado. Assim, procuramos manter uma relação de *escuta ativa e metódica*, sem muitas interrupções. Estas eram feitas apenas quando, aparentemente, a viúva deixava um pequeno espaço de tempo entre uma história e outra, contando, espontaneamente, suas andanças com seu falecido esposo.

Para Bourdieu, a proximidade social e a familiaridade asseguram, efetivamente, duas das condições principais de uma comunicação “não violenta”.

De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor (BOURDIEU, 2003: 695).

A cada conversa com a viúva sentíamos-nos como uma cobaia dos experimentos de Bourdieu, pois as condições de familiaridade, bem como a tentativa de fuga da objetivação apresentavam-se de todas as formas. Isto porque, a todo instante, tínhamos em mente que “o interrogador não pode nunca esquecer que objetivando o interrogado, ele se objetiva a si mesmo”. (BOUDIEU, 2003: 265)

De fato, ficamos muito próximos da superação de vários obstáculos metodológicos, referente à questão da familiaridade, entre o pesquisador e o pesquisado. Ao mesmo tempo em que é possível superar, mesmo que parcialmente, a distância social entre o pesquisador e o pesquisado, as relações de família redobram o receio da objetivação, conforme afirma Bourdieu.



Contudo, sabemos que é a dificuldade que forma o pesquisador, bem como são as dificuldades que fazem a ciência progredir. Daí, a continuidade de nossa pesquisa.

O trabalho de campo teve início em outubro de 2008, quando tivemos acesso ao arquivo propriamente dito, dando início a um processo de “garimpagem” do que seria pertinente para nossa pesquisa. Ao todo, foram contabilizadas, mais ou menos, umas 20 (vinte) caixas, contendo pertences do bancário, algumas continham documentos e pastas e, outras, objetos pessoais e pequenos recortes de papel.

Além disso, em uma estante de madeira, foram encontrados, também, vários documentos do bancário. Com a ajuda da viúva, que ia nos indicando, uma a uma, as caixas onde se encontravam as pastas que poderiam conter documentos referentes ao Programa analisado nesta pesquisa, pudemos encontrar informações bastante relevantes para a mesma e, com seu consentimento, levamos parte deste material para uma análise mais aprofundada e, posteriormente, a elaboração deste trabalho.

Ao final do processo de “garimpagem”, em meio à grande quantidade de documentos do arquivo, restaram apenas 07 (sete) pastas, nas quais estavam concentradas os documentos que fizeram parte do PACRA. As outras pastas continham documentos referentes ao Crédito Rural arquivados durante toda a vida profissional do bancário, porém não específico do Programa.

Após este trabalho inicial de coleta de dados e em um processo arbitrário de classificação, separamos o material que parecia mais relevante do que os outros e, como diria Foucault,

A cada uma destas singulares rubricas podemos dar um sentido preciso e um conteúdo determinável. Utilizo-me do momento onde a idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. (FOUCAULT, 2000: Prefácio, p. IX e X)

Para Foucault, trata-se de uma nova maneira de fazer história, com um novo modo de vincular as coisas, ao mesmo tempo, ao olhar e ao discurso.

A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam, no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo de que se estabelece entre os seres vivos. E é nesse tempo classificado, nesse devir quadriculado e especializado que os historiadores do século XIX se empenharão em escrever uma história enfim “verdadeira” – isto é, liberada da racionalidade clássica, de sua ordenação e de sua teodicéia, uma história restituída à violência irruptiva do tempo. (FOUCAULT, 2000: 180)

Logo na leitura dos primeiros documentos, pudemos ir conflitando as informações dadas pela viúva e as informações coletadas com a leitura, dentre as quais, a de que havia sido realizado um curso para formadores de Agentes de Crédito Cooperativo, do qual seu esposo havia feito parte. Entre outras coisas, a viúva nos disse que, em 1963, ele havia sido um dos 20 (vinte) agentes formados na primeira turma do referido curso, cuja finalidade consistia em designar tais agentes para os trabalhos de cooperativismo – estudo de regiões, restauração, instalação e fiscalização de cooperativas na Amazônia Legal.

Estes agentes eram, automaticamente, subordinados ao Departamento de Cooperativismo, do Programa de Assistência ao Cooperativismo do Banco de Crédito da Amazônia S/A, enquanto durasse o serviço em determinado local, embora lhes fosse autorizado a agir, coordenadamente, com as administrações das Filiais, a cuja zona de jurisdição pertenciam os setores de sua atividade provisória.<sup>37</sup>

Deste modo, privilegiamos em nossa análise o levantamento da documentação sem recorrermos aos possíveis arquivos do BASA, por não se encontrarem disponíveis os documentos referentes ao PACRA para uma possível consulta e sobre os Agentes de Crédito Cooperativo para uma possível entrevista.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Carta Circular nº 636, de 6 de junho de 1963. *Banco de Crédito da Amazônia S.A.* Direção Geral. Belém/PA.

<sup>38</sup> No dia 04 de fevereiro de 2010, dirigimo-nos ao BASA e fomos muito bem atendidos pelo Sr. Jean Ferreira de Avillar, Gerente de Relacionamento PJ. O Sr. Jean explicou-nos que os documentos do BASA eram arquivados na Agência Matriz, que fica localizada em Belém/PA. Por conta disso, recomendou-nos que enviássemos um e-mail solicitando as informações que necessitávamos que ele iria

### 2.3.1 Documentos Levantados

Durante o trabalho de campo e após a análise das caixas, foram encontrados vários tipos de arquivos, muitos deles já bastante danificados, mais pela ação do tempo, do que pela falta de conservação, visto que, com esta última, houve certa preocupação, pois os arquivos encontravam-se todos organizados em pastas de papelão, na época, chamadas de “classificador rápido”, como consta na capa de algumas delas. (Vide anexos)

Os papéis apresentavam uma cor já bastante amarelada, pálida e com marcas evidentes da ação do tempo. Os documentos achavam-se danificados, corroídos nas extremidades. Os grampos e outras “ferramentas” que os perfuravam, encontravam-se, todos, enferrujados, dificultando e, até mesmo, impedindo a leitura de algumas partes dos textos neles contidos. Por este motivo, muitos deles necessitaram, e ainda necessitam, ser manuseados com bastante cuidado para não correremos o risco de perdermos informações importantes e precisas para nossa pesquisa.

Entre os papéis, observamos, ainda, que uma parcela deles tratava-se de correspondências enviadas pelo BCA ao funcionário que constituiu o arquivo estudado. Alguns continham conteúdos informativos e, outros, instrutivos, isto é, com orientações enviadas para serem cumpridas “rigorosamente”<sup>39</sup> pelos ACC.

Encontramos documentos datados desde o início da década de 60, mais precisamente, desde 1962 até final da década de 70, mas privilegiamos, neste trabalho, somente os arquivos ligados, diretamente, ao Programa estudado, isto é, da década de 60. Os demais documentos encontrados serviram apenas para subsidiar uma ou outra análise durante a elaboração deste trabalho.

No total, foram consultados 85 (oitenta e cinco) documentos que compreendiam os seguintes gêneros: Cartilha; Estatuto; Formulário Modelo; Carta Circular; Boletim Informativo; Carta de Apresentação de Funcionário; Carta ao ACC; Carta ao BASA; Informação; Portaria; Apostila; Relatório; Revista; Carta; Normas de Serviço; Folha de Frequência; Papel Ofício; Papel Timbrado do BASA; Aditivo; Recorte de Jornal; Recorte de

---

encaminhar para o setor responsável, para que fôssemos atendidos. Retornamos algumas vezes à agência em busca das informações solicitadas que nunca chegaram. Até o fechamento desta pesquisa não obtivemos nenhum retorno.

<sup>39</sup> No decorrer desta pesquisa, foi observado o uso constante da palavra “rigorosamente” nos documentos do arquivo analisado.

Papel; Outros (Papéis Grampeados); Curriculum Vitae e Ficha Cadastral de Funcionário. As cartas que circularam entre a agência e os agentes totalizaram 34 (trinta e quatro) documentos, sendo: 09 (nove) Cartas Circular; 02 (duas) Cartas de Apresentação; 21 (vinte e uma) Cartas direcionadas aos ACC; 01 (uma) Carta direcionada ao BASA e 01 (uma) Carta Comum. A maioria consistia em documentos que tramitaram, burocraticamente, no BASA, durante o período de execução do Programa.

A seguir, passaremos à descrição dos documentos levantados, em forma de quadro demonstrativo, que mais facilmente contribuem para uma análise criteriosa.

## QUADRO I

### Tipo e Quantidade dos Documentos Analisados

<b>Descrição dos Documentos</b>	<b>Quantidade encontrada no arquivo</b>
Cartilha	04
Estatuto	02
Formulário Modelo	13
Carta Circular	09
Boletim Informativo	01
Carta de Apresentação de Funcionário	02
Carta ao ACC	21
Carta ao BASA	01
Informação	01
Portaria	01
Apostila	11
Relatório	02
Revista	02
Carta	01
Normas de Serviço	01
Folha de Frequência	02
Papel Ofício	03
Papel Timbrado do BASA	01
Aditivo	01
Recorte de Jornal	01
Recorte de Papel	01
Outros (Papeis Grampeados)	02
Curriculum Vitae	01
Ficha Cadastral de Funcionário	01
<b>Total</b>	<b>85</b>

A seguir, elaboramos um quadro com os documentos levantados, onde procuramos “classificar” tais documentos, seguindo alguns critérios, tais como gênero, conteúdo, local e data. Os documentos foram catalogados na ordem em que foram

organizados pelo bancário nas pastas, ou seja, na ordem inversa em que foram guardados e/ou arquivados, já que os primeiros documentos de uma pasta de arquivo são os primeiros a serem arquivados. Um ou outro documento não foi possível fazer sua identificação no quadro, devido o estado em que se encontravam, isto é, o grampo que segurava o mesmo nas pastas já estava bastante enferrujado, manchando com ferrugem ou corroído algumas partes dos documentos.

Para facilitar, enumeramos as 07 (sete) pastas, procurando facilitar a elaboração do quadro onde faríamos a descrição do conteúdo de cada uma das pastas, bem como dos documentos nelas contidos, como relataremos a seguir.

A pasta 01 (um) é uma pasta de papelão grosso, amarelada. Na parte superior da capa está escrito “Classificador Rápido Carioca” e “Estante de Divisão Nº.”. Na parte central da capa consta a identificação dos documentos, escrita em letras grandes e maiúsculas da seguinte forma “BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A. – DCOOP. Logo em seguida, está escrito o nome do ACC, seguido da sigla “ACC”. Na parte inferior da capa encontram-se os dizeres: “Principiado em:” e “Terminado em:”. Estes dois campos não estão preenchidos. Na parte esquerda da capa, em sentido vertical, encontramos os dizeres “Nº.” o qual também não está preenchido; o campo “nome”, onde novamente encontramos o nome do ACC, preenchido, e o campo “Domicílio:”, este não preenchido. Na parte inferior, encontramos um carimbo da “Livraria Carioca”, provavelmente, a fabricante deste tipo de pasta para arquivos, na época. No carimbo os seguintes dizeres: “Livraria Carioca, Fund. 1898. Rua Sto. Antonio, No. 79. Fone 1237, Belém Pará. R. J. Maia e Cia”. Nesta pasta, foram encontrados 35 (trinta e cinco) documentos, sendo: 01 (uma) cartilha, 01 (um) Estatuto, 09 (nove) Formulários Modelo, 07 (sete) Cartas Circular, 01 (um) Boletim Informativo, 02 (duas) Cartas de Apresentação de Funcionário, 11 (onze) Cartas ao ACC, 01 (uma) Carta ao BASA, 01 (uma) Informação, 01 (uma) Portaria e 01 (uma) Apostila.

A pasta 02 (dois), também amarelada, é uma pasta de papelão, menos grosseiro que o material da pasta 01. Um pouco menor, em dimensão, do que a pasta 01. Na parte superior da capa está escrito “CURSO DE CRÉDITO RURAL PARA A AMAZÔNIA”. Na parte central da capa, encontramos os seguintes dizeres: “Cooperativismo Teoria e Prática” e, na parte inferior da capa, encontramos as siglas, “GECRE/B.C.A. Um único documento, uma apostila de 110 (cento e dez) páginas, compreende esta pasta.

A pasta 03 (três) possui as mesmas características da pasta 01, porém, nenhum preenchimento na capa. Dentro desta pasta foram encontrados 06 (seis) documentos, sendo: 01 (um) Relatório, 02 (duas) Revistas, 01 (uma) Cartilha e 02 (duas) Apostilas.

A pasta 04 (quatro) é uma pasta de papelão grosso, de cor meio esverdeada, um pouco maior em tamanho do que as pastas 01, 02 e 03. Na parte superior da capa encontramos escrito “Estante de Divisão N°.”, mas este campo não se encontra preenchido. Na parte central da capa encontramos algumas linhas, nas quais está escrito – em letras grandes, na cor marrom – “Estatuto Cooperativa”. Na parte inferior da capa encontram-se os dizeres “Principiado em:” e “Terminado em:”. Estes campos, também, não estão preenchidos com nenhuma informação. Na parte esquerda da capa, em sentido vertical, encontramos os campos: “N°.”, o campo “Nome”, o campo “Endereço”, o campo “Assunto” e os campos “De .....19..... A..... 19.....” Nenhum destes campos possui qualquer informação. Na parte inferior da capa, encontramos, em letras bem pequenas, a palavra “EMBALA”, este, talvez, seja o nome do fabricante das pastas. Dentro desta pasta, foram encontrados 16 (dezesseis) documentos, sendo: 01 (uma) Carta Circular, 11 (onze) Cartas ao ACC, 01 (uma) Carta, 01 (uma) Norma de Serviço, 01 (um) Relatório e um 01 (um) Estatuto.

A pasta 05 (cinco) é uma pasta de papelão menos grosseiro que as pastas anteriores, de cor rósea. Na parte central da capa, encontramos escrito, em letras grandes, na cor azul “Modelos Cooperativismo”. Dentro da pasta, encontramos somente documentos avulsos, que não estavam presos por grampos à pasta. Foram encontrados 16 (dezesseis) documentos, sendo: 04 (quatro) Formulários Modelo, 06 (seis) Apostilas, 02 (duas) Folhas de Frequência, 02 (dois) Papéis Ofício, 01 (um) Papel Timbrado do BASA e um 01 (um) Aditivo.

A pasta 06 (seis), apesar de a termos denominado de pasta, como as outras, trata-se, na verdade, de um envelope, de material plástico, de correspondência interna, com o emblema do Banco da Amazônia S. A., em letras verdes, o chamado “envelope vai-e-vem.” Nele, encontramos vários papéis avulsos referentes ao Programa. Os documentos encontrados neste envelope são de datas mais recentes, da década de 80 a 90. Em sua maioria, são documentos de cunho pessoal do agente social. Por este motivo, omitimos alguns documentos e incluímos no quadro demonstrativo apenas os que dizem respeito ao seu trabalho de ACC. Aqui foram encontrados 08 (oito) documentos, sendo: 01 (um) Recorte de Jornal, 01 (um)

Recorte de Papel, 02 (duas) Cartilhas, 01 (um) Papel Ofício e 02 (duas) pilhas de papéis pregados com cliques.

A pasta 07 (sete) é uma pasta grande, do tipo A-Z, de cor azul. Nesta pasta, encontramos vários documentos referentes ao Crédito Rural, porém, estes não são documentos referentes ao Programa de Cooperativismo estudado. Por outro lado, encontramos um dos documentos mais relevantes de nossa pesquisa, o Curriculum Vitae e a ficha cadastral de funcionário do agente social estudado. No primeiro, constam datas importantíssimas, bem como a descrição das atividades e os Municípios onde o agente social atuou como ACC, que foram analisadas neste trabalho. Além disso, encontramos também uma Carta Circular do Banco da Amazônia S. A. datada de 15.08.91, que trata da aprovação da instituição do “Programa Especial para Atendimento de Miniprodutores e Microempresas Organizados em Associações/Cooperativas”, ou seja, trata-se de mais um programa de crédito rural, implantado pelo BASA, quase 30 (trinta) anos depois do programa estudado, desta vez com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. O que comprova que o agente social sempre esteve envolvido nesta área de crédito rural como confirmou sua esposa em entrevista durante a realização desta pesquisa. Daí que, desta pasta, somente estes documentos foram contemplados em nosso quadro demonstrativo, devido a sua eventual relevância para nossa pesquisa, sendo os demais ocultados, pois se tratavam de modelos de projetos de várias culturas, de datas mais recentes, mais precisamente da década de 80 a 90, e não contribuiriam, diretamente, para o objetivo de nossa pesquisa. Nesta pasta, foram encontrados 03 (três) documentos, sendo: 01 (um) Curriculum Vitae, 01 (uma) Ficha Cadastral de Funcionário e 01 (uma) Carta Circular.

## QUADRO II

### Descrição dos Documentos do Arquivo (1)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
001	01	Cartilha	Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica (a ser executado pelo Banco de Crédito da Amazônia – BCA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação;</li> <li>• Linhas gerais do programa;</li> <li>• As cooperativas centrais;</li> <li>• Notas para agricultores e demais interessados no cooperativismo que o BCA planejou para a Amazônia;</li> <li>• Fatores de sucesso de uma cooperativa;</li> <li>• Banco de Crédito da Amazônia nos escritórios da Amazônia;</li> <li>• Sinopse do Plano de Assistência Rural do BCA pelo seu Departamento de Cooperativismo.</li> </ul>	Belém, março de 1963.	16	–
002	01	Estatuto	Cooperativa Central do Pará – Estatutos	<p>Capítulo I – Da sociedade, forma jurídica, sede, duração e área de ação.</p> <p>Capítulo II – Do capital social.</p> <p>Capítulo III – Dos objetivos sócio-econômicos e operações.</p> <p>Capítulo IV – Das cooperativas associadas e dos sócios singulares – Seus direitos e responsabilidades.</p> <p>Capítulo V – Da Assembleia Geral.</p> <p>Capítulo VI – Do Conselho de Administração.</p> <p>Capítulo VII – Do Conselho Fiscal.</p> <p>Capítulo VIII – Das taxas, contribuições, lucros, fundo de reserva, fundo de desenvolvimento e suas contribuições.</p> <p>Capítulo IX – Disposições Gerais e Transitórias.</p>	Belém, Pará, 26 de junho de 1963.	21	–
003	01	Formulário Modelo	Banco de Crédito da Amazônia Departamento de Cooperativismo Proposta para Empréstimo – Cooperados	–	–	01	–
004	01	Formulário Modelo	Cadastro Rural	–	–	02	–



### QUADRO III

#### Descrição dos Documentos do Arquivo (2)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
005	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Direção Geral Carta Circular nº 670	Comunicado aos gerentes de filiais do banco, sobre a instalação da Cooperativa Central do Pará, em Belém, dia 26/06/1963, e da indicação do Diretor Gerente da mesma. O Sr. Presidente do BCA, recomenda que todos os órgãos deste estabelecimento prestem a colaboração e assistência necessárias ao diretor indicado, no desempenho de suas tarefas.	Belém, 02 de agosto de 1963.	01	-
006	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia Direção Geral Carta Circular nº 669	Instruções aos gerentes de filiais do banco, de providências quanto à aquisição de terreno para funcionamento das futuras sedes das cooperativas e demais setores nos locais a serem instaladas.	Belém, 02 de agosto de 1963.	03	Nota no final da carta: Esta Carta Circular cancela e substitui a de nº 639, de 11/06/1963.
007	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia Direção Geral Carta Circular nº 629	Comunicado do Departamento de Cooperativismo do BCA, aos gerentes das filiais dos bancos, dando instruções para início da implantação do Programa de Assistência ao Cooperativismo em sua fase preliminar.	Belém, 22 de maio de 1963.	06	Nota no final da carta: A presente Carta Circular se originou dos despachos presidenciais (3) de 10 e 13.5.63, exarados, respectivamente, nos pareceres DCOOP – Chefia 63/6, de 4.4.63, e 63/15, de 25.4.63, bem como no telegrama de 10.5.63, recebido de A. Porto. Com aprovação do Sr. Presidente, foram na mesma, introduzidas várias matérias não constantes dos processos inicialmente citados, mas de interesse ao Programa de Cooperativismo do Banco e à orientação dos trabalhos em vista.
008	01	Boletim Informativo	Banco de Crédito da Amazônia Direção Geral Boletim nº 548	Instruções aos gerentes de filiais do banco, para providenciar a inclusão de 8 folhas anexas ao boletim, no REG-INTERNO, e que as mesmas passarão a constituir o Capítulo VI-b deste regimento, correspondente ao Departamento de Cooperativismo.	Belém, 10 de junho de 1963.	09	Em anexo, Capítulo VI-b – Departamento de Cooperativismo.

## QUADRO IV

### Descrição dos Documentos do Arquivo (3)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
009	01	Carta Circular	Carta Circular nº 455 Ao Banco de Crédito da Amazônia S. A.	Instruções aos gerentes de filiais do banco, sobre as normas para uso imediato das “Células de Crédito Rural”, que substituam os contratos em uso para as operações de empréstimo rural.	Belém, 3 de abril de 1962.	08	-
010	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Direção Geral Carta Circular nº 501	Instruções aos gerentes de filiais do banco, de providências quanto ao financiamento a pequenos granjeiros.	Belém, 08 de setembro de 1962.	02	-
011	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Direção Geral Carta Circular nº 462	Encaminha aos gerentes de filiais do banco, Circular nº 145, a qual dispõe sobre a isenção do selo nas operações de crédito realizadas mediante as células criadas pela Lei nº 3.253/57, de 27.8.1957.	Belém, 24 de abril de 1962.	03	Em anexo, Cédulas de Crédito Rural. Circular nº 145, da Diretoria das Rendas Internas.
012	01	Carta de Apresentação de funcionário	Direção Geral FGM/EGB Ref.: COOPCHE 63/3 Ao Banco de Crédito da Amazônia S. A.	Carta de Apresentação do Agente de Crédito Cooperativo (A.C.C.), designado para assessorar a Cooperativa Agrícola Mista de Parintins Ltda.	Belém (PA), 31 de outubro de 1963.	01	-
013	01	Carta de Apresentação de funcionário	Direção Geral FGM/EGB Ref.: COOPCHE 63/2 Ao Banco de Crédito da Amazônia S. A.	Carta de Apresentação do Agente de Crédito Cooperativo (A.C.C.), designado para assessorar a Cooperativa Agrícola Mista de Itacoatiara Ltda.	Belém (PA), 31 de outubro de 1963.	01	-
014	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Itacoatiara - Amazonas	DNC/MBN FINCOOP Nº 63/4 (2 vias)	Encaminha ao funcionário, para fiel execução, as instruções constantes do boletim nº 571, de 16.10.63, que passam, doravante, a regulamentar a organização do cadastro do Banco, inclusive, obviamente, as fichas cadastrais de cooperativas e seus dirigentes.	Belém (Pa.), 16 de dezembro de 1963.	24	Em anexo, Banco de Crédito da Amazônia. Direção Geral Boletim nº 571, de 16.10.1963, encaminha CIS-GERAL, CADASTRO, CAPÍTULO III.

## QUADRO V

### Descrição dos Documentos do Arquivo (4)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
015	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Itacoatiara – Amazonas.	Ref. CONCOOP DK. 63/43	Correspondências sobre cooperativas, recomendando ao ACC que toda correspondência referente às cooperativas deverá ser encaminhada em 4 vias, das quais uma via é para o Inspetor de Cooperativas, cargo recém-criado.	Belém (Pa.), 27 de dezembro de 1963.	01	-
016	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Itacoatiara – Amazonas.	Ref.: CONCOOP FBT/DK 63/18	Encaminha ao funcionário, para conhecimento, cópia do telegrama ref. CONCOOP, enviado às agências da área Amazônica.	Belém (PA), 10 de dezembro de 1963.	02	Em anexo, Telegrama datado, Belém (PA), 9 de dezembro de 1963.
017	01	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia Direção Geral Carta Circular nº 636	Comunicado aos gerentes de filiais do banco, para conhecimento, que a Exma. Diretoria, em despacho presidencial de 27.5.63 (Parecer DCOOPCHE-63/17, de 8.5.63) e sessão de 28.5.63, resolveu aprovar as seguintes NORMAS PROVISÓRIAS, com vigência até 31.12.63, para as operações de financiamento relacionadas ao PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO deste Banco.	Belém, 6 de junho de 1963.	12	Anexos 01: Minuta – Contrato de abertura de crédito com garantia pignoratícia e caução de título cambiário. Anexo 02: Decreto nº 1.503, de 12.11.62, publicado no DOU de 13.11.62 – Suspende, temporariamente, as concessões de autorização de funcionamento ou registro de novas cooperativas de crédito ou concessão de crédito, e dá outras providências.
018	01	Carta ao Banco de Crédito da Amazônia S. A., Parintins – Amazonas.	DNC/LT/FINCOOP Nº 63/5 (2 vias)	Solicita que seja encaminhada cópia do memorando DNC/MGRB. Ref.: FINCOOP MEMORANDO Nº 63/14, de 25/09/1963 – referente às conclusões sobre vistorias, para ACC do BCA de Parintins-Amazonas.	Belém (Pa), 30 de dezembro de 1963.	05	-
019	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Parintins – Amazonas	Ref.: FINCOOP DNC/sSr 63/18 (2 vias)	FINCOOP encaminha cópia do relatório resultante da inspeção feita à cooperativa de Parintins-Amazonas para regularização das falhas.	Belém (PA), 18 de dezembro de 1963.	08	-
020	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A.	Direção Geral FGM/EBG REF.: - COOPECHE Nº 63/93	Encaminha Normas de Serviço aos ACC, enquanto não for expedida a CIS-COOP.	Belém (PA), 31 de outubro de 1963.	04	-

## QUADRO VI

### Descrição dos Documentos do Arquivo (5)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
021	01	Informação	À COOPERATIVA MISTA DE ITACOATIARA LTDA	Informação sobre o funcionamento da Rádio Difusora do Pará, programa Amazônia Cooperativista com o fim exclusivo de orientar e difundir a doutrina Cooperativista, transmitir notícias e mensagens de interesse da Cooperativa e seus cooperados.	Belém (Pa.), 14 de janeiro de 1964.	01	-
022	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Itacoatiara – Amazonas.	EBG/ Ref.: CONCOOP Nº 64/49	Recomenda aos ACC evitar a prática fora das reais finalidades da função dos ACC.	Belém (PA), 18 de maio de 1964.	01	-
023	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Itacoatiara – Amazonas.	CS/EGB.- Ref.: COOPCHE 64/33	Recomendações ao ACC, resultante da 1ª Reunião de Agentes de Crédito Cooperativo.	Belém (PA), 4 de maio de 1964.	04	-
024	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Parintins – Amazonas.	Ref.: CONCOOP ANL/LT. Nº 64/78	Assessoramento de Cooperativas – Confirma instruções provisórias transmitidas pela carta nº 63/93, de 31/10/63 ao ACC de Parintins-Amazonas.	Belém (PA), 4 de setembro de 1964.	01	-
025	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Capanema – Pará.	Murrieta Ref.: CONCOOP Nº 65/19	Viagens a serviço – Reitera instruções ao ACC.	Belém (PA), 8 de janeiro de 1965.	01	-
026	01	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Capanema – Pará.	(A Identificação deste documento encontra-se corroida não sendo possível a leitura desta parte).	Recomendações relativas à regularização da associação de Capanema-Pará.	Belém (PA), 1 de fevereiro de 1965.	01	-
027	01	Formulário Modelo	Ficha de Identificação de Associado.	-	-	01	Documento solto dentro da pasta.
028	01	Formulário Modelo	Espécie de Planilha a ser utilizado pelas Cooperativas – Valor das Quotas-Partes.	-	-	01	Documento solto dentro da pasta.
029	01	Formulário Modelo	Modelos de Termos Abertura e de Encerramento para Registros e Livros	-	-	02	Documentos soltos dentro da pasta.

## QUADRO VII

### Descrição dos Documentos do Arquivo (6)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
030	01	Formulário Modelo	Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade Cooperativa	-	-	01	Documento solto dentro da pasta.
031	01	Portaria	Portaria nº 191, de 8 de fevereiro de 1956.	Aprova instruções sobre as Cooperativas de Crédito Agrícola.	Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1958, pág. 2.690.	01	Documento solto dentro da pasta.
032	01	Formulário Modelo	Divisão de Cooperativismo e Organização Rural (antigo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura - S.E.R.) Modelo de Requerimento ao S.E.R.	-	-	01	Documento solto dentro da pasta.
033	01	Formulário Modelo	Modelo de Requerimento ao Oficial do Registro ou Juiz Competente.	-	-	01	Documento solto dentro da pasta.
034	01	Apostila	Como se organiza uma Cooperativa.	-	-	02	Documento solto dentro da pasta.
035	01	Formulário Modelo	Modelo de Estatuto de uma Cooperativa.	-	-	14	Documento solto dentro da pasta.
036	02	Apostila	Cooperativismo: Teoria e Prática.	Curso de Crédito Rural para a Amazônia - GECRE / BCA Apostila preparada pelo professor Bruno de Menezes	Belém - Pará, Setembro de 1962.	110	-
037	03	Relatório	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Relatório do Exercício de 1962 (Separata)	-	Belém - Pará, 1962.	28	-
038	03	Revista	B.C.A. Revista - Nº 3	-	Abril 1963.	17	-
039	03	Revista	B.C.A. Revista - Nº 4	-	Agosto-Setembro 1963.	21	-
040	03	Cartilha	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Departamento de Cooperativismo	Mensagem aos Rurícolas da Amazônia	Belém, Setembro de 1963	10	-
041	03	Apostila	História do Cooperativismo	-	-	119	-
042	03	Apostila	Curso de Preparação de Administradores e Técnicos em Cooperativismo.	Introdução às aulas de Estatística	-	37	Documento solto dentro da pasta, com páginas faltando.

## QUADRO VIII

### Descrição dos Documentos do Arquivo (7)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
043	04	Carta Circular	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Direção Geral Carta Circular nº 755	Encaminha aos gerentes de filiais do banco, Modelo de Demonstração dos Financiamentos aos Cooperados.	Belém (PA), 24 de janeiro de 1964	02	Em anexo: Modelo de Demonstração dos Financiamentos aos Cooperados.
044	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	DK/Icunha Ref. – DCOOP-FINCOOP Nº 66/	Encaminha aos gerentes de filiais do banco, Modelo de Ofício a ser encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Departamento de Assistência ao Cooperativismo.	Belém (PA), 1966.	03	Em anexo: Modelo de Ofício a ser encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Departamento de Assistência ao Cooperativismo.
045	04	Carta	Ref.: – COOPCHE VHMC/MGRB Nº 64/129	Encaminha ao funcionário, Modelo do Boletim de Atividades a ser seguido obrigatoriamente.	Belém, 10 de agosto 1964.	05	Em anexo: Modelo do Boletim de Atividades.
046	04	Normas de Serviço	Direção Geral Ref.: – DCOOP/COOPCHE Nº 66/	Encaminha ao funcionário do banco, instruções provisórias. Até que a CIS-COOP seja expedida.	Belém (PA), 23 de agosto de 1966.	05	–
047	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	ANL/Wjds. DCOOP-CONCOOP Nº 67/01 – CIRCULAR	Encaminha ao ACC, explicação sobre rotação de culturas a serem repassadas ao agricultor.	Belém (PA), 03 de fevereiro de 1967.	02	–
048	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	Ref.: CODAL Nº 67	Encaminha ao ACC, modelo de estatuto padrão cedido pelo INDA, que deverá servir de base para os estatutos de todas as cooperativas integradas ao Plano de Assistência ao Cooperativismo do Banco.	Belém (PA), 13 de novembro de 1967.	03	–
049	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	ebg/ebd. Ref: CODAL Nº 68/52	Encaminha exemplar da C.C. nº 1.621, que disciplina a lavratura de contratos de recomposição de dívidas dos cooperados.	Belém (Pa), 25 de janeiro de 1968.	09	Em anexo: - Banco da Amazônia S/A – Direção Geral – Carta Circular nº 1621; - Minuta do Contrato de Recomposição de Dívida.
050	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	EBG/ebd. REF: CODAL Nº 68/90	Encaminha Memorando nº 68/44, de 25/01/1968, recomendando que o ACC mantenha contato com os Poderes Públicos Municipais, sobre os reais objetivos do Programa de Crédito Rural.	Belém (Pa), 15 de março de 1968.	04	Em anexo: - ZC/cl. CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL Memorando nº 68/44; - Minuta.

QUADRO XIX

Descrição dos Documentos do Arquivo (8)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
051	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	acs/lam Ref.: CODAL N° 68/28 (2 vias)	Informa que o Banco voltou a financiar as Cooperativas para as finalidades previstas na Carta Circular n° 1.287, de 26.09.66.	Belém (Pa), 03 de abril de 1968.	03	Em anexo: Banco da Amazônia S.A. – Direção Geral Carta Circular n° 1.675, de 19.03.1968.
052	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	ebg/lam Ref.: CODAL N° 68/169 (2 vias)	Encaminha Almanaque Rural, editado pela BELTOMECA COMERCIAL LTDª, com informações práticas e úteis ao meio rural.	Belém (Pa), 18 de abril de 1968.	02	–
053	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	mrmlam Ref.: CODAL N° 68/259	Encaminha instruções sobre “prejuízos a ressarcir” e “sobras a distribuir”.	Belém (Pa), 19 de agosto de 1968.	01	–
054	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	ebg/lam Ref.: CODAL N° 68/258	Encaminha recomendação para adaptação de Estatuto de Cooperativas ao Decreto n° 60.597, de 19.04.1967.	Belém (Pa), 19 de agosto de 1968.	01	–
055	04	Carta ao ACC do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Guajará Mirim – Rondônia.	ebg/lam Ref.: CODAL N° 68/344	Encaminha instruções sobre órgãos administrativos e fiscal de cooperativas.	Belém (Pa), 23 de agosto de 1968.	01	–
056	04	Carta do ACC de Guajará Mirim – Rondônia para o Banco de Crédito da Amazônia S. A.	Ao Banco da Amazônia S.A.	Solicitações do ACC a Gerência do BCA.	Guajará-Mirim, 13 de agosto de 1968.	02	–
057	04	Relatório	Ref.: Cooperativismo Relatório 68/01	Cooperativa Agrícola Mista de Porto Velho	Porto Velho, 18 de julho de 1968.	03	–
058	04	Estatuto	Estatutos da Cooperativa Avícola Mista do Estado da Paraíba	–	–	14	–
059	05	Formulário Modelo	Universidade Federal do Ceará Escola de Agronomia Departamento de Economia Agrícola	Modelo de Questionário Aspectos de Produção e Comercialização de Aves e Ovos em Fortaleza	–	09	–

## QUADRO X

### Descrição dos Documentos do Arquivo (9)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
060	05	Apostila	Ministério do Interior Banco da Amazônia S.A. Centro de Treinamento – CETRE	I CURSO DE CRÉDITO INDUSTRIAL “A FILOSOFIA DO CRÉDITO INDUSTRIAL” Antonio Walmir Fiock da Silva Fonte: Programa de Crédito Rural Industrial (DESEC/GERIN)	Maio/72	10	–
061	05	Folha de Frequência	Ministério do Interior Banco da Amazônia S.A. Centro de Treinamento – CETRE	I CURSO DE CRÉDITO INDUSTRIAL Relação dos Participantes	–	01	–
062	05	Folha de Frequência	Ministério do Interior Banco da Amazônia S.A. Centro de Treinamento - CETRE	I CURSO DE CRÉDITO RURAL Relação dos Participantes	01/03/1972	01	–
063	05	Papel Ofício	Folha avulsa	Algumas anotações do ACC escritas à mão	28.3.72	01	–
064	05	Papel Timbrado do Banco	Folha avulsa	Algumas anotações do ACC escritas à mão.	28.3.72	01	–
065	05	Apostila	–	Pontos principais que devem ser objeto da ação orientadora dos fiscais	–	04	–
066	05	Apostila	Ministério do Interior Banco da Amazônia S.A. Centro de Treinamento - CETRE	I CURSO DE CRÉDITO RURAL Disciplina: Projetos Rurais – Elaboração e Análise Professor: José Delmário Ribeiro dos Santos	–	02	–
067	05	Apostila	Instruções – Crédito Infra-Estrutural e Industrial (2 vias)	–	–	03	–



QUADRO XI

Descrição dos Documentos do Arquivo (10)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
068	05	Formulário Modelo	Alguns modelos de formulários referentes à Cooperativa Escolar.	- Cooperativa Escola – Recibo de Quotas Partes (2 vias); - Cooperativa Escolar – Espécie; - Pagamento; - Proposta de Associado; - Cooperativa Escolar – Pagamentos; - Cooperativa Escolar – Histórico; - Artigo – Preço da Venda; - Cooperativa Escolar – Balanço Semanal – Material Escolar; - Ato Constitutivo da Cooperativa Escolar; - Instruções para fundação de uma cooperativa escolar; - Cooperativa Escolar – Histórico.	-	14	Documentos presos com um clipe
069	05	Aditivo	Papeis Grampeados	Aditivo de Re-Ratificação à Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária, emitida pelo Sr. Crisógono de Almeida Martins em favor do Banco do Nordeste do Brasil S. A.	Várias Datas (década de 70)	17	-
70	05	Apostila	Roteiro para análise de proposta de borracha – a nível de agência	-	-	10	-
71	05	Papel Ofício	Memorial de Cálculo para fossa e sumidouro.	-	Manaus, 17 de janeiro de 1983.	02	-
72	05	Apostila	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas Vinculada à Secretaria de Estado da Produção Rural.	-	-	07	-
073	05	Formulário Modelo	Minuta – Contrato de arrendamento que entre si fazem, como arrendadores.	-	-	02	-
074	05	Formulário Modelo	Anexo nº 1	Modelo de procuração a ser outorgada por instrumento público para efeito de emissão de cédula de crédito rural	-	01	-

## QUADRO XII

### Descrição dos Documentos do Arquivo (11)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
075	06	Recorte de Jornal	Folha Avulsa	Manchete: Balanço Banco da Amazônia lucra R\$ 292 milhões. Lucro foi 71,7% maior do que o registrado em 2002. Operações de crédito somaram R\$ 1,1 milhão.	13/02/2004	01	-
076	06	Recorte de Papel	Folha Avulsa	Anotações sobre Apicultura.	-	01	Escrito à mão.
077	06	Cartilha	Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia do Caju LTDA.	Título Nominativo.	Rio de Janeiro, 24 de abril de 1965.	28	-
078	06	Papel Ofício	Folha Avulsa	Madeiras do Amazonas – Espécies. Nome, classificação botânica, preço m/3	-	01	Algumas anotações escritas à mão atrás do papel.
079	06	Papéis pregados com um único clipe.	Folha Avulsa	- Modelo de Requerimento destinado ao Ilmo. Sr. Presidente do Instituto Terras do Amazonas (4 cópias); - Formulário Modelo de Relação de bens para cadastro (2 cópias); - Modelo de Requerimento destinado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Terras e Habitação (3 cópias); - Documento do BASA ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM (comunicando autorização para elaboração de Projeto Técnico de 21/12/2001 – 2 páginas – 2 vias).	-	-	-
080	06	Papéis pregados com um único grampo.	Folha Avulsa	- Formulário de Adesão ao Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, do Banco do Brasil (2 vias); - Folder sobre o PROGER – Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Trabalho; Mtb – Ministério do Trabalho; FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; - Recorte de jornal com anúncios de livros sobre agricultura.	1999	05	Proger procurava beneficiar, segundo informações do folder, associações de pequenos produtores rurais.
081	06	Cartilha	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FAERN.	Manual da Securitização das Dívidas Rurais.	-	09	-

QUADRO XIII

Descrição dos Documentos do Arquivo (12)

Ordem	Pasta	Gênero do Documento	Descrição do Documento	Conteúdo do Documento	Local e Data do Documento	Quantidade de Páginas do Documento	Observação
082	06	Apostila	Projeto de Implantação Açaf.	-	-	19	-
083	07	Curriculum Vitae	Curriculum Vitae do Agente Social Estudado	-	-	02	-
084	07	Ficha Cadastral de Funcionário	Ficha Cadastral de Funcionário do BASA S.A.	-	05.03.75	05	-
085	07	Carta Circular	Da Direção Geral GECOC-DINAC-GN	Assunto: Programa Especial para Atendimento de Miniprodutores e Micro Empresas Organizados em Associações Cooperativas.	15.08.91	15	-

Neste segundo capítulo, procuramos compreender de que forma a sociologia comparativa de Weber nos ajuda a compreender essas similaridades históricas com a análise do arquivo sobre o PACRA, nosso objeto de estudo.

Isto nos levou a ideia de usar o método comparativo na perspectiva de Weber, como método esclarecedor, se compararmos o PACRA a essas experiências similares, para verificar que combinação de fatores, ou mesmo a falta deles, que às vezes é mais sintomático em Weber do que a sua presença, pode esclarecer os problemas do subdesenvolvimento e da marginalização sócio-cultural, em diferentes níveis e graus que aparecem na Amazônia.

Este capítulo também nos permitiu caracterizar o arquivo estudado como de natureza institucional. Não podemos deixar de mencionar, é claro, o mérito pessoal de quem o conservou e cuidou do acervo, fazendo com que esse “pedaço” da história da Amazônia sobrevivesse e pudesse ser registrado graças a esta preocupação, levando-nos também a uma indagação sobre a natureza de tal preocupação, isto é, a de conservar, durante anos, este material.

Tal preocupação nos remete a um aspecto de Max Weber, que lembra a ética do compromisso e da responsabilidade no sentido da ética do funcionário público – que avalia a ação de acordo com as suas consequências e a capacidade do ator de responder por elas. Nas palavras de Weber “Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: a conduta pode ser orientada para uma ‘ética das últimas finalidades’, ou para uma ‘ética da responsabilidade’”<sup>40</sup>.

Weber então, nos chama a atenção para a questão desse compromisso do funcionário com o seu próprio trabalho, isto é, com a boa execução do mesmo, enfim, com a percepção do funcionário que cuida, zela por uma instituição pública e seus objetivos. Então, neste sentido, parece ser exemplar esse “tipo ideal”, digamos assim, de um funcionário em um contexto que já não é esse, ou que talvez nunca tenha sido.

---

<sup>40</sup> Ver em COELHO (p. 5).

Assim, tentar entender a conduta deste funcionário exige um outro tipo de investigação, voltada para este fim específico, nas palavras de Coelho (p. 3),

a biografia quando inserida em um contexto histórico e compreendida a partir de certos referenciais analíticos, contribui para preservar a memória social e possui grande alcance explicativo nas Ciências Sociais. A história de alguém é sempre particular, única, pessoal e subjetiva, mas os homens constroem sua história no *espaço das aparências*, o que quer dizer, na sociedade, na interação com os outros. Agem em um mundo real e são condicionados por ele, em uma relação de co-determinação. Ao perceber as escolhas individuais, reações, singularidades, atribuição de sentido das ações, a abordagem biográfica enriquece a compreensão de um mundo social complexo. Somente a partir de muitos olhares, esse mundo pode ser percebido em sua diversidade, sem perder sua identidade, e a realidade manifestar-se de maneira real e fidedigna. A história de alguém é sempre particular, única, pessoal e subjetiva. (COELHO. p. 3)

### **CAPÍTULO III: O COOPERATIVISMO E O “PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA”**

Esse é, portanto, o plano do Banco que, adiante, vai resumido e que contará, estamos certo, com a valiosa e oportuna colaboração da SPVEA, do Banco do Brasil (CREAI) e dos órgãos do Ministério da Agricultura sediados na Amazônia. Através de sua leitura, será possível compreender a importância do movimento que se tem em mira alcançar. E os seus resultados altamente benéficos e compensadores, não temos dúvida, a experiência nos confirmará. (Cartilha do Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, Belém/PA, 1963).

Este capítulo focaliza a análise do arquivo objeto de nosso estudo, que possui uma coletânea de documentos escritos, referentes ao PACRA, datados no período das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de documentos burocráticos que tramitaram entre um técnico e a gerência do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) durante o período de funcionamento do Programa.

O PACRA objetivava a implantação e/ou o funcionamento de 50 (cinquenta) cooperativas na Amazônia, em 1963, o que nos levou a dedicar, neste capítulo, um tópico a fim de discutir o cooperativismo sob o ponto de vista doutrinário e teórico. Para tanto, realizamos uma análise das origens e do desenvolvimento do cooperativismo, para que, em primeiro lugar, fosse-nos possível defini-lo melhor e, em segundo lugar, para que pudéssemos

compreender a experiência cooperativa no processo de desenvolvimento local e humano, nos planos socioeconômico e político na Região Amazônica.

Partimos das duas vertentes principais do pensamento cooperativo – a *vertente doutrinária*, que é a mais divulgada, e a *vertente teórica*, menos conhecida, com a Escola de Münster como referência principal. Ambas, a doutrina e a teoria cooperativa são importantes para se entender o fundamento das cooperativas como associações e como empresas.

Neste capítulo ainda, pretendemos construir uma explicação histórico-sociológica do discurso de dominação que permeou os planos, projetos e programas de intervenção na Amazônia, a partir das décadas de 30 e 40, quando ocorreu em muitos países latino-americanos e especialmente no Brasil, um rápido processo de industrialização através da substituição de importações, ao mesmo tempo em que o capitalismo internacional atravessava as crises sucessivas da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial.

Paralelamente a estes acontecimentos, uma nova classe surgia de forma significativa no cenário histórico-mundial. Esta nova classe ganhou um poder crescente nos países subdesenvolvidos através do controle do Estado e das forças armadas e, ao mesmo tempo, nos países capitalistas desenvolvidos, crescendo em importância não só ao nível do Estado, mas também ao nível das grandes organizações privadas. Segundo Bresser-Pereira (1977, 77), a estes novos atores da história chamamos de classe *tecnoburocrática*, e o sistema econômico correspondente de *modo de produção tecnoburocrático ou estatal*.

O modo tecnoburocrático ou estatal de produção emerge historicamente para estabelecer, em termos renovados, um sistema de classes e de privilégio, para instaurar um sistema de poder autoritário, característico de regimes militares.

Bresser-Pereira (1977: 81), denominou este processo histórico-econômico de Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Tecnoburocrático-Capitalista, tomando como referência para uma análise exemplar deste modelo de desenvolvimento e subdesenvolvimento o Brasil, por suas formações mistas ainda predominantemente capitalistas, mas com fortes traços tecnoburocráticos.

Consideramos também neste trabalho, o Brasil como caracterização desTe modo de produção de base tecnoburocrática – durante as décadas de 60 e 70, período que corresponde à ditadura militar no Brasil – e como um instrumento teórico essencial para a compreensão também das formações capitalistas contemporâneas na Amazônia além de nos ajudar a considerar a hipótese de que essa tecnoestrutura estatal produz visões de mundo ajustadas à lógica sistêmica.

### **3.1 A Ideologia Tecnoburocrática do Planejamento Brasileiro**

A partir dos anos 50, com a recuperação do capitalismo central, que se manifesta através dos investimentos das empresas multinacionais no setor industrial dos países periféricos, e com o desenvolvimento nesses países de estados nacionais tecnoburocráticos, define-se um novo modelo de desenvolvimento. Este novo modelo industrializa os países, mas não resolve seus problemas principais. Aumenta o grau de dependência, concentra a renda, marginaliza radicalmente grande parte da população, desenvolve a indústria de bens de consumo, prioritariamente, a indústria de bens de capital, justifica o controle autoritário da sociedade por uma tecnoburocracia desenvolvimentista, disposta a tudo justificar ou sacrificar em função do aumento da eficiência e da renda total. Enfim, conduz e mantém o Brasil em uma situação que Celso Furtado chamou de “subdesenvolvimento industrializado”. (FURTADO, 1972: 14)

O modo de produção capitalista revestiu-se naturalmente de formas diversas. Suas características foram especialmente diferentes nos países periféricos, dependentes. Nestes, em uma primeira fase, boa parte do capital era controlado por capitalistas dos países centrais. A maior parte do excedente era assim desviada para o exterior. Além disso, um mercado plenamente concorrencial jamais chegou a se formar. Formas mercantilistas (e, portanto, apenas semicapitalistas) de produção e de apropriação especulativa do excedente, via poder de monopólio e não via aumento de produtividade, tenderam a ser preponderantes. Nestes termos, não ocorria desenvolvimento tecnológico, nem desenvolvimento econômico propriamente dito, mas um processo de expansão das fronteiras agrícolas ou então a implantação de enclaves modernos para a extração de minerais diretamente por empresas estrangeiras. Esse foi o capitalismo do modelo primário-exportador. Em uma segunda etapa, a partir da segunda metade do século XX, depois de passar pela fase de transição caracterizada pela industrialização substitutiva de importações, tende a definir-se nos países subdesenvolvidos o capitalismo do modelo de subdesenvolvimento industrializado, no qual elementos tecnoburocráticos se tornavam cada vez mais significativos. (BRESSER-PEREIRA, 1977: 79-80)



Para Bresser-Pereira (1975: 37), este modelo corresponde a uma formação social em que o modo de produção capitalista é dominante. Dentro do modo de produção capitalista, podemos distinguir um setor capitalista dependente, onde ainda se notam algumas manifestações pré-capitalistas, e um setor capitalista moderno dominante, o qual se justapõe e está interpenetrado por elementos do modo de produção tecnoburocrática que estava em emergência. É importante ainda salientar que esta formação social dominante capitalista mantinha relação de dependência global com os países capitalistas modernos. Tratava-se, portanto, de uma formação social dependente tecnoburocrática-capitalista.

Conforme Bresser-Pereira (1975: 37), entendemos por modo de produção tecnoburocrático,

(...) o sistema econômico em que a produção e a distribuição são dominados por um grande estado moderno, que planeja e coordena a atividade econômica, e por grandes empresas burocráticas, que se encarregam da produção. Nesse modo de produção, em seu estado puro, uma classe-estado, os tecnoburocratas civis-militares, assume o poder e se apropria do excedente produzido pela sociedade. Os tecnoburocratas, porém, não legitimam seu poder com base na tradição e sim em uma suposta competência técnica e organizacional; e não se apropriam de todo o excedente, uma vez que o poder de barganha dos trabalhadores lhes garante certa participação nesse excedente. A apropriação privada do excedente não se realiza via lucro como no sistema capitalista, mas através do recebimento de ordenados crescentes. (BRESSER-PEREIRA, 1975: 38)

O modo de produção tecnoburocrático, portanto, embora possa ser considerado mais avançado do que o capitalista, não ocorre apenas depois que este esgota as suas virtualidades. Pelo contrário, ele pode ganhar vigência mais facilmente naqueles países onde o capitalismo menos se desenvolveu e, por outro lado, onde, por razões políticas e/ou militares, uma classe de burocratas civis e militares assumiu o poder.

Segundo Lafer (1975: 50), o Plano de Metas (1956-1971) trouxe com a implantação das indústrias, a exigência de um universo mais complexo de técnicos, impondo-se a necessidade de novos especialistas e consigo a ideologia tecnoburocrática para o planejamento do Brasil.

Toda uma administração, em virtude do caráter difuso da competência da administração pública brasileira, era de difícil mobilização e a impossibilidade de enfrentar-se a zona da incerteza – representada por um planejamento que não tivesse mais, como ênfase principal, a implantação de unidades produtivas ou a superação de pontos de estrangulamento, mas, sim, o controle de um sistema em funcionamento – passou a ser o novo ponto de estrangulamento do sistema brasileiro. (LAFER, 1975: 50)

A partir de 1964, intensificam-se as iniciativas, disposições legais, órgãos, planos, programas e projetos, instrumentos estes por meio dos quais o Estado brasileiro cria e dinamiza as condições econômicas e políticas para a criação, o desenvolvimento e a diversificação das atividades produtivas na Amazônia. Toda essa atividade do Estado ditatorial é amplamente secundada, segundo Ianni (1986: 244), pelas iniciativas e atuações dos governos estaduais, territoriais e municipais da região amazônica.

Para Bresser-Pereira (1977: 86), a identificação da tecnoburocracia como uma nova classe social dominante está obviamente relacionada com as transformações materiais por que passa a sociedade capitalista à medida que ela se industrializa e se burocratiza.

Toda essa parafernália burocrática, não só estatal, mas também ditatorial, passou a compor e determinar, em larga medida, as condições de produção e acumulação do capital privado na Amazônia. Toda uma vasta e complexa tecnocracia passou a compor e determinar, em ampla escala, a economia política da Amazônia. Tratava-se de conformar as relações de produção e as forças produtivas da região às exigências da política de economia “aberta” inaugurada pela ditadura. A rigor, todas as questões fundamentais de economia e política na região passaram a ser estudadas, decididas e postas em prática no âmbito da SUDAM, BASA, INCRA, POLAMAZÔNIA, FUNAI e outros órgãos de iniciativas do governo federal. Ao mesmo tempo, essa vasta parafernália recriou e desenvolveu as articulações econômicas e políticas da Amazônia com os centros dominantes do Centro-Sul. (...) Provavelmente muito mais do que em décadas anteriores – mais do que nunca -, a economia política da região amazônica passou a ser ditada pelos interesses econômicos e políticos representados no Estado. (...) ao mesmo tempo em que se estende e diversifica a ação estatal na região, multiplicam-se os negócios de terra, os empreendimentos de mineração, extrativismo, agrícola, pecuários e também industriais. Há todo um repovoamento da região, devido à formação de novos interesses econômicos e políticos, além da dinamização dos preexistentes. (IANNI, 1986: 244-245)

A emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática. Esta mudança de classe dominante, entretanto, não é um simples fenômeno superestrutural, mas, sim, o resultado de profundas modificações nas forças produtivas e nas relações de produção da sociedade, de forma a definir-se um novo modo de produção distinto do capitalismo e do socialismo. Neste novo modo de produção o Estado continua a ser um Estado de classe, porém agora diretamente a serviço da tecnoburocracia, e os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada. (BRESSER-PEREIRA, 1977: 83)

Enquanto isso, expande-se as propriedades e os negócios de grileiros, latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros. A Amazônia é reintegrada ao subsistema econômico brasileiro, amplamente determinado pelo imperialismo. Ao mesmo tempo em que abre a “fronteira” amazônica ao capital monopolista, nacional e estrangeiro, a ditadura organiza, expande e consolida mais uma base econômica e política na região. Assim, mais uma vez, articulam-se e determinam-se, reciprocamente, ditadura e agricultura. (IANNI, 1986: 248)

A “fronteira” amazônica serve ao menos duas vezes à economia política da ditadura. Primeiro, é transformada numa região de grandes negócios, para grileiros, latifundiários e empresas nacionais e estrangeiras. Nesse processo, expropriam-se índios e posseiros. A terra farta, larga, sem-fim, devoluta, tribal, ocupada, transforma-se em mercadoria, ganha preço, é monopolizada pelos grandes negociantes. Segundo, é transformada numa região de absorção “produtiva” de amplos contingentes do exército de trabalhadores de reserva, provenientes do Nordeste, Sul e outras partes do País. Com isso a ditadura evita qualquer mudança na estrutura fundiária nestas outras partes do País, nas quais as contradições sociais se agravam com o desemprego, o subemprego e a superexploração de trabalhadores rurais. E ganha mais força com a base econômica e política que recria e desenvolve na última “fronteira” nacional. (IANNI, 1986: 248)

Nessa exposição de IANNI, podemos perceber dois dos pressupostos básicos já enfatizados pela ideologia tecnoburocrática: sua característica de mudança e sua característica conservadora. Rose Marie Muraro parte de um princípio básico – o de que a tecnologia é o grande fator revolucionário de nosso tempo. Nas suas palavras:

O século XX está assistindo a mais fantástica revolução da história da humanidade. Não é uma revolução política, social ou econômica, mas uma revolução global – a revolução do homem – desencadeada e acelerada pelo desenvolvimento da técnica. (Muraro, Rose Marie. *A Automação e o futuro do homem*. Petrópolis, Vozes, 1969, p. 23, *apud* BRESSER-PEREIRA, 1981: 99)

Portanto, a técnica é revolucionária e provoca mudanças. Tais mudanças são bem recebidas pela ideologia tecnoburocrática e, na medida em que aumenta a eficiência implica, necessariamente, na introdução de novas técnicas. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 99)

Porém, a ideologia tecnoburocrática é conservadora. Mas trata-se de um conservadorismo reformista e não imobilista. Embora o tecnoburocrata possa vir a assumir o poder através de uma revolução política ou de um golpe de Estado, uma vez no poder, não se disporá a realizar uma revolução econômica e social, pois só admite um tipo de revolução: a revolução técnica. Ele prefere fazer reformas. O verdadeiro tecnoburocrata prefere não revolucionar as estruturas sociais e econômicas de um país em que assumiu ou está assumindo o poder. Revolução significa desordem, insegurança e, portanto, ineficiência. Por isso é preferível ser moderadamente conservador. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 99-100)

Dessa forma, o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Amazônia”, embora elaborado sobre as exigências da SPVEA, e tendo iniciado em 1963, no governo de João Goulart e um ano antes do Golpe Militar de 1964, atravessa esta nova fase, sendo que o mesmo já carregava em suas diretrizes a ideologia tecnoburocrática característica de governos ditatoriais, talvez por este motivo, e mesmo com as mudanças ocorridas na estrutura fundiária da Amazônia durante este período, permaneceu em funcionamento durante toda a década de 60 e 70, conforme podemos observar nas datas dos documentos do arquivo estudado.

Não nos cabe, nesta análise, examinar a fundo a emergência da tecnoburocracia e suas características econômicas, políticas e sociais básicas, mas, sim, sua ideologia que, naturalmente, serve para legitimar as relações econômicas, políticas e sociais, bem como a eficácia deste tipo de planejamento para fins de dominação na Amazônia.

## **3.2 As Vertentes Doutrinária e Teórica do Cooperativismo**

O cooperativismo operário surgiu em reação à Revolução Industrial durante o século XIX. O cooperativismo se configura como um movimento social resultante das conseqüências do liberalismo econômico, ocorrido no século XIX, que buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora. E a cooperativa assim se tornou o meio prático pelo qual coletivamente a classe trabalhadora tentava sobreviver. Esta foi estruturada a partir dos princípios de Rochdale, como já foi dito anteriormente.

Entretanto, apesar de uma longa história e de sua importância socioeconômica, o cooperativismo é um fenômeno pouco compreendido. Há certa deficiência no modo como se vê este fenômeno. Não se pode entender um fenômeno social tão complexo e dinâmico, olhando apenas sob um determinado prisma; o teórico, por exemplo. Também não se pode excluir ou marginalizar a perspectiva doutrinária e utópica, pois o cooperativismo distanciado do conteúdo doutrinário é, na realidade, uma inadequação pragmática.

Na sua criação, o cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto ao capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores, por meio do coletivo. Portanto, o cooperativismo funcionaria como um sistema e as cooperativas como uma unidade econômica e espaço de convívio e transformações.

### **3.2.1 Cooperativismo e Cooperativa**

Para Costa (2010: 2), alguns teóricos possuem uma visão equivocada do processo histórico do cooperativismo e da cooperativa, como também uma noção equivocada da natureza humana. “Estes teóricos têm tido uma visão a-histórica do processo de constituição do cooperativismo, que implica na tese de que o cooperativismo é um movimento tão antigo que remonta aos primórdios da história humana. Como também uma equivocada noção da natureza humana quanto à tendência natural e universal de cooperar”.

Para alguns autores, como KLAES (2005), o cooperativismo pode ser encontrado em sociedades bastante remotas, como na sociedade feudal ou ainda nas sociedades grega e romana, querendo com isso dizer que o cooperativismo é algo tão antigo como natural. Assim, para KLAES (2005: 32), o cooperativismo é tão natural que até mesmo os animais compartilham de sentimentos de ajuda mútua, de solidariedade e de cooperação.

Nas palavras de KLAES (2005: 32-34),

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se revelado profundas em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo paulatinamente, até atingir os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. São conhecidas suas admiráveis organizações de defesa e apoio mútuo, tanto na paz como na guerra. Também entre os pássaros são frequentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência. As próprias aves de rapina, antipáticas em seu instinto cruento, têm também pendores acentuados para a vida coletiva. São hoje por demais conhecidos e pesquisados seus hábitos de longos vôos para se reunirem a outras, em pontos distantes. Entre os pinguins é tão comum este sentimento de solidariedade, que tratam eles com efusivo desvelo os seus doentes, vigiando-os e alimentando os com carinho. São de uma índole tão comunicativa que se aproximam confiantes do próprio homem, talvez seu maior inimigo. Assim, muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida. Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem, como ocupante do mais elevado grau da escala, dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos. Dessa forma, conforme o exposto, não há dúvida sobre a tendência do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois, assim é, talvez, mais fácil. Por isso, cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios<sup>41</sup>. (KLAES, 2005: 32-34)

Todavia, o cooperativismo nasceu, não para ajudar na ampliação e reprodução do capitalismo, mas como um meio de defesa de sociedade de trabalhadores excluídos do mercado, que tinham como objetivo melhorar as condições de sobrevivência por meio da cooperação que é a responsável pela “criação da força coletiva”.

---

<sup>41</sup> Segundo Pinho (1982: 64-66), o “*homo cooperativus*”, tal como conceberam alguns doutrinadores cooperativistas, é apenas uma abstração que permanece no campo do comportamento ideal, desvinculado da realidade socioeconômica.

Segundo Onofre e Suzuki (2009: 2-3), para entender a organização em cooperação é preciso saber que esta sempre fez parte da vida em sociedade, auxiliando na organização espacial, desde a pré história. Seu desenvolvimento estabelece-se em associações, nas quais os homens trabalham em conjunto para o cumprimento de suas atividades diárias.

De acordo com Marx (2008: 379), a cooperação, na realidade, vai se tornar a base para o desenvolvimento capitalista. Em suas formulações, Marx começa a definição de cooperação, partindo da forma como ela se dá, sendo que para ele a cooperação é: “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferente, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-o”, ampliando a produtividade.

A união dos trabalhadores gera uma força produtiva nova, “a força coletiva”, a qual se utiliza dos meios de produção. O modo de produção capitalista apodera-se desta força, que a comando do capital aumenta a capacidade da produção e acumulação de riquezas dos capitalistas. Os trabalhadores, reunidos em um mesmo local, executam todas as etapas do processo produtivo, sob o comando do detentor do capital. Segundo Ferreira (2000) *apud* Onofre e Suzuki (2009: 3), a utilização da cooperação no modo de produção capitalista proporciona vantagens, tais como,

[...] economias de escala (economia de capital constante decorrentes da ampliação da escala média de produção); aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece – e é estimulada pelo capital – entre trabalhadores no seio do coletivo operário; possibilidade de se realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente, etc. (FERREIRA, 2000: 3 *apud* ONOFRE e SUZUKI, 2009: 3)

No entanto, o princípio de cooperação do modo de produção capitalista, faz com que o trabalhador perca o pleno controle do processo produtivo, pois na medida em que o controle e a direção passam a ser exercidos pelo capital, começa uma separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho. Para Marx (2008), esta alienação é fundamental para a reprodução do capitalismo, já que o homem em seu contato social, supera os limites da

individualidade, fazendo com que o trabalho coletivo, seja sempre maior do que a soma dos trabalhos individuais. O capitalista passa a explorar cada vez mais a força de trabalho, por meio da máxima produção de mais valia, sem precisar pagar pela força coletiva, gerada pela cooperação.

A partir das reflexões de Marx sobre cooperação, observa-se que o próprio capitalismo requer condições para se manter em sua hegemonia, e a cooperação sendo a forma fundamental do capitalismo, torna esse modo de produção subordinado ao trabalhador, que com seu trabalho produz mercadorias, que são a fonte dos lucros dos capitalistas. Como contrapartida, o modo capitalista de produção tem que inventar e reinventar formas para manter sua dominação, por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho pelo capital; pela utilização da cooperação; pela alienação produzida pela divisão do trabalho; pela criação de exército de mão-de-obra de trabalhadores, por meio do advento dos maquinários e tecnologias; pela redução dos salários, para aumento da lucratividade ou aumento da circulação de mercadorias; entre muitas outras contradições geradas em seu próprio modo de produzir, para tornar o trabalhador vulnerável e dependente de sua organização. (MARX, 2008)

Por causa da exploração capitalista, a classe trabalhadora, tentou romper com os capitalistas, organizando sua força coletiva, ou seja, por meio da cooperação. Com a união em força coletiva, os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Surge então o movimento chamado “Cooperativismo”, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e repartição dos rendimentos.

Embora sejam encontradas experiências cooperativas e associativas em períodos bastante remotos, estas não passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social. Não é possível considerá-las partes do movimento cooperativista que é genuinamente moderno<sup>42</sup>. O cooperativismo, como doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Cf. Silva Filho (2001) *apud* VIEIRA (2005).

<sup>43</sup> Cf. Pinho (1966).



Deste modo, segundo Costa (2010: 4), não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Segundo Pinho (1966), embora, etimologicamente, *cooperação*, *cooperativa* e *cooperativismo* derivem do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) que significa trabalhar com alguém, são conceitos distintos. Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e, finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam, objetivando o mesmo fim. Desse modo, Pinho (1966: 7) afirma que cooperativismo e cooperativa não são sinônimos,

Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado: como equivalente de cooperativismo. É o que se verifica em Gide, Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poison, Broukère, Totomianz, Borea – para citar apenas alguns exemplos – e também autores brasileiros tais como Saturnino Brito, Srandy Raposo, Valdiki Moura e outros; e, embora com menos frequência, como equivalente de cooperativa. (PINHO, 1966: 7)<sup>44</sup>

Assim, a autora definiu cooperativismo e cooperativa como segue:

---

<sup>44</sup> Ver também em Tesch (2000). Cooperar é colaborar com outras pessoas para alcançar o mesmo objetivo. Cooperativismo é um movimento que propõe uma associação de pessoas que buscam juntas se beneficiarem. E, finalmente, cooperativa seria uma organização orientada pelo espírito cooperativista.

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino. (PINHO, 1966: 8).

Para Port cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como objetivo atender às necessidades comuns de seus associados, presumindo que, em união com outras pessoas alcançamos ganhos maiores do que se estivéssemos sozinhos. (PORT, 2008: 4)

Para a ACI, as cooperativas são definidas como uma associação autônoma de pessoas unidas, voluntariamente, para satisfazer suas necessidades comuns através de um conjunto de princípios e democraticamente controladas. As cooperativas são empresas que colocam as pessoas, e não o capital, no centro de suas atividades<sup>45</sup>.

Segundo a Lei brasileira 5.764/71, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados”.

O Setor Cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local de forma sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda. (SOARES e SOBRINHO, 2007: 61)

O cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido por um determinado período do capitalismo, mais precisamente no final do século XVIII e início do

---

<sup>45</sup> Disponível em <<http://www.ica.coop/coop/index.html>>.

século XIX<sup>46</sup>, período no qual o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu ápice, e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora fizeram com que homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópica, viessem a propor um ideal alternativo ao individualismo – o cooperativismo – e uma organização alternativa à empresa capitalista – a cooperativa<sup>47</sup>. É a partir destes homens que a classe trabalhadora começa a se organizar e a reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Daí surgem as associações, os sindicatos, os partidos políticos da classe trabalhadora, e, em particular, as cooperativas<sup>48</sup>.

Segundo Paul Singer (1998) *apud* Onofre e Suzuki (2009: 6), com a decadência do socialismo como modelo econômico, o cooperativismo se configurou como um novo arranjo para o modo de produção capitalista, refletido na criação de uma postura democrática e humanística que tem na cooperação, uma resistência para a individualidade que o capitalismo impõe à sociedade. No entanto, mais tarde, as cooperativas no interior de suas organizações, modificaram seus preceitos, para se tornarem cada vez mais competitivas, moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalhos capitalistas,

[...] culminando em uma forma de exploração do trabalho em bases cada vez mais exploradas e precarizadas. E os agentes envolvidos de modo associado, ao subordinar suas necessidades às exigências da produção e da comercialização, em grande medida não reproduzem seus meios de vida segundo relações de solidariedade e de igualdade, não porque não querem, mas porque as condições não permitem. (PAGOTTO, 2005 *apud* ONOFRE e SUZUKI, 2009: 6)

---

<sup>46</sup> Ver mais sobre a origem do movimento cooperativista em RIOS (1981), TESCH (2000) e PINHO (1966).

<sup>47</sup> Cf. PINHO (1966: 25), este ideal foi sistematizado na França, pelo professor de economia política da Universidade de Paris – Chales Gide (1847-1932). Líder da “Escola de Nimes”, Gide foi trazido ao cooperativismo pelo conterrâneo Augusto Fabre, que organizava um círculo de debates sobre a causa operária em Nimes (uma pequena cidade do sul da França). Aí entrou em contato com Boyve, que já criara várias associações mutualistas e conhecia a experiência dos “Pioneros de Rochdale”. Em 1886, ano do II Congresso das Cooperativas de Consumo da França (Lyon), Gide proferiu um discurso-programa difundindo os ideais da cooperativa de Rochdale. A partir de 1891, outros doutrinadores surgiram, como: Beatriz Webb (que publicou um estudo sobre o cooperativismo inglês), Fauquet (que discordava de Gide quanto à República Cooperativa, para ele o cooperativismo deveria se limitar aos setores doméstico, artesanal e campesinato) e Lavergne, Poison e Lasserre (seguidores de Gide). No Brasil as idéias de Gide inspiraram as primeiras cooperativas. Gide defende as cooperativas de consumo em detrimento das de produção, porque estas últimas crescem lentamente, desviam-se do tipo puro e entram em conflito com as cooperativas de consumo. (PINHO, 1966: 61)

<sup>48</sup> Segundo KLAES (2005), as cooperativas foram inspiradas nas ideias de homens como: Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); William King (1786-1865); Benjamin Buchez (1796-1865); Louis Blanc (1812-1882); John Bellers (1645-1725); Edward Graig (1804-1894); William Tompson (1785-1833); Saint-Simon (1760-1825); Michel Derrion (1802-1850); Etienne Cabet (1788-1856); Pierre Leroux (1788-1871); Victor Considérant (1808-1893); Johann Pestalozzi (1746-1872); Giuseppe Mazzini (1805-1872); Claude de Rouvroy (1760-1825) e Proudhon (1809-1865).

Essa realidade é defendida desde 1900, na tese de Luxemburgo (2002: 80-93), que observou que as cooperativas seriam, na realidade, uma forma de transformar os pobres em ricos. Instituições de “natureza híbrida dentro do Capitalismo”, que por meio da cooperação realizam uma produção socializada que é acompanhada por uma troca capitalista, que domina a produção. Nessa produção, a concorrência, exige da cooperativa, uma postura “impiedosa de exploração da força do trabalho”, que resulta na intensificação do trabalho (encurtamento ou prolongamento), na contratação ou dispensa de trabalhadores conforme as necessidades do mercado, o que significa que a cooperativa pratica todos os métodos de “uma empresa capitalista”. Os cooperados desempenham o papel de empresários capitalistas, porque as cooperativas só podem “assegurar a sua existência no seio da economia capitalista”. É por isso que, “mesmo abstraindo o seu caráter híbrido”, as cooperativas não conseguem desvincular-se do capitalismo, por esse fato.

[..] uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o sector fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exactamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista. (LUXEMBURGO, 2002: 83)

Como Luxemburgo observou as cooperativas não rompem com o capitalismo, ao contrário, em seu desenvolvimento tornam-se mais uma forma da reprodução do capital, por isso as cooperativas, são instituições a serviço do capital. Na definição de Marx, sobre a cooperação, percebe-se que as empresas descobriram o poder da força coletiva para aumentar sua lucratividade e os trabalhadores na busca de combater as empresas e sobreviver no capitalismo, descobrem que a cooperação é uma saída para “o tão almejado progresso social”. Para poder crescer economicamente, unem-se, criando por meio da força coletiva, o movimento cooperativista, que apesar de possuir preceitos diferenciados das empresas capitalistas, com o decorrer dos tempos, o movimento perde gradativamente a solidariedade, influenciando em uma nova organização, baseada em uma lógica capitalista de reprodução e acumulação de capital, ajudando, com isso, a firmar o território do capital.

Segundo Onofre e Suzuki (2009: 7), o que Luxemburgo não poderia observar no século XIX é o desenrolar da história do século XXI, porque a história é clara e evidente, não

pode ser negada, sendo que na realidade, as cooperativas, por possuírem leis diferenciadas na constituição brasileira e terem princípios organizativos, não podem ser empresas, como Luxemburgo sugeriu, ao contrário são cooperativas, instituições que por terem uma estruturação diferenciada das empresas, são ainda mais potentes na conquista de mercados, para a formação de seu território, por isso conseguem monopolizar o mercado, influenciando em toda a configuração do espaço geográfico.

Na formação do território e hegemonização capitalista, o cooperativismo assume um lugar representativo em discussões políticas e sociais, em escala mundial. Seu território cresce e se destaca, por causa do poder adquirido pelas cooperativas na reprodução, ampliação e acumulação de capital. No território das cooperativas, observa-se a promoção e o planejamento da produção, num conjunto de vários fatores estruturais de mercado, o que permite aumentar os ganhos dos cooperados. (ONOFRE e SUZUKI, 2009: 7)

No caso das cooperativas agrícolas, estas auxiliam o produtor na manutenção de suas máquinas, escolha ou produção de sementes, na compra de insumos e compatibilização de safras, no transporte da agroindústria, na distribuição e armazenamento, entre outros aspectos. O progresso técnico é imperativo e a produção cooperativada nessa perspectiva tem que promover modificações no processo produtivo de modo a garantir a melhora de qualidade da matéria-prima, aumentando o rendimento.

No desvendar da história, contando com projetos governamentais e sua organização diferenciada, as cooperativas passam a ser consideradas como uma resposta política consistente a muitos problemas referentes ao desenvolvimento do país, o que proporcionou a substituição das “velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de lutas por outras novas” (MARX & ENGELS, 2003), que fazem do velho modelo capitalista, um novo capitalismo que se fortalece na (re)criação do movimento do cooperativismo. E no movimento cooperativista, os cooperados nessa nova luta se metamorfosearam em força combatente do modo de produção capitalista, nutrindo a ordem vigente. Prisioneiros que, quando oprimidos pela ordem, conseguem encontrar a libertação da opressão, por meio da própria ordem, mantendo a estrutura, querendo “ser mais que seres em si, mas temem sua própria libertação.” (MARX & ENGELS, 1984)

Segundo Marx (MARX & ENGELS, 1984.) a manutenção e a permanência da burguesia está justamente associada a essas constantes metamorfoses produzidas nos instrumentos de produção, por conseguinte, nas relações de produção e nas relações sociais. Tais metamorfoses produzem abalos constantes em toda a organização social, sendo que a conservação do capitalismo acontece, sobretudo, por causa desses abalos que produzem a divisão entre as classes sociais. Nesta dinâmica da sociedade capitalista, verifica-se que as relações sociais se firmam e se dissolvem no decorrer da criação e recriação de concepções e de idéias.

Como observou Marx (2008), tudo que era sólido, consolidado e estável se esfumou, tudo o que foi sagrado hoje é profanado, no decorrer deste processo os homens são obrigados a enfrentar a realidade das relações, tentando preservar a sua existência. Na busca da preservação e da existência, como Luxemburgo (2003) sugeriu, o cooperativismo é uma organização que torna os “pobres” em “ricos”, assegurando a conservação da classe burguesa. A existência dos burgueses assegura o território capitalista, que tem no cooperativismo a base para firmar seu processo “modernizante da sociedade”.

A agricultura brasileira é um bom exemplo para explicar este processo, particularmente tratando das cooperativas agropecuárias paranaenses, que tiveram o marco de sua existência a partir de 1970, quando a estrutura agrária passou por grandes modificações capitalistas, que foram denominadas de “processo de modernização da agricultura”. Transformações estimuladas pelo Governo Federal, por meio de grande quantidade de incentivos para o setor, que transformou as cooperativas em instrumentos, agentes do processo de modernização. E na medida em que as cooperativas concorriam com as empresas privadas, disputando na produção agrícola, tiveram que se adaptar à nova realidade agrícola, promovendo profundas transformações, redimensionando seus objetivos, reestruturando-se no caminho da industrialização da produção.

Para serem competitivas, as cooperativas lançam mão de métodos organizacionais e operacionais utilizados pelas empresas para atingir a eficiência, sendo que a legislação brasileira faz com que as cooperativas andem na frente das empresas em busca da reprodução, ampliação e acumulação do capital.

A implantação do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” também se deu na década de 60, no Brasil, dentro deste programa de transformações estimuladas pelo Governo Federal brasileiro.

O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Eis a razão pela qual, como observa com muita propriedade Develtere (1998: 11 apud UNIRCOOP, 2003: 7), muitas destas experiências representaram "grandes esperanças e lamentáveis fracassos".

No Brasil, dada a sua grande extensão territorial e uma política que acentuou as desigualdades regionais, não se pode falar de um único cooperativismo. Assim sendo, como assinala Schneider (1981: 19), a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo no país expressa a “dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira”.

Há de se salientar, entretanto, que a diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo em bases competitivas. (UNIRCOOP, 2003: 7)

Finalmente, mesmo que as práticas cooperativas brasileiras ainda expressem algumas discrepâncias – resultado de um modelo implementado de “cima para baixo”, desvinculado das necessidades de amplos segmentos sociais – observa-se que o cooperativismo, como ideia de força, está ganhando amplitude através de uma perspectiva positiva – sinalizando seu caráter de inclusão social – e não mais negativa (que foi a ótica do passado recente) que ressaltava o caráter excludente daquele modelo.

### **3.2.2 Aliança Cooperativa Internacional (ACI)**

Em nível mundial as cooperativas de todos os ramos são representadas pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, constituída no ano de 1895, com sede em Genebra,

na Suíça (THENORIO FILHO, 2002: 248). A ACI é uma associação não-governamental e independente, que reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações. Seus objetivos são a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

O cooperativismo está presente em toda a parte, integrando os regimes de economia planejada e os de livre mercado. Pode ser encontrado no meio urbano e no meio rural. O número de cooperados em todo o mundo ultrapassa 900 (novecentos) milhões de pessoas, o equivalente a 6 (seis) vezes toda a população brasileira. Isso torna o movimento cooperativista a maior doutrina não religiosa do planeta. A ACI, que representa e integra o cooperativismo no mundo, conta com mais de 230 (duzentas e trinta) organizações nacionais e internacionais, espalhadas por mais de 100 (cem) países, fazendo com que ela seja a maior organização não governamental existente.

O Cooperativismo na Suécia é um dos mais desenvolvidos do mundo, tanto na área do consumo como na produção, no crédito e nos serviços em geral. Sua federação de cooperativas de consumo produz 90% (noventa por cento) de todo o óleo comestível no país, 50% (cinquenta por cento) das caixas registradoras, 68% (sessenta e oito por cento) das lâmpadas elétricas e 30% (trinta por cento) das massas alimentícias, entre outros produtos. De todas as categorias de cooperativas, a que mais tem crescido no mundo é a dos produtores rurais.

No passado, as cooperativas habitacionais foram responsáveis pela reconstrução da moradia em muitos países que participaram das duas grandes guerras. Na Inglaterra e no País de Gales, 50% (cinquenta por cento) das casas foram refeitas no regime cooperativista. Em países como Dinamarca, Suíça, Bélgica e a própria Suécia, o cooperativismo habitacional foi o único meio encontrado pela população para a construção da casa própria.

As cooperativas do mundo inteiro seguem os 7 (sete) princípios cooperativos da ACI, que são os seguintes: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Gestão democrática; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; e 7. Interesse pela comunidade.



O cooperativismo possui diversos ramos estruturados como: crédito, saúde, agropecuário, educacional, consumo, infra-estrutura, entre outros, sendo que cada um deles possui suas entidades de representação com abrangência local, regional, nacional ou internacional.

### **3.2.3 A Doutrina do Cooperativismo**

Segundo Pinho (2001: 13), a Doutrina Cooperativa pode ser assim resumida: é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Ou, tentando resumir em uma frase, é a reforma do meio social por um instrumento econômico – as cooperativas.

Na solidariedade cooperativista, os trabalhadores têm que se unir em cooperação, para vencer os riscos, bancar as despesas e distribuir igualmente o fruto do trabalho, em nome da coletividade. (KONZEN; KRAUSE, 2002 *apud* ONOFRE e SUZUKI, 2009: 5)

Teoricamente, os tipos de cooperativas são ilimitados, já que a associação cooperativa é criada para atender a determinadas necessidades econômicas e sociais de seus associados. Assim, poderia haver tantos tipos de cooperativas quantas fossem as necessidades humanas. Ora, estas, como ensina a teoria econômica, são ilimitadas em número, embora limitadas em capacidade, ou seja, a variedade tipológica das cooperativas é teoricamente infinita.

Contudo, para fins didáticos, as cooperativas podem ser resumidas em algumas categorias, tendo-se em vista determinados critérios, tais como as pessoas que compõem as cooperativas (pessoas físicas e pessoas jurídicas), a atividade econômica predominante (coops de produção, consumo, crédito), a forma de atividade, os fins a que se destinam etc.

A cooperativa tem sido entendida como “uma empresa de serviço”, que não busca lucro, já que seu fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço, capital e risco. Distingue-se da “empresa capitalista” porque nesta, a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim a multiplicação ou o rendimento do capital investido.

Do ponto de vista doutrinário, as principais mudanças implantadas pela união dos associados em cooperativas seria a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado-cooperativista, a substituição da competição pela cooperação e a eliminação do lucro capitalista, entre outras. Em um plano mais avançado, as cooperativas criariam condições para a concretização do "justo preço" e do projeto de "República Cooperativa".

Segundo Bulgarelli (2000: 48), o cooperativismo orienta-se por alguns princípios, tais quais: a adesão livre, a “gestão democrática”, a distribuição do excedente *pro rata* das transações dos membros, os juros limitados sobre o capital, a neutralidade política e religiosa, entre outros.

O princípio da adesão livre confere a liberdade em dois aspectos: ninguém será forçado a ingressar na cooperativa e a ninguém será vedado o ingresso. Deve-se observar que as cooperativas são organizações voluntárias, sendo que será apenas analisado se os associados estão aptos a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, cor ou orientação religiosa.

Entende-se por “gestão democrática” o fato de as cooperativas serem controladas pelos seus membros, que participam na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas, cada associado tem direito a um voto, independente do valor de quotas de capital que possua. Além disto, todo associado tem direito a ser votado.

Nas cooperativas, os membros contribuem de maneira equitativa para o capital das suas cooperativas e controlam-no de forma democrática. O princípio da distribuição do excedente *pro rata* das transações dos membros, diga-se de passagem, defende a restituição aos associados do valor que eles gastaram a mais em suas operações com a cooperativa. Além disto, há outras destinações aos excedentes, como o desenvolvimento das cooperativas, bem como o apoio a outras atividades aprovadas pelos membros. Busca-se, assim, a ausência de fins lucrativos.

Outrossim, a defesa da autonomia e da independência é um princípio seguido pelas cooperativas. Assim, se por acaso, forem firmados acordos com outras organizações, ou

recorrerem a capital externo, esses deverão ser feitos em condições que garantam o controle pelos seus membros e a autonomia da cooperativa.

As cooperativas também se guiam pela neutralidade política e religiosa, no sentido de que é vedado às mesmas as discriminações de cunho político e religioso. Defendem-se também as vendas à vista, com o objetivo de educar economicamente os associados, estimulando-os a poupar.

Outro princípio seguido pelas cooperativas a ser destacado é o do incentivo à educação. Neste aspecto, a sociedade cooperativa preocupa-se com a formação de seus associados, de forma que estes possam contribuir com maior eficácia no desenvolvimento das suas cooperativas.

O princípio da intercooperação visa fortalecer o cooperativismo através da troca de informações entre cooperativistas do mesmo segmento. A obtenção da maior economia, a partir da distribuição de produtos em conjunto com cooperativas do mesmo segmento ou com outras de âmbito local, estadual, nacional ou internacional é também objetivo dos cooperativistas.

Além dos princípios já citados, pode-se mencionar a vinculação dos cooperados ao estatuto social, a autogestão e a transparência nas atividades.

Nesse conjunto, segundo Pinho (2001: 14), a aspiração utópica geral levaria a uma "República Cooperativa", à formação de um patrimônio cooperativo indivisível entre os associados ("propriedade cooperativa") e à "Hegemonia do Consumidor".

Desde o início podiam ser distinguidos dois grupos principais: um grupo que pretendia utilizar as cooperativas como meio para atingir uma nova ordem econômica e social, ou que buscava o cooperativismo em plano macroeconômico; e outro grupo, que considerava as cooperativas somente como corretivo das distorções do sistema capitalista, ou que se posicionava favoravelmente ao cooperativismo em plano microeconômico.

### **3.2.4 A Teoria do Cooperativismo**

O Cooperativismo sem Rochdale, isto é, distanciado de qualquer conteúdo doutrinário é, na realidade, uma adequação pragmática da atividade econômica cooperativista, a princípio, no contexto das modernas economias nacionais e, em seguida, na economia mundializada. (PINHO, 2001: 20)

Na prática, as cooperativas passam a ser utilizadas sem o objetivo de reformar o homem e/ou a sociedade. Em lugar de preocupações doutrinárias, utópicas, procura-se concretamente atender aos interesses individuais dos associados através da prática da solidariedade cooperativista. Há casos, ainda, em que a busca de modernização da cooperativa parte da necessidade de tornar a cooperativa uma empresa econômica e eficaz, em condições de competir no mercado internacional.

As tentativas atuais de elaboração teórica do cooperativismo procuram não somente explicar o que é e como é, mas também prever com certa margem de segurança, o que pode ser a atividade cooperativa. Distinguem-se, pois, do plano doutrinário, que se preocupa com o que deveria ser, vinculando-o a propostas de sistemas sócio-econômicos alternativos.

#### **3.2.4.1 A Teoria de Münster**

Entre as teorias cooperativas destaca-se a Teoria de Münster, conhecida também como "Teoria Econômica da Cooperação Cooperativa", a qual baseia-se no racionalismo crítico como metodologia de investigação científica, cujas colocações são comprováveis, tanto as hipóteses como os resultados.

Segundo Pinho (2001: 21), os pressupostos mais importantes da Teoria de Münster, são:

1. A cooperação não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência (tal como afirmam as outras teorias cooperativistas); ao contrário, permite aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva;
2. Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas, quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual (é a capacidade equilibradora da cooperativa);
3. A cooperativa adquire sua própria importância econômica, independentemente das unidades econômicas dos associados;
4. Os dirigentes (Conselho de Administração e gerentes) atendem aos seus próprios interesses na medida em que fomentam os interesses dos membros da cooperativa; suas rendas e seu prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados; daí, a necessidade de fiscalizar a gestão empresarial (Conselho Fiscal) e estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros (como sabotagens na entrega de produtos, deserções, etc.);
5. Entre os associados e a cooperativa deve haver solidariedade ou lealdade consciente, embasada em normas contratuais ou estatutárias (que legitimam essa lealdade) e não solidariedade cega (tal como preconizam as outras teorias cooperativistas). Neste particular, o grupo de Münster desenvolveu também uma "teoria econômica da democracia". (PINHO, 2001: 21)

O instrumental que a Teoria de Münster utiliza provém das Ciências Sociais e, em particular, da Ciência da Organização, da Teoria dos Grupos, da Microeconomia, etc. Seus mais importantes axiomas são: a racionalidade dos sujeitos-associados-cooperadores; e a informação como base das decisões dos associados. Observa-se que, embora considere o interesse individual dos associados como o objetivo da entre-ajuda cooperativista, não prioriza o indivíduo em detrimento do coletivo: ambos são importantes na cooperativa. (PINHO, 2001: 21-22)

Com base nos seus pressupostos e axiomas, a Teoria de Münster apresenta a seguinte definição de cooperativa: "As cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos-individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente".

Tal definição, segundo Boettcher, oferece a possibilidade de se diferenciar, claramente, os tipos de cooperativas; explica melhor o difícil problema do enquadramento da cooperativa na economia competitiva; e permite debater o problema da concentração e do controle do pessoal dirigente, especificamente no caso das empresas cooperativas.

Assim sendo, a partir desta definição, Boettcher *apud* Pinho (2001: 22-23), distingue três importantes situações: 1. os membros dirigem unidades econômicas

cooperativas para a aquisição favorável de bens ou serviços, destinados a fins privados (como as cooperativas de consumo e de construção de habitações); 2. os membros são proprietários de pequenas empresas e organizam uma empresa cooperativa para obter canais de compra e/ou venda favoráveis (cooperativas de compra e venda); 3. os membros representam mão-de-obra e esperam obter trabalho em condições mais favoráveis dentro de sua empresa cooperativa (cooperativas de produção ou de trabalhadores).

Esclarece que as cooperativas não estão em contradição com a economia competitiva, quer se trate de cooperativas que trabalham apenas para cobrir os custos, quer se trate de empresas que devem gerar benefícios, tal como as demais empresas voltadas para o mercado.

Segundo Pinho (2001: 22), considerando a cooperativa como unidade econômica (ou associação de cooperados-usuários que visa apenas cobrir os custos operacionais) da empresa cooperativa (que deve gerar benefícios), a Teoria de Münster desenvolveu o estudo dos instrumentos de controle do êxito cooperativo no mercado (*produtividade*) e de controle do êxito dos cooperados (*efetividade*).

De modo resumido, pode-se dizer que: - para controlar a produtividade da cooperativa ou seu *êxito externo ou no mercado*, os instrumentos são semelhantes aos das empresas econômicas em geral; - para controlar a efetividade da cooperativa, ou seu *êxito interno ou voltado para os membros*, há indicadores especiais para se apurar as vantagens de custos, as vantagens comparativas das economias dos membros, etc.

Em outras palavras, o aspecto da produtividade ou o êxito externo da cooperativa implica na utilização das mais modernas técnicas de organização empresarial; conquista de mercado pela qualidade de seus êxitos; utilização de inovações tecnológicas e outras para a atividade cooperativista ser competitiva; enfim, apresentação de vantagens típicas das empresas econômicas – assunto que constitui objeto de outras ciências, especialmente a Administração de Empresas.

Por sua vez, segundo Pinho (2001: 23), o aspecto da efetividade ou *êxito interno* voltado para os membros, refere-se às condições de funcionamento de cada tipo de cooperativa, de modo que as vantagens produzidas pela sociedade retornem aos associados,

sem discriminações. Daí a Teoria de Münster enfatizar a necessidade de participação de todos nos processos de tomada de decisões do grupo, bem como a necessidade dos associados controlarem a cúpula dirigente.

O grupo cooperativista de Münster salienta ainda a importância de sua teoria para os países emergentes e critica, com veemência, o cooperativismo rochdaleano, “que lhes tem causado e continua causando tanto dano”. Demonstra como se pode criar e desenvolver mercados e vias de comercialização e o que se deve fazer a fim de que a cooperativa tenha êxito no mercado (produtividade) e êxito para seus membros (efetividade).

Boettcher, por exemplo, critica Rochdale afirmando que os conhecimentos dos Pioneiros eram tão reduzidos que, em relação à teoria acadêmica de economia de empresas, podiam ser comparados a um aviãozinho de papel diante de um moderno avião a jato; com os princípios dos Pioneiros "nunca seria possível organizar cooperativas superiores às organizações empresariais privadas", nem eliminar a concorrência ou a economia de mercado. Esse modelo, que é o mais difundido, "tem causado e continua causando grande dano", sobretudo aos países emergentes": por um lado, porque essa teoria cria a ilusão de que basta eliminar a concorrência econômica e praticar a economia da cooperação (cujos problemas ninguém conhece), para que tudo melhore como por milagre...". Aliás, “os fracassos sofridos pelo movimento cooperativista em todas as partes do mundo não têm passado despercebidos...”

Esta é também a posição de Benecke, ao afirmar que: “É comum, nos países em desenvolvimento, esperar-se verdadeiros milagres das cooperativas”. Mas não se esclarece que teoria fundamenta essas expectativas e a mera referência à ideologia cooperativa não é suficiente para justificar tais esperanças.

### **3.3 Linhas Gerais do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” (PACRA)**

O “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica” – PACRA, foi aprovado em reunião da Diretoria do Banco de Crédito da Amazônia (BCA), a 3 de julho de 1962.

Não priorizamos neste trabalho de dissertação traçar uma análise explicativa do Programa estudado com relação as suas contribuições mais significativas ou mesmo se deu certo ou se fracassou como experiência de política creditícia para o Planejamento Econômico da Amazônia. Isto porque, para isso, seria necessário um estudo mais aprofundado do Programa – além do acesso a documentos pertencentes à agência do BASA – porém não tivemos sucesso na tentativa de ter acesso a tais informações.

De nossa parte, entramos em contato com a agência matriz do BASA, na cidade de Manaus e solicitamos informações que pudessem nos ajudar, porém não obtivemos retorno. Também tentamos localizar alguns dos Agentes de Crédito Cooperativo (ACC) – cujos nomes constam em um dos documentos encontrados no arquivo estudado – para uma possível entrevista, mas também não obtivemos sucesso. Obtivemos informações com a família de alguns ACC, que estes já haviam falecido, enquanto os outros não conseguimos localizar.

Para cumprir os objetivos de nosso trabalho, procuramos estabelecer uma possível conexão entre o PACRA e o I Plano Quinquenal da SPVEA, com a ideologia tecnoburocrática e com os princípios cooperativistas, como forma de identificar uma política de dominação existente nos programas de intervenção na Amazônia, mesmo antes do Golpe Militar de 64.

Através de toda a recomposição histórica realizada no segundo capítulo deste trabalho, sobre as intervenções governamentais na Amazônia, concluímos que o Programa estudado tem relação com as diretrizes do I Plano Quinquenal da SPVEA, embora só tenha iniciado em 1963. Fato que nos levou a estabelecer uma breve comparação existente entre as diretrizes do PACRA e as do “I Plano Quinquenal da SPVEA”.

A análise dos documentos do arquivo para a elaboração desse capítulo, não obedeceu à ordem do Quadro II que consta no segundo capítulo deste trabalho, mas a data cronológica dos documentos conforme os dados que achamos relevantes citar nesse trabalho.

Achamos interessante começar nossa análise com a transcrição, de alguns trechos do texto de Apresentação de uma cartilha, de 17 (dezessete) páginas, sobre o PACRA, cujo



conteúdo, explica em linhas gerais “o plano do Banco”, segundo o presidente do B. C. A. na época, Raymundo Alcântara Figueira.

Esta cartilha consta como o primeiro documento arquivado pelo ACC em uma de suas pastas. Pela ordem cronológica dos documentos arquivados nesta pasta, acreditamos ser esta a Pasta 01, conseqüentemente, é provável que os documentos que nela constam, sejam os primeiros documentos que tramitaram burocraticamente no início do Programa estudado.

Na capa dessa cartilha constam as seguintes informações: No canto superior esquerdo “B.C.A. BELÉM, PARÁ”; logo abaixo vem o nome do Programa: “PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA”; no centro: “A SER EXECUTADO PELO BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA” e, bem abaixo “ADMINISTRAÇÃO RAYMUNDO ALCANTARA FIGUEIRA”.

Em uma folha de rosto constam os nomes que compunham a Diretoria do BCA na época: Dr. Raymundo Alcântara Figueira (Presidente) e Sr. Armando Storni, Sr. Eliezer de França Ramos Filho, Sr. Euclides Matos e Sr. Oswaldo de Castro Rebelo, todos estes, Diretores.

Em uma terceira página, a chamada oficial aparece através da seguinte informação: “*Este movimento cooperativista na Amazônia, liderado pelo B.C.A., está sendo realizado sob os auspícios de Sua Excelência eminente Presidente da República, Doutor João Goulart*”. E na quarta página consta a Apresentação do Programa<sup>49</sup>.

O BCA, além de ser o órgão de fomento, também foi o elaborador e o executor do programa de cooperativismo, que tinha como fundamento a concessão de crédito financeiro ao “*rurícola*”, almejando principalmente o “*aumento de produção e condições dignas de vida e de trabalho para os nossos homens do campo*”. Paralelamente ao objetivo principal, segundo o BCA, era “*indispensável que se lhe proporcionem facilidades para o suprimento econômico e regular de suas necessidades domésticas; que se ajude o lavrador a conseguir um melhor aproveitamento das glebas; que se lhe dê, a ele e à sua família, a necessária assistência nas doenças; que se lhe oriente a educação dos filhos, e, finalmente, que se lhe ampare a produção para uma justa remuneração do trabalho*”.

---

<sup>49</sup> Cartilha do Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, Belém/PA, 1963.

Os trechos destacados desta apresentação referem-se, de maneira genérica, ao trabalhador rural da região amazônica como “homem do campo”, “rurícola”, “lavrador”, evitando assim referências mais específicas aos trabalhadores extrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco e/ou babaçu). Tais denominações específicas só irão ganhar corpo no final do século XX, com a ação coletiva dos movimentos sociais.

Ianni (1986: 248-249), identificou, já no período da ditadura que ao mesmo tempo em que ocorreu uma articulação dinâmica entre a ditadura e a transformação da Amazônia em uma “fronteira” do capital monopolista, também é verdade que se modificaram as relações de produção, as forças produtivas e as classes sociais na Amazônia.

Se é verdade que a Amazônia foi posta, econômica e politicamente, a serviço da ditadura, também é verdade que a ditadura foi obrigada a propiciar uma maior “unificação” das classes sociais, em âmbito mais largo, nacional. Tanto as relações capitalistas de produção se generalizaram e desenvolveram, como as contradições de classes inerentes a essas relações se generalizaram e desenvolveram, por todas as partes e regiões da formação social capitalista brasileira. Há formas de produção para subsistência, familiares e comunitárias, que subsistem em muitos lugares. Mas são muitas as que cada vez mais se articulam com a produção mercantil. Os avanços do capitalismo na “fronteira” amazônica tanto tem destruído, pura e simplesmente, como tem criado ou recriado formas familiares e comunitárias de organização social e técnica de produção. No conjunto, generaliza-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital, mesmo em casos de caboclos, sitiantes, posseiros e índios. Sem que isso estivesse no seu horizonte e, muito menos, que fosse do seu interesse, a economia política da ditadura transformou o posseiro, o índio e o camponês em elementos importantes e permanentes no debate político e econômico nacional. Isto porque, ao mesmo tempo que se desenvolveu intensiva e extensivamente o capitalismo no campo, desenvolveram-se e aguçaram-se as contradições de classe no mundo rural (IANNI, 1986: 248-249)

A questão dos extrativistas, tanto no Programa de Assistência ao Cooperativismo, como no I Plano Quinquenal é visto como um “problema de recuperação”, tanto que no Plano Quinquenal o Capítulo XVI do Título I, é intitulado “O PROBLEMA DA RECUPERAÇÃO DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS”, onde o trabalhador extrativista é visto da seguinte maneira,

Não é possível recuperar a produção extrativista em base permanente, pelo menos no sentido de convertê-la em uma atividade econômica de alto rendimento. Todavia, alguma coisa deve ser feita em benefício da melhoria de condições desse trabalho e do trabalhador que ele se dedica. Já anteriormente foram analisadas as contradições desse sistema econômico e demonstrada a impossibilidade, que lhe é inerente, de conduzir a uma sociedade normal ou de assegurar condições satisfatórias de vida aos que nele trabalham. (I Plano Quinquenal, 1955: 112)

Destacamos alguns trechos desta Carta de Apresentação, quer sejam: *“empenhada em proporcionar melhores condições de vida ao homem do campo”*; *“despertar o interesse (sic) do agricultor pelo uso permanente das terras”*; *“Como órgão de fomento, não pode nem deve o B.C.A. ficar indiferente à situação desajustada dos nossos rurícolas”*. Desta forma, podemos observar que assim como o I Plano Quinquenal, o BCA, considerava o Programa de Cooperativismo como uma possibilidade de “recuperação” das populações da região, dando a impressão de que bastaria uma intervenção desse tipo para que a população local “despertasse o interesse pelas terras”.

O capítulo IV do I Plano Quinquenal da SPVEA possui o seguinte título “A RECUPERAÇÃO DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS”. Aqui também encontramos vários trechos depreciativos neste sentido, tais como: *“A reabilitação de uma população dispersa encontra graves dificuldades quer no seu planejamento quer na sua execução”* (SPVEA, 1955: 37), ou ainda, *“Entretanto, as grandes concentrações deverão ser realizadas naquelas outras áreas onde as condições do meio permitem uma mais rápida recuperação”* (SPVEA, 1955: 39).

O Capítulo VIII, do Título I, do Plano Quinquenal tem como subtítulo “O PROBLEMA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS”. Este é dedicado à agricultura, a qual, segundo o documento, é a atividade de base a merecer maiores esforços e investimentos por parte do plano. Segundo o Plano,

(...) a agricultura representa uma atividade requerendo menor soma de investimentos em relação aos resultados econômicos obtidos e por fim é sempre mais fácil praticá-la a partir de uma população de menor nível educacional e mais desprovida de especialização do que seria se fosse escolhido um processo industrial como meio de elevação dos padrões de vida (I Plano Quinquenal, 1955: 74).

Este e vários outros trechos seguem essa mesma linha depreciativa da população, que assim como o Plano Quinquenal, o Programa de Cooperativismo também enaltece em suas cartilhas e deprecia em seu planejamento.

Através do estímulo ao cooperativismo, o BCA acreditava, sobretudo, que “*sem produção não pode haver tranquilidade social*”.

Desta forma, podemos perceber nesta afirmação, mais uma semelhança entre as diretrizes do Programa analisado com a ideologia tecnoburocrática, ou seja, a importância que o BASA atribuiu ao desenvolvimento econômico nas diretrizes do Programa. O desenvolvimento econômico torna-se, assim, o grande objetivo político a ser atingido, colocando os objetivos econômicos acima de todos os outros valores. Assim como na ideologia tecnoburocrática, onde desenvolvimento econômico é sinônimo de modernização, industrialização e racionalização, o desenvolvimento é aumento de eficiência e de produtividade.

O grande critério para a ação tecnoburocrática é a eficiência. O grande objetivo a ser alcançado através da eficiência é o desenvolvimento econômico, é o aumento da produção por habitante. Não importa se a renda resultante seja distribuída com maior ou menor justiça. A distribuição da renda só é significativa na medida e que ela contribui ou não para o próprio desenvolvimento econômico. Nesses termos, uma distribuição equalitária da renda será provavelmente ineficiente e, portanto, condenável. Da mesma forma, uma concentração excessiva da renda dificultará a criação de um mercado interno, sendo também indesejável. Para cada situação econômica e social deverá haver uma distribuição ótima, ou seja, eficiente, da renda, que permita maximizar a taxa de desenvolvimento econômico. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 98)

Vale lembrar, para uma melhor compreensão sobre esta questão, que a tecnoburocracia é fruto do racionalismo. A ideologia tecnoburocrática é, em primeiro lugar e acima de tudo, racionalista. Não iremos fazer aqui uma análise mais aprofundada do racionalismo. Apenas lembramos que o racionalismo está intimamente relacionado com a emergência da burguesia e do sistema capitalista no mundo moderno. O capitalismo industrial define o critério de eficiência ou de produtividade máxima, dentro de um sistema de concorrência, como o meio mais adequado, mais racional, para se atingir o fim visado.

A “racionalização” progressiva da sociedade para Weber, depende da institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoronam-se as antigas legitimações. A secularização e o “desencantamento” das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma “racionalidade” crescente da ação social (HABERMAS, 1968: 45-46).

O socialismo proposto por Marx recebe sua legitimidade no fato de pretender ser mais racional do que o capitalismo industrial. Mas racional porque é mais justo, mas, principalmente, porque é mais eficiente, na medida em que o objetivo não é mais o lucro, mas a produção máxima, na medida em que o critério básico para se alcançar essa produção máxima é a eficiência através da administração e do planejamento ordenado e racional, e não através da concorrência, muitas vezes caótica e irracional.

Nestes termos, a origem do racionalismo é basicamente econômica. Deriva dos interesses em legitimar uma sociedade moderna, industrial, em oposição a uma sociedade tradicional. Provavelmente por esse motivo, o racionalismo, entendido não mais agora na forma em que cada pensador isolado o defendeu, mas na forma em que se tornou a ideologia dominante das sociedades industriais modernas – ou seja, da sociedade tecnoburocrática – é um racionalismo de base, essencialmente, econômica, é um racionalismo utilitarista. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 97)

Em suma, o utilitarismo característico do racionalismo tecnoburocrático é claramente verificável através do objetivo político básico visado pela tecnoburocracia: a eficiência. O primeiro e mais importante objetivo a ser alcançado por um sistema tecnoburocrático é a eficiência econômica, e, conseqüentemente, a maximização dos resultados em relação aos recursos produtivos empregados, bem como o aumento da produtividade de trabalhadores, administradores, máquinas e recursos naturais. O critério de racionalidade de um ato está em sua eficiência econômica, em sua utilidade. Os objetivos econômicos são, na prática, colocados acima de todos os demais valores de uma sociedade.

Isto não significa que a ideologia tecnoburocrática das sociedades industriais modernas não admita outros valores. Esta admite, mas os subordina à eficiência e ao desenvolvimento econômico. Tal subordinação resume-se em colocar todos os outros valores

na dependência da eficiência e do desenvolvimento econômico. Assim sendo, todos os demais objetivos políticos que o homem possa pretender alcançar dependem do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento é a variável independente que irá determinar não apenas o nível de bem-estar, mas também o grau de liberdade, o grau de segurança, o grau de justiça social, o grau de beleza existentes em uma sociedade. Democracia só seria possível em sociedades industriais avançadas. A igualdade de oportunidade aumenta à medida que aumenta o nível de desenvolvimento econômico. A beleza do ambiente depende das obras arquitetônicas e de ajardinamento. As artes desenvolvem-se na medida em que haja desenvolvimento econômico. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 98)

Para provar estas hipóteses são realizadas análises parciais de regressão, onde altos índices de correlação são obviamente alcançados. As teses tecnoburocráticas ganham, assim, foros de proposições científicas. Pretende-se que, através daqueles métodos estatísticos, sejam estabelecidas relações de causa e efeito definidas. Ciência e ideologia se confundem. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 98)

A partir daí torna-se possível percebermos a natureza da dominação como pano de fundo da ideologia tecnoburocrática. Para Marcuse<sup>50</sup>, A ação racional dirigida a fins é, segundo sua própria estrutura, exercícios de controle. Por conseguinte, a “racionalização” das relações vitais, segundo critérios desta racionalidade, equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, torna-se irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político.

Na sua crítica a Max Weber, Marcuse chega à seguinte conclusão:

O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas “posteriormente” e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso,

---

<sup>50</sup> “Industrialisierung und Kapitalismus im Werk Max Webers” in Kultur und Gesellschaft, II, Francoforte, 1965 *Apud* HABERMAS, 1968: 45-46.

um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é “material” e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica<sup>51</sup>.

Segundo dados colhidos do arquivo, o BCA tomou as seguintes providências para a execução imediata do Programa, no início de 1963:

1) O Banco realizou um curso de crédito rural e cooperativismo, para o qual preparou uma equipe inicial de 15 (quinze) funcionários, os quais já se encontravam em trabalho de orientação e cadastro nas regiões prioritariamente escolhidas para a implantação das sociedades cooperativistas;

2) O BCA criou o Departamento de Cooperativismo, que ficou encarregado de executar o plano e, ademais, fazer pesquisas mais profundas para o melhor aproveitamento das áreas necessitadas e do elemento humano disponível;

3) O funcionário escolhido para dirigir o Departamento de Cooperativismo, segundo dados do arquivo, esteve durante 2 (dois) meses percorrendo os diversos Estados do sul do Brasil, estudando e observando as normas adotadas por algumas das cooperativas do país que obtiveram êxito. Segundo a cartilha de apresentação do Programa, *“com a prática adquirida nesse estágio e a experiência em crédito rural e nos problemas sócio-econômicos da região, esse técnico encontrava-se preparado para a tarefa a que foi destinado”*.

O programa objetivava a implantação e/ou o funcionamento de 50 (cinquenta) cooperativas na Amazônia, em 1963, conforme a divisão a seguir: 6 (seis) no Acre, 2 (duas) no Amapá, 12 (doze) no Amazonas, 2 (duas) em Goiás, 4 (quatro) no Maranhão, 4 (quatro) em Mato Grosso, 15 (quinze) no Pará, 2 (duas) em Rio Branco e 3 (três) em Rondônia.

O programa de cooperativismo do BCA visava em seu planejamento:

1) A união das classes rurais da região, como um meio de despertar nelas o interesse e o entusiasmo pela vida e atividades campesinas; estimular o convívio e a estima

---

<sup>51</sup> Der eindimensionale Mensch, Neuwied 1967, p. 172 s, *apud* HABERMAS, 1968: 49.

entre as famílias e valorizar o trabalho do campo, além de promover a colonização racional das áreas.

2) O crédito orientado, através de: financiamento para custeio das safras; venda de material agrário e mercadorias de consumo, adquiridas diretamente das fontes, por preços isentos de intermediário; e assistência técnica para o melhoramento das safras e da qualidade dos produtos.

3) O aumento e a defesa da produção, por um serviço de: transporte, classificação, beneficiamento, conservação e distribuição da produção e pesquisa de mercado e controle de preço.

4) Assistência social, que teria por fim, especialmente: a formação da mentalidade agrícola e cooperativista da população rural; o desenvolvimento do interesse pelo esporte e reuniões sociais; educação adequada para os filhos dos associados; assistência médica e hospitalar para os cooperados e suas famílias, bem como a construção de casas rurais para os associados.

Analisando as linhas gerais do Programa de Assistência ao Cooperativismo, percebemos que o mesmo estava em sintonia com os objetivos do I Plano Quinquenal da SPVEA, em relação à agricultura, a começar pela utilização da palavra “assistência” no nome do Programa. O Plano Quinquenal, após explanar sobre os problemas enfrentados na Amazônia em relação a sua precária agricultura, expõe que,

(...) o desenvolvimento agrícola da região terá de ser acompanhado por sistemas de assistência correspondentes a três necessidades fundamentais: 1) o aspecto tecnológico, ou seja, o do conhecimento das técnicas de trabalho e das plantas próprias a cada ambiente; 2) o do nível cultural do agricultor que lhe permita a absorção prática dessas técnicas; e 3) o da capacidade econômica do agricultor, para que possa adquirir ou utilizar o equipamento necessário aos trabalhos, não só de conservação do solo, como também de mecanização do processo agrícola, inclusive de beneficiamento e conservação da safra. (I PLANO QUINQUENAL, 1955: 76)



Logo adiante, o I Plano Quinquenal coloca que, *“A assistência aos agricultores já estabelecida pode ser feita por outras formas mais simples e menos dispendiosas e de importantes efeitos econômicos” (I PLANO QUINQUENAL, 1955: 77)*, ou seja, ao mesmo tempo em que coloca a agricultura em primeiro lugar como plano de base, repete em várias de suas linhas, que a mesma é uma atividade “menos dispendiosa” e de efeito econômico de maior retorno.

Além disso, também se contradiz com a doutrina cooperativista, entendida como “uma empresa de serviço”, que não busca lucro, já que seu fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço, capital e risco. Distingue-se da “empresa capitalista” porque nesta, a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim a multiplicação ou o rendimento do capital investido.

No Título V, Crédito e Comércio, do 2º Volume do I Plano Quinquenal da SPVEA, a regulamentação do Plano prevê a necessidade de criar a Administração do Crédito da SPVEA, com as seguintes finalidades: a) fiscalizar a execução do Fundo de Fomento à Produção; b) fiscalizar e executar o plano de difusão do crédito rural. Esta última seria executada por intermédio das organizações cooperativistas, caixas e bancos rurais. A linha de distribuição deveria ser seguida prudentemente, *“de acordo com as reações econômicas que despertar e sua experiência indicarem”*. Por isso mesmo, segundo o planejamento, *“inicialmente atenderia as Cooperativas em funcionamento regular e que apenas a deficiência de crédito poderia impedir seu desenvolvimento e estabilidade já consolidada”*.

O programa de evolução das cooperativas do BCA era dividido em três etapas e, segundo ele, *“o desenvolvimento de cada uma dependia, das condições peculiares de cada região, do interesse que se conseguia despertar nos seus organizadores e de outros fatores que influenciavam em cometimentos dessa natureza”*. A seguir, explicamos cada uma destas etapas.

Na primeira etapa, a Cooperativa, *“já devidamente organizada e assistida”*, cuidaria do financiamento aos pequenos produtores, destinado à formação e colheita de lavouras de subsistência ou de ciclo anual, bem como do suprimento de ferramentas agrícolas, inseticidas, adubos, sementes e mercadorias essenciais ao consumo dos associados. As

sociedades assim constituídas providenciariam, ainda, sempre com a ajuda do Banco, e na escala das necessidades, a importação das referidas utilidades, *diretamente da fonte ou por intermédio do órgão ou cooperativa central*, de que falaremos mais adiante. Uma vez em “boa ordem” o funcionamento da cooperativa nos setores de crédito, abastecimento e controle das atividades dos associados, iniciaria o trabalho da segunda etapa.

A segunda etapa, considerada de maior importância pelo BCA para o êxito completo dos objetivos do Programa, era quando a cooperativa deveria se aparelhar para transportar, receber, guardar, ensilar, beneficiar e distribuir a produção dos seus associados. Aquisição de caminhões, usinas de beneficiamento e *outros equipamentos*, bem como obras necessárias ao preparo e conservação das safras, eram partes essenciais neste segundo ciclo “da empresa”.

Na terceira etapa, *“considerando-se que a cooperativa já se apresentava com suas atividades econômicas satisfatórias e consolidadas”*, a ênfase se daria ao plano de assistência sanitária e educacional aos seus associados e famílias. Escola, posto médico, moradia, extensão doméstica e outros serviços de interesse social da comunidade seriam ampliados ou organizados, orientados ou assistidos pela cooperativa. Ainda na terceira etapa, era dado resolver o problema da legitimação das terras ocupadas pelos lavradores cooperados.

Segundo o planejamento do BCA, *“as tarefas de todas as etapas seriam, dentro do possível, iniciadas desde os primeiros passos da cooperativa, isto é, tudo começaria com o preparo psicológico dos futuros cooperados, exatamente quando o preposto do Banco recolheria do agricultor as primeiras informações para o seu cadastro. No entanto, os serviços só poderiam tomar corpo e materializar-se no programa depois de vencidas as duas primeiras etapas, embora se esperasse que, com elas, já se tivesse realizado muito no campo da última”*.

(...) por isso que a idéia, além da formação de uma nova mentalidade no seio das classes rurais, é dar os recursos materiais e morais que permitam ao homem do campo viver melhor, estimulando-o a produzir mais, a tornar-se amigo de todos, a ser cumpridor consciente do seu dever de bom brasileiro, de bom chefe de família e de bom cristão. (Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, 1963)

Para facilitar o trabalho de suprimento das cooperativas do interior, cuidou-se da instalação dos *órgãos e/ou cooperativas centrais*, pois segundo os planejadores do Programa eram estas, de fato, *“os órgãos essenciais para o bom funcionamento do programa”*.

Como forma de garantir o êxito do Programa, o Banco tinha como meta a instalação, *“como núcleos dinamizadores”* das entidades isoladas em funcionamento nas diversas áreas escolhidas, de *cooperativas centrais* ou de abastecimento, que tinham por finalidade não somente facilitar o trabalho das cooperativas do interior, como também, e principalmente, prover as suas filiadas do material agrário e das mercadorias de que as mesmas necessitassem para o consumo de seus cooperados.

Belém, Manaus, São Luiz e Rio Branco eram os maiores centros econômicos da Amazônia, na época, por serem os mercados terminais dos gêneros agrícolas oriundos das pequenas propriedades regionais. Por isso, estas cidades foram apontadas pelo próprio BCA, pelas quais deveriam se iniciar a criação das primeiras cooperativas centrais, que também funcionariam como órgãos de coordenação de trabalho, divulgação de práticas agrícolas e de tudo quanto conviesse aos interesses das filiadas e dos lavradores a estas associados.

Para a direção destas entidades centrais, que tinham a assistência supervisora do Banco e o concurso do elemento técnico fornecido pelo mesmo, deveriam ser convocadas, segundo os critérios do próprio Banco, *“pessoas de escola da sociedade onde foram lançadas, porém de interesses, íntima e diretamente, ligados aos fins das cooperativas, que acreditavam nos seus elevados propósitos e se dispunham a colaborar na solução do mais palpitante problema de todas as épocas e de maior preocupação na atualidade: aumento da produção e melhores condições de vida e trabalho para o homem do campo”*.

Em meio aos documentos do arquivo, encontramos o “Estatuto da Cooperativa Central do Pará”, no qual consta a regulamentação completa desta que teve sua sede na Cidade de Belém. Chamou-nos a atenção, entre tantas informações, o Capítulo IV: DAS COOPERATIVAS ASSOCIADAS E DOS SÓCIOS SINGULARES – Seus Direitos e Responsabilidades. Entre tantas outras exigências feitas aos associados, consta no Artigo 19 deste capítulo:

Artigo 19 – Poderão fazer parte da Cooperativa Central do Pará as Cooperativas legalmente registradas, sediadas no Estado do Pará e Território do Amapá, bem assim associados singulares: agricultores, criadores, proprietários rurais, granjeiros, seringalistas, extrativistas e pescadores que tenham residência e trabalhos de cultivo na área de ação da Cooperativa Central.

O fato do BCA, em seu planejamento para o Programa de Cooperativismo, fazer a exigência para as pequenas cooperativas e agricultores singulares, que teriam que obrigatoriamente se associar a uma Cooperativa Central, institucionalizada pelo Programa, segundo ALMEIDA (2003; 6), requer formas específicas de organização, que nem sempre coincidem com as formas nativas, segundo as quais se estruturam os agentes sociais atingidos. Nas palavras de Almeida (2003:6), *“onde quer que o governo intervenha, tem de ser constituída uma associação”*.

A exigência de associações formais, registradas em cartório e reguladas por estatutos e regimentos, contrasta com organizações informais e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas ou ditados por fatores mais permanentes (étnicos, de parentesco e de ancianidade da ocupação) ou contingenciais (situacionalidade de conflitos sociais localizados). Pode-se dizer, pois, que este associativismo é montado de cima para baixo, como se fosse fortalecida a sociedade civil principalmente a partir do momento em que há uma intervenção governamental. A forma do indivíduo e da associação participarem é aquela que os aparatos de poder definem como tal. A monotonia e a homogeneidade de estatutos utilizados, seja no Centro-Sul ou na Amazônia, bem revelam uma noção de "comunidade" que menospreza as especificidades. (ALMEIDA: 2003: 6)

Todo esse planejamento centralizador do BCA para implantar as cooperativas, remete-nos a concluir que a prática cooperativista utilizada era, então, paralela ao cooperativismo de inspiração rochdalena, ou seja, um “cooperativismo sem Rochdale” na acepção doutrinária, que utiliza à cooperativa como técnica empresarial.

Um outro aspecto da estratégia de dominação da ideologia tecnoburocrática que encontramos referências em vários trechos dos documentos do arquivo, é o consumo. O consumismo, a valorização do consumo pessoal e o fornecimento de meios econômicos para que esse consumo seja realizado são elementos essenciais de seu sistema de legitimação. No trecho abaixo, que pegamos como exemplo, entre outros que foram encontrados no arquivo,

podemos perceber como o BCA tratava o processo de consumo e circulação de mercadoria dentro do Programa.

Fica patente, pois, que o nosso objetivo é facilitar a instalação de cooperativas entre os produtores rurais, essa classe de gente tão desassistida do interior, bem como a criação, instalação e funcionamento de órgãos centrais nas mais importantes capitais da área amazônica. Como já foi dito, essas cooperativas centrais têm o fim precípua de importar mercadorias de consumo na zona rural, abastecer as cooperativas do interior, distribuir eventualmente a produção das suas associadas e manter um setor para defesa e divulgação do que possa interessar as comunidades.” (Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, 1963)

Podemos perceber que, de fato, a instalação das Cooperativas Centrais, tinha como principal função promover a circulação de mercadorias e movimentar o comércio local entre a comunidade.

Para o sistema tecnoburocrático, o consumo é um fator essencial para o equilíbrio das economias modernas. De nada adianta maximizar a eficiência, produzir em massa, se não for para, em última análise, consumir esses bens. Por outro lado, reduzindo-se todas as aspirações humanas ao consumo, torna-se mais fácil aplicar o postulado básico da ideologia tecnoburocrática de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos.

Dois outros aspectos considerados pré-condição para a eficiência do sistema tecnoburocrático são a segurança e o caráter eminentemente autoritário da tecnoburocracia. Nos trechos abaixo, podemos perceber a preocupação do BCA em manter a ordem do processo na formação das Cooperativas, com o rígido cumprimento das normas e dos pressupostos impostos pelo Programa aos cooperados.

“Finalmente, em paralelo com a finalidade já definida, os órgãos centrais das cooperativas poderiam adquirir, por compra ou doação, de particular ou do governo, glebas apropriadas à formação de colônias agrícolas, cuja ocupação planejada poderia ficar a cargo dos referidos órgãos e do Setor de Cooperativismo do Banco. Bem delimitada a área

adquirida, feito o seu loteamento e estabelecida à seleção dos futuros colonos, “*com estes se organizará a cooperativa, a qual, como proprietária ou concessionária da terra, orientará a sua colonização racional*””.

Os lotes, em média de 25 (vinte e cinco) hectares para cada colono, seriam transferidos a estes, seus ocupantes, mediante preço e forma de pagamento oportunamente ajustados e “*depois de satisfeitas as condições que atendam ao objetivo visado*”.

Ultrapassadas essas etapas, segundo o BCA,

(...) teriam as Cooperativas atingido, praticamente, a sua maturidade ou auto-suficiência, podendo, então, pensar na ampliação de suas atividades, já agora tomando ao seu serviço, mediante contrato de trabalho, elementos capazes que por elas assalariados, se encarregariam do cumprimento das tarefas de caráter executivo, até então desempenhadas pelos seus dirigentes, deslocando aqueles para os pontos onde se torne útil sua atuação, orientada esta, sempre e sempre, no sentido da ampliação de seu raio de ação, multiplicando os organismos já existentes e formando assim, a tão almejada rede cooperativista que resultará na equação e solução dos problemas básicos da região, no que tange ao seu aspecto rural. (Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, 1963)

Essa penetração, resguardando o nítido caráter de desdobramento das cooperativas já existentes, se faria sem prejuízo das normas que presidiriam a instalação e funcionamento dos núcleos pioneiros, cumprindo a estes acompanhá-la desde os seus primeiros passos, até que se atingisse a etapa superior do desenvolvimento e auto-determinação, nos moldes preconizados pelo esquema geral.

Nessa ordem de idéias cumprirá aos prepostos dos organismos mandantes a fiel observância das costumeiras cautelas, no que respeita à adequação dos locais e reais possibilidades de êxito, dado que se não nos anima ou impele o desejo do lucro fácil, tampouco é nosso propósito, em contra-partida, malbaratar os dinheiros de que somos fiéis depositários, em empreendimentos de resultado duvidoso, ou, o que é pior, negativo. Ao invés, a preocupação constante será a obtenção do máximo rendimento, com a efetivação de medidas práticas, à custa do mais baixo ônus, sem danos, é evidente, para o completo êxito do empreendimento. (Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Banco de Crédito da Amazônia, 1963)

Nota-se aqui, depois da leitura desses trechos, que todas as decisões eram tomadas pelos técnicos do Setor de Cooperativismo do BCA, tais como a escolha das terras, a seleção dos colonos, bem como a organização das cooperativas. Somente depois de tudo montado “conforme as normas do Programa” é que era repassada as Cooperativas aos produtores “nos moldes preconizados pelo esquema geral”.

Chama-nos à atenção a não participação dos cooperados nesse processo. Segundo Bresser-Pereira (1981: 100), isto se explica pelo fato de a tecnoburocracia não se coadunar com a democracia. A visão de mundo dos tecnoburocratas é autoritária. Parte sempre do princípio de que a legitimação do poder político está no conhecimento técnico e na competência e o sistema democrático nem sempre garante a tomada do poder pelos tecnicamente mais competentes. Além disso, o tecnoburocrata foi formado em organizações burocráticas, rigidamente hierarquizadas, em que a autoridade vem sempre de cima para baixo. Inverter o processo, como pretende a democracia, parece-lhe evidentemente irracional.

Além disso, *“liberdade é para o tecnoburocrata sinônimo de indisciplina, de licença, de desordem. Liberdade é um luxo que pode ser sempre postergado em nome da eficiência e da segurança. É um objetivo longínquo, que só poderá ser alcançado depois que o desenvolvimento econômico e a ordem social forem alcançados”*. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 100-101)

### **3.4 O Cooperativismo do Banco de Crédito da Amazônia (BCA)**

Em sua cartilha, o BCA, utiliza-se de vários argumentos apelativos, de caráter emotivo, para definir o que é cooperativismo – e convencer o agricultor a se afiliar. Entre as várias definições de cooperativismos que encontramos destacamos algumas frases e expressões que possuem tal apelo. São elas:

“Cooperativismo é o processo que fortalece a economia das pessoas que o praticam. O lavrador, *“isoladamente, não tem condições”* para adquirir um trator, um arado, um caminhão, um motor, uma “casa de farinha”, um engenho ou instalar uma usina para beneficiar o seu produto, nem tomar qualquer outra providência que valorize o fruto do seu

trabalho. “*Numa cooperativa, bem organizada e dirigida, porém, ele consegue tudo isso*” e o que mais necessário for para o seu progresso e bem-estar de sua família”.

“A cooperativa é uma sociedade de caráter popular, que se organiza entre pessoas de boa vontade e onde só se trata de meios e soluções para favorecer os seus associados. Ali, não se discute política nem qualquer outro assunto que não objetive “*o progresso da associação, o bem comum*” dos que a ela se filiam”.

“Uma cooperativa tem como base fundamental defender os interesses econômicos e sociais dos seus cooperados, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a forma de se “*ajudarem mutuamente*””.

“O homem do campo, o seringueiro, o colono e o pequeno seringueiro, mais do que ninguém necessitam da ajuda de outras pessoas, de outros companheiros, para melhor viverem, para melhor progredirem. “*Unindo-se em cooperativas*”, esses trabalhadores da terra “*tornar-se-ão independentes*” e poderão vencer a pressão dos mais fortes”.

“O dinheiro de um lavrador, na Amazônia, pouco ou nada representa, pouco ou nada poderá fazer. “*Reunido, entretanto, com os recursos de outros lavradores e amigos*”, que se associam numa cooperativa, “*esse dinheiro se valoriza e ajuda a vencer as dificuldades*” que o homem do campo enfrenta”.

“A cooperativa aumenta o poder aquisitivo dos seus associados e assegura aos produtos o preço justo do seu trabalho, elimina intermediários e disciplina a economia doméstica”.

“A cooperativa é a empresa ideal para a “*união dos homens de uma comunidade*”, bem como a estima e o respeito entre as suas famílias”.

“A cooperativa é um instrumento de progresso, de independência e de tranquilidade para os agricultores que souberem cumprir com o seu dever”.

Os trechos acima sintetizam o tipo de estratégia realizada pelo BCA. Segundo Almeida (2003: 6),



Esse discurso, que enfatiza uma dimensão "comunitária" genérica e os aspectos de "solidariedade" e de "institucionalização" das relações entre os agentes sociais objetos da ação de planejamento oficial, vale repetir, constitui hoje um discurso da dominação. A institucionalização que apregoa é uma institucionalização absolutamente dirigida. Os seus mecanismos de controle acham-se ancorados nos princípios que norteiam o chamado neoliberalismo. E aqui se tem um aspecto paradoxal. (ALMEIDA, 2003: 6)

O texto acima de Almeida, data de 2003, mas já conseguimos identificar o discurso da “ênfase comunitária” no Programa estudado, que data da década de 60.

Bourdieu *apud* Almeida (2003: 6), assevera que o neoliberalismo não é uma evolução "natural" da economia, nem uma simples engrenagem de livre mercado, ao contrário, ele consiste numa política deliberada, ou seja, trata-se de um ato fabricado e, como tal, ameaça as formas de organização baseadas em antagonismos sociais, visando a destruição sistemática dos coletivos.

Segundo Almeida (2003: 6), *“a ênfase oficial nas "formas comunitárias" consiste numa maneira invertida de reconhecer o quanto elas efetivamente se encontram ameaçadas nesta quadra em que a ação governamental e das agências multilaterais é ditada pelo ideário neoliberal”*.

Ainda segundo Almeida (2003: 6-7),

A pretensão de construir solidariedade aparece apoiada numa expressão individual, em que a organização é mera soma de indivíduos sem uma ação coletiva própria. O indivíduo "parceiro" ou o indivíduo "solidário" ou o indivíduo "participativo" encontra-se subjugado e não tem condições de se apresentar nessas formas como autônomo, como sujeito que faz refletir suas demandas sociais no âmbito das políticas governamentais. (...) Há interpretações que também falam em "colaboração". E não é isso. Os mecanismos de dominação parecem querer que as pessoas vivam como natural a subordinação e nada mais concreto do que vivê-la, imaginando naturalmente que se está sendo "participativo", que se está sendo "solidário" e que se está sendo "comunitário". A recusa individual disso não é fácil nem simples ante o peso dessa imposição nos problemas da vida cotidiana. A construção da subordinação estaria ocorrendo pela ilusão de igualdade e pela ilusão da participação democrática, refletindo numa certa despolitização das iniciativas rotineiras de associativismo e das práticas dos mediadores (sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais). (ALMEIDA, 2003: 6-7)

Para o BCA, os fatores de sucesso de uma cooperativa são: 1) Administração bem orientada; 2) Recursos financeiros e 3) Associados conscientes dos seus deveres.

As bases de uma boa administração, segundo o BCA, isto é, para que uma cooperativa seja bem sucedida nos seus objetivos, é indispensável que os seus dirigentes e administradores se compenbrem de sua grande responsabilidade e, por conseguinte:

a) Dispensem especial atenção às atividades da cooperativa; b) Mantenham todos os seus livros, rigorosamente, em dia; c) Estejam, com a necessária assiduidade, à frente dos negócios da cooperativa; d) Procurem despertar nos cooperados, o interesse e o entusiasmo pelo progresso da sociedade, incentivando-lhes a disciplina cooperativista e a necessidade de bem cumprir os seus deveres; e) Seleccionem, com o máximo rigor, os auxiliares de que necessita a empresa para o seu perfeito funcionamento; f) Fiscalizem o fiel cumprimento das obrigações financeiras da cooperativa e dos seus associados; g) Estudem as peculiaridades da região abrangida pela cooperativa, a fim de sugerir medidas que se tornem necessárias para o melhor aproveitamento de suas finalidades; h) Procurem, por todos os meios ao seu alcance, orientar os agricultores cooperados, de maneira que possam estes alcançar o maior índice de produção e regime de vida almejado; i) Examinem e resolvam, com critério, honestidade e espírito de justiça, os pleitos dos cooperados junto ao órgão; j) Zelem, com o máximo rigor, pelos bens patrimoniais da cooperativa e pelo êxito dos empreendimentos por ela financiados, não permitindo o desvio de verbas ou de quaisquer bens da empresa para fins estranhos aos seus objetivos.

Contudo, os princípios originais cooperativistas defendem a autonomia e a independência como um princípio a ser seguido pelas cooperativas. Assim, se por acaso, forem firmados acordos com outras organizações, ou recorrerem a capital externo, esses deverão ser feitos em condições que garantam o controle pelos seus membros e a autonomia da cooperativa, o que não acontecia nos planos do BCA, os quais previam que, inicialmente, as cooperativas fossem administradas pelo agentes de crédito cooperativos por eles treinados e “capacitados” para esse fim.

Outra relação do I Plano Quinquenal com o Programa de Assistência ao Cooperativismo diz respeito à utilização do Crédito Rural para o “alavancamento” da

agricultura na Amazônia. Para isso, o Plano o coloca como um dos mais importantes aspectos da assistência agrícola,

O mais importante aspecto, porém, da assistência agrícola, será um sistema de crédito rural com base no crédito pessoal e que seja aplicado por Caixas localizadas na própria zona. (...) Para esse fim, torna-se necessário criar um sistema de agências ligadas a Caixas Rurais, funcionando junto aos núcleos agrícolas do interior e pelo qual o agente agrícola, um agrônomo, orienta o agricultor sobre suas necessidades e a Caixa Rural lhe faculta os recursos para melhorar as condições de sua produção. (I PLANO QUINQUENAL, 1955: 78)

Assim como, nos trechos a seguir, o Programa de Cooperativismo também exalta o aspecto dos Recursos Financeiros.

Para o BCA, não restava a menor dúvida de que o êxito de uma cooperativa que visasse assistir aos agricultores, aumentar a produção e dar às populações rurais melhores condições de vida e de trabalho, dependia não apenas de uma boa administração e de associados ciosos de seus deveres, mas também, e principalmente, de recursos com que movimentar a sociedade. E, por isso mesmo, a opinião generalizada, na Amazônia, é de que as cooperativas não têm ambiente nem condições para produzir os efeitos desejados. Evidentemente, porque, em sua maioria, elas se organizam e funcionam sem dinheiro.

O terceiro fator para o sucesso de uma Cooperativa, era a consciência do cooperado quanto aos seus deveres, que segundo o BCA, eram: a) Prestigiar a cooperativa por todos os meios ao seu alcance; b) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando; c) Zelar pelo bom nome da cooperativa, cumprindo religiosamente com seus deveres sociais; d) Propor ou sugerir, aos órgãos competentes, medidas que considerar convenientes aos interesses da sociedade; e) Tratar os companheiros com estima e o necessário sentimento de fraternidade; f) Acompanhar as atividades dos dirigentes da cooperativa e de seus companheiros associados, não permitindo que usem os recursos da empresa em fins estranhos aos seus objetivos; g) Levar ao conhecimento da administração da cooperativa, de preferência por escrito, todas as irregularidades ou falhas que porventura venha a descobrir; h) Colaborar decididamente em todos os trabalhos que tenham por finalidade o fortalecimento e o

progresso da cooperativa; i) Empregar com segurança e honestidade, em seu trabalho, todo o capital que lhe for emprestado pela cooperativa; j) Incentivar o convívio entre as famílias dos associados, de maneira que existam sempre entre elas e, finalmente, entre toda a colônia, mútua compreensão e o indispensável espírito de solidariedade humana.

Achamos necessário destacar em nossa análise os trechos acima em que o BCA descreve com minuciosidade e rigor, os fatores de sucesso de uma cooperativa, para que possamos analisar sob a ótica de outra característica marcante na base da ideologia tecnoburocrática: a crença de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos<sup>52</sup>.

Tal crença fundamenta-se em uma visão de mundo tipicamente tecnoburocrático, segundo a qual existiria uma lógica interna, imanente às coisas e às situações, que tornaria o mundo essencialmente harmônico. O mundo, para o tecnoburocrata, é um sistema ou um conjunto de sistemas em que cada elemento tem uma função, um papel. O papel do técnico é compreender estes sistemas – sistemas naturais, como o organismo humano; sistemas mecânicos, como uma máquina; sistemas sociais, como uma família ou uma empresa –, é entender suas interdependências e fazê-los funcionar suave e eficientemente. Os conflitos, as contradições, os desarranjos são meros defeitos técnicos dos sistemas, São disfunções, que podem ser tecnicamente resolvidos.

Nas palavras de Henri Lefebvre:

Nessa vasta ideologia, fica subentendido que as sociedades e os grupos que as constituem, como os seres vivos e os “seres” em geral, têm necessidade de um princípio interno que os mantém na existência. Esse princípio de coesão e de coerência, estrutura latente ou em vias de aparecimento, é a única coisa importante. A desestruturação? É a ameaça, o lado mau a ser abolido com urgência, o mal (Lefebvre, Henri. Posição: contra os tecnocratas. (trad. De Position: contre lês tecnocrates). São Paulo, Editora Documentos, 1969. p. 62, *apud* PEREIRA, 1981: 101)

---

<sup>52</sup> Cf. Roszak, Theodore. A Contracultura, *apud* BRESSER-PEREIRA, 1981: 101.

Nesta visão do mundo a harmonia imanente ao sistema planetário é transplantada para todos os demais sistemas e, particularmente, para os sistemas sociais. Nestes, porém, a harmonia não é automática. Depende de homens que sejam capazes de fazer o sistema funcionar corretamente. Depende dos engenheiros sociais do mundo moderno, dos tecnoburocratas em suma. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 101-102)

Henri Lefebvre chamou a esta visão de mundo de “novo eleatismo”, para salientar seu caráter imobilista e conservador<sup>53</sup>. Na verdade, a ideologia tecnoburocrática não é imobilista, na medida em que ela valoriza a mudança técnica e a decorrente mudança social. É, todavia, uma ideologia que não admite a história nem as contradições. Nesses termos, é uma ideologia que repudia a dialética e uma visão histórica do processo social. Nesta ideologia acaba-se com a história, declarando que ela não teve nem orientação, nem sentido ou, então, mostrando que o sentido é atingido com o reino da racionalidade técnica<sup>54</sup>.

### **3.4.1 O Agente de Crédito Cooperativo (ACC)**

O Agente de Crédito Cooperativo (ACC) configura-se como o responsável em por em marcha o Programa pela Amazônia Legal.

Foi esboçado no Capítulo I um breve histórico da carreira profissional deste que foi responsável pela conservação do arquivo, que nos permite, hoje, a possibilidade de ter em mãos um material tão precioso para nos auxiliar no processo de entendimento de nossa região. Não nos passa despercebido que na própria organização e estado de conservação em que se encontra o arquivo estudado, podemos perceber traços de técnica aplicada por uma pessoa que dominava a técnica da organização, utilizando-se dos recursos disponíveis na época.

Para cumprir os fins a que se propõe o “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, o BCA “preparou” diversos de seus funcionários, para cargos responsáveis pela difusão do crédito rural nas dependências do Banco, além de organizar diversos cursos, de nível mais alto, com a ajuda de professores especializados em cooperativismo atuante, visando à formação de uma equipe de técnicos, que se encarregariam

---

<sup>53</sup> Idem, p. 53-67.

<sup>54</sup> Idem, p. 64.

de por em andamento o programa. Tais técnicos foram chamados de Agentes de Crédito Cooperativo (ACC).

Segundo a cartilha do BCA, *“a assistência e a orientação desses técnicos, deveria ser presente e constante em todas as fases do programa, pois os mesmos tinham como tarefas: escolher as áreas mais apropriadas, articular com os lavradores para convencê-los, pelo mérito da idéia, a se organizarem em cooperativas, a inaugurá-las e a fazê-las funcionar objetivamente; estimular o trabalho dos dirigentes das entidades criadas no meio rural, para que em nenhum momento cedessem às dificuldades ou ao desânimo ocasionando a anulação dos esforços já feitos e eliminando o dinamismo necessário à vitória completa do ideal cooperativista”*.

O ACC era diretamente ligado ao Departamento de Cooperativismo, mas deveria agir em absoluta coordenação com as Agências, em cuja jurisdição encontravam-se as cooperativas que estas estavam assessorando. Competia-lhes ainda obedecer à orientação das administrações das agências filiais, inclusive o de ajudar em serviços internos, quando necessário.

No que dizia respeito ao assessoramento de cooperativas, competia-lhe especialmente:

a) Influenciar no sentido de que as respectivas diretorias observassem “um alto padrão de honestidade e equilíbrio na direção dos negócios, e que os Conselhos Fiscais atuassem, decididamente, na função”;

b) Providenciar para que fossem realizadas, nos dias e horas previstas, as reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral;

c) Conseguir uma perfeita arrumação das cooperativas, especialmente da Seção de Consumo e de escritório, com documentos rigorosamente arquivados e mercadorias organizadas e com preços bem calculados;

d) Manter atualizada a escrita de todos os livros e estes legalmente em ordem, assim como conservar em dia os cartões de controle de estoque e admissão de associados;

e) Preparar os associados no sentido de bem compreenderem a doutrina cooperativista, para que pudessem se tornar entusiastas da mesma e acreditassem em suas cooperativas. Isto poderia ser feito individualmente ou em palestras coletivas;

f) Manter perfeita coordenação e as melhores relações com as autoridades locais e com as diretorias das cooperativas, evitando atritos de qualquer espécie. Os Gerentes e, até mesmo, o próprio Chefe do Departamento de Cooperativismo (DCOOP) deveriam ser solicitados para dirimir desentendimentos que, por ventura, surgissem;

g) Escolher, entre os associados, aqueles que demonstrassem maior espírito cooperativista e capacidade de administração, asenhoreando-os às cooperativas para que, mais tarde, pudessem substituir elementos do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal;

h) Influir no sentido das cooperativas admitirem, como empregado, pelo menos um elemento do próprio local, com capacidade para aprender o serviço burocrático, que lhe era ensinado, de sorte a assegurar, no futuro, a organização interna dada provisoriamente pelo BCA e, nas ausências eventuais do assessor do Banco, condições de manutenção em dia e ordem, as tarefas internas;

i) Procurar organizar os expedientes das cooperativas de sorte que, às segundas-feiras nenhuma funcionasse externamente, ficando esse dia para a atualização dos trabalhos da semana anterior, isto é, uma arrumação interna;

j) Tomar parte nas reuniões dos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Assembleias Gerais, tão somente para assistir aos trabalhos, quando solicitado, e manifestar-se sobre assuntos que pudessem ajudar a boa orientação das cooperativas;

k) Influir no sentido de as diretorias organizarem um corpo de fiscais, das cooperativas, entre os próprios associados e, os mais idôneos, um ou dois de cada agrupamento rural, que pudessem auxiliar o BCA na tarefa de fiscalização dos trabalhos rurais dos cooperados financiados pelo Banco, fornecendo maior índice de segurança às operações do Banco;

l) Fazer sentir a rigorosa proibição de vendas de mercadorias das Seções de Consumo a não-associados, o que prejudicaria o desenvolvimento da cooperativa e o sistema;

m) Controlar as vendas das Seções de Consumo, para verificar se alguns associados não estariam comprando além de suas necessidades, para servir a terceiros ou vender adiante;

n) Fiscalizar, em todas as fases, a aplicação dada às cooperativas aos financiamentos recebidos do BCA;

o) Influir na filiação das cooperativas às Cooperativas Centrais que fossem instaladas sob os auspícios do Banco e nestas fazerem as suas compras;

p) Convencer os associados que os mesmos deveriam entregar todos os seus produtos rurais às cooperativas;

q) Procurar com que as cooperativas instalassem pequenos mercados, onde venderiam os produtos dos associados (galinhas, ovos, arroz, milho, etc.) diretamente aos consumidores;

r) Revisar, anualmente, o cadastro das cooperativas, suas diretorias e dos associados, como meio de colaborarem com as Agências.

Em linhas gerais, o procedimento dos funcionários designados para influir na criação de cooperativas deveria ser o seguinte:

a) Proceder a uma cuidadosa pesquisa, verificando se a localidade visada pelo programa, oferecia as necessárias condições para o sucesso da cooperativa. Caso negativo, os respectivos encarregados deveriam informar, detalhadamente, à Sede, as razões da recusa e, sugerir, de logo, outro município em substituição aquele recusado, a fim de que não fosse prejudicado o número de cooperativas previstas para 1963;

b) Sendo propícias as condições, iniciar o levantamento cadastral dos rurícolas e, durante o contrato com cada um deles, prestar os primeiros esclarecimentos sobre o



cooperativismo e as suas vantagens, bem como os propósitos que animavam o Banco na execução do Programa;

c) Posteriormente, através de palestras a serem realizadas em dias e horas que conviesse aos futuros cooperados (especialmente nos dias de feiras livres), despertando-lhes, coletivamente, o interesse pelo cooperativismo, criando o necessário ambiente para a prática deste sistema econômico, no domínio agrícola, pecuário, comercial e industrial; incrementando a formação da mentalidade agrícola e cooperativista; a união das classes rurais; o entusiasmo e a confiança pelas atividades campesinas; a valorização do homem e do seu trabalho; o convívio e a estima entre as famílias. Fazer-lhes sentir que, unidos por uma cooperativa, eliminarão os intermediários, valorizando a sua produção, que terá mercado certo e preço justo. Doutrinar-lhes sobre as vantagens que usufruirão com o desenvolvimento de sua futura cooperativa, como, por exemplo, o financiamento para o custeio das safras e necessidades pessoais e da família; assistência médica, hospitalar, dentária, jurídica e a técnica através de agrônomos e veterinários; aquisição e legalização de lotes rurais; construção de casas rurais e de instalações adequadas aos vários tipos de trabalho; assistência escolar e aprimoramento dos conhecimentos agro-pecuários para os rurícolas e seus familiares, bem como o retorno das sobras.

d) Ao constatar que chegou o momento psicológico para a fundação das cooperativas – em face da receptividade encontrada junto aos rurícolas – providenciar a elaboração dos futuros estatutos e, discretamente, sugerir os nomes das pessoas que pelas qualidades demonstradas de idoneidade, capacidade de direção, experiência, poderiam exercer, com vantagem para a coletividade, as funções de direção;

e) Em nenhum momento deveria esquecer de citar o fato de que o BCA assistiria técnica e financeiramente, as cooperativas e seus associados, sempre que uns e outros demonstrarem as condições de trabalho e idoneidade exigidas para fazerem jus a tais benefícios.

Embora fosse, rigorosamente, exposto nas diretrizes do Programa estas funções reais dos ACC, encontramos em um outro documento, enviado pela Direção Geral do BCA, a seguinte afirmação:

Não desejamos que os nossos funcionários sejam *donos* das cooperativas e, sim, colaboradores leais, até que elas alcancem a auto-suficiência administrativa e operacional. O problema é ajuda, ajudar sempre, colaborando para o desenvolvimento dessas jovens organizações. (Direção Geral FGM/EBG REF.: – COOPCHE, No. 63/93, Belém (PA), 31/10/1963)

O BCA tenta explicar o autoritarismo existente no Programa, porém a ideologia do modo de produção tecnoburocrático é o modo de produção do grande Estado nacional e das empresas públicas, em que os tecnoburocratas, através do controle do novo fator estratégico de produção<sup>55</sup>, ou seja, do conhecimento técnico e organizacional, passam a controlar também toda a sociedade. Assumem, assim, o poder político, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma ideologia autoritária, racionalista e desenvolvimentista destinada a legitimar seu poder.

O técnico toma decisões, define instituições, organiza a produção, cria redes, desenvolve novos conhecimentos, propaga ou questiona valores e crenças, tendo como legitimidade não a tradição nem o capital, mas o conhecimento.

Como já vimos, a eficiência é a característica distintiva do técnico, que é o profissional que age segundo critérios de eficiência. É a eficiência de sua ação como especialista ou como administrador que legitima sua posição como técnico, tornando-o principal agente do desenvolvimento, o único elemento da sociedade capaz de planejar e executar este desenvolvimento com eficiência. E, assim, a ideologia tecnoburocrática ganha uma perfeita lógica interna, tornando-se um poderoso instrumento para a tomada do poder pela tecnoburocracia. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 98-99)

Hoje o desenvolvimento da ciência e das técnicas já foi tão grande, que é possível governar os países segundo critérios técnicos e científicos. Técnicos ideologicamente neutros, utilizando exclusivamente critérios técnicos e científicos, sempre que possível quantitativamente demonstráveis, estão à disposição para tomar ou assessorar as decisões. Governar não é um problema político, mas um problema técnico. É a análise racional e precisa dos problemas econômicos e sociais, com a utilização das técnicas disponíveis, que vai nos dizer o que se deve fazer. (BRESSER-PEREIRA, 1981: 94-95)

---

<sup>55</sup> Galbraith, 1968: 65 e Bresser-Pereira, 1972b: 37-56 *apud* BRESSER-PEREIRA (1977: 96).

O “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, fomentado pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA), embora apresente todas as características do I Plano Quinquenal da SPVEA, para se tornar o programa de implantação do crédito rural na região, só foi decretado no final de 1962 para início “imediate em 1963”, conforme o uso da expressão na própria cartilha do Programa.

O fato é que o Programa de Cooperativismo foi implantado, conforme já verificamos no período em que MAHAR define como “Ascensão e queda da SPVEA”, isto é, entre 1946/1964, ou seja, 10 (dez) anos depois do decreto do Plano Quinquenal da SPVEA.

Como já vimos no segundo capítulo deste trabalho, de como foi concedido um expressivo volume de crédito ao desenvolvimento da agricultura racional e da indústria rural, embora a SPVEA suspeitasse de que a maior parte desses fundos tivesse afinal fluído para o setor extrativo da borracha. Além do mais, os recursos do fundo eram, frequentemente, canalizados para as operações comerciais do Banco de Crédito da Amazônia, que eram mais lucrativas, e o resultado foi que projetos de natureza mais “social” muitas vezes ficavam sem recursos.

Talvez, por esta suspeita, tenha surgido a cobrança por parte da SPVEA e, conseqüentemente, a urgência da implantação do Plano de Cooperativismo na Amazônia, em 1963, pelo BCA.

Há vários aspectos que poderíamos relacionar entre o I Plano Quinquenal da SPVEA e o Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica. Não nos preocupamos aqui descrever os dois Planos em seus detalhes apenas para criticá-los segundo aspectos pormenorizados da teoria do planejamento, mesmo porque, segundo LAFER (1970: 27),

O fracasso ou não do planejamento está obviamente ligado à exclusão de variáveis importantes. Assim, raramente os planos incluem variáveis fundamentais, como a organização administrativa e burocrática, o planejamento financeiro e orçamentário, as formas de ligar o plano à sua execução, a influência das instituições vigentes e do quadro político do momento. (...) A coesão política em torno do plano, a coincidência entre objetivos dos membros da coletividade, a ligação entre a estrutura política e a eficácia do sistema, a consciência da necessidade de mudança e a

vontade de levar à frente um programa, são essas as variáveis que escapam ao controle e à atuação. (LAFER, 1970: 27)

Assim, este trabalho nos permite inferir que os objetivos de uma concepção de cooperativismo pela cultura autoritária, que procura a todo o momento se impor no país, não obteve êxito na região norte, mas alcançou, direta ou indiretamente, as outras regiões com bastante êxito. Tanto é que o Brasil já apresenta certo desempenho agrícola extremamente promissor, sendo este um dos setores que mais se desenvolveram dentro desse capitalismo autoritário. Inclusive, criando um novo tipo de cooperativismo capitalista como é o caso das cooperativas do sul do país, a exemplo de Sadia, Perdígão e Cutia, todas localizada no Estado de São Paulo, as quais possuem todo esse contexto histórico em suas criações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

### **O Caminho Percorrido e Outros Caminhos Possíveis**

O nosso grande desafio durante a elaboração deste trabalho foi o de realizar uma análise histórico-comparativa do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, com uma percepção mais abrangente, que vai além do cooperativismo, abarcando um universo mais amplo da política de planejamento governamental para a Amazônia.

Um de nossos objetivos foi, sem dúvida, tentar demonstrar que a análise de arquivos pode vir a se tornar um instrumento de grande contribuição no processo de interpretação e/ou compreensão de um determinado momento histórico e, até mesmo, de ajuda na reconstrução desses momentos, com a adição de fatos novos ou ainda com a desconstrução de fatos tidos como verdadeiros.

Nesta pesquisa, tentar alcançar os objetivos almejados foi um desafio permeado por descobertas não imaginadas e de caminhos tortuosos frente ao desafio do desconhecido. Talvez pelo fato de termos escolhido, arbitrariamente, o caminho de investigação a ser seguido – referencial teórico, pesquisa de campo, técnica de coleta de dados – frente a tantos outros que não foram percorridos.

As circunstâncias do campo, representadas pelo arquivo referente ao “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”, foram marcadas pela dificuldade em escolher o caminho a ser seguido. Foram múltiplos os momentos de apreensão frente à quantidade de informações disponíveis a cada página percorrida no arquivo. Por várias vezes o caminho a percorrer foi feito e refeito para poder traçar o confronto destas páginas com a teoria.

Primeiramente, foi necessário escolher a metodologia adequada e tentar entender a lógica do método histórico “casado” com o método sociológico, a fim de (re)construir o caminho do passado necessário para a localização do tempo e do espaço do arquivo estudado. Em outras palavras, buscamos compreender o momento histórico, na tentativa de fazer com que o arquivo estudado deixasse de ser apenas um conjunto de informações sobre o passado e se tornasse um vasto e amplo campo de informações para futuras pesquisas sobre o planejamento econômico-social e, de forma mais específica, sobre o movimento cooperativista na Amazônia.

Uma primeira consideração a ser feita refere-se à escassez da literatura sobre o cooperativismo na Região Amazônica, apesar de decorridos mais de 150 (cento e cinquenta) anos de difusão do modelo rochdaleano em todo o mundo. Assim sendo, foi necessário reconstituir o passado. Eis a nossa maior dificuldade, pois em tantos livros de história e/ou economia da Amazônia, não foi encontrada nenhuma informação a respeito de experiências cooperativistas na Amazônia. A cada passo, era como se estivéssemos frente a uma “colcha de retalhos”, que ia se moldando pouco a pouco, ajudando-nos a construir tal história e localizar o Programa do arquivo estudado dentro da mesma.

Em “A oficina da História”, François Furet disserta sobre o “construir o passado”. Para este autor “O que se passou é bastante simples de reconstituir.” O problema é, em primeiro lugar, definir o que se pretende reconstruir, em segundo, localizar e selecionar o maior acervo possível de fontes e, por fim, narrar o acontecido de modo a explicitar o seu sentido histórico, tornando esta reconstituição inteligível. Mas é necessário ter clareza para perceber que esta reconstrução será sempre parcial, incompleta e problemática.

Mas é essa a atividade, por excelência, do historiador de ofício: a construção do texto historiográfico como uma aproximação do acontecido. Os métodos sociológicos junto

com a história fazem-nos compreender os acontecimentos, encontrando as razões para tal ocorrência, bem como seus desdobramentos futuros.

Uma consideração importante a fazer é que se faz necessário pesquisarmos mais sobre as políticas creditícias agrícolas e sobre as cooperativas no Estado do Amazonas, para suprir a carência existente sobre o assunto.

Durante nossa pesquisa, entre tantas obras estudadas sobre a economia da Região Amazônica, em nenhuma delas encontramos referência sobre a existência do “Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica”. O que nos leva a crer que temos um verdadeiro “tesouro” em nossas mãos, cujo valor é inestimável para a reconstrução e compreensão desse momento histórico. Isto porque é de conhecimento dos pesquisadores, professores e outros estudiosos do cooperativismo, a dificuldade em *garimpar* informações preciosas que nos ajudem a entender os diversos fenômenos que ocorreram no passado, os quais estão marcados nos alicerces do que está edificado, hoje, diante de nós, com uma complexidade tal, que sua perfeita compreensão somente é possível com o conhecimento de tais fenômenos.

Outra contribuição que consideramos fundamental é o fato de esta pesquisa trazer informações (dados etnográficos), para o campo de estudo do cooperativismo e da Amazônia, bem como em nível nacional, visto que, também, não encontramos referência nenhuma, com relação a este Programa, em obras que dissertam sobre a história do cooperativismo no Brasil.

O cooperativismo, ainda é pouco compreendido e, na maioria das vezes, é tratado pelos seus planejadores apenas sob o aspecto doutrinário, o que tem dificultado análises mais precisas deste movimento que gerou uma organização socioeconômica tão importante nos dias de hoje: a cooperativa. Consequentemente, tem provocado grandes confusões teóricas e conceituais e, por conseguinte, o desvirtuamento da prática cooperativista. Neste sentido, muitas cooperativas tem se comportado como se fossem empresas privadas, esquecendo, assim, os princípios básicos do cooperativismo.

A discussão do "Panorama do Cooperativismo na Amazônia" passou a ser tarefa necessária para propor uma nova pedagogia política que busque alternativas de superação do desequilíbrio sociopolítico nas diferentes regiões do País. Isto porque ao se repensar o sistema

cooperativista objetiva-se o efetivo respeito ao pluralismo, à tolerância e ao diálogo, valores-chaves e fundantes da proposta cooperativista.

Ao descrevermos a história e a ideologia do cooperativismo no Brasil e no mundo, bem como quando se delineou o que é o cooperativismo de crédito e seus modelos, ficou-nos claro que, independente do que se estude dentro do tema “cooperativismo”, mesmo que se fale da legislação cooperativista ou da contabilidade de uma cooperativa ou ainda da economia cooperativista, a introdução e a conclusão do assunto será a história dos Pioneiros de Rochdale e seus princípios, visto que toda bibliografia exalta esta história, sendo taxativa ao afirmar que uma cooperativa só sobreviverá se for íntegra a estes princípios.

Seguindo o pensamento de Marx sobre a cooperação, apresentamos a seguinte consideração sobre a associação do cooperativismo ao capitalismo: O cooperativismo passou a auxiliar no processo de expansão territorial do capital, aumentando a produção. Com o aumento da produção, nesta associação, o território do capital foi se fortalecendo em suas contradições, contando com o cooperativismo, como mais um agente dinamizador na formação de seu território.

Em seu fortalecimento, o modo de produção capitalista está produzindo, por meio da associação com o movimento cooperativista, novas moldagens nas cooperativas que passam a ser mais uma das formas de reprodução e acumulação do capital, firmando o desenvolvimento do capital também em bases cooperativistas, ou seja, nas cooperativas capitalistas.

Em sua atuação, sociedade precisa reivindicar da academia, do Governo Federal e dos órgãos competentes novas formas de estruturação para o movimento cooperativista e para a atuação das cooperativas. Os representantes administrativos das cooperativas e seus associados precisam assegurar para o campo, um movimento que garanta a diversificação das oportunidades de trabalho e desenvolvimento tanto do ponto de vista econômico, como do social e ambiental.

Quando os cooperados sentem-se verdadeiramente cooperados, e participam da cooperativa como proprietários de um bem comum, a mentalidade diante dos desafios e dos reveses é de luta pelos interesses próprios, cientes de que não se está lutando sozinho. E é essa



cultura cooperativista que fez com que a cooperativa dos Pioneiros formatasse seus princípios e seu estatuto, e é o que faz o mundo todo aderir a estes princípios como verdade absoluta, apesar de terem sido escritos a mais de um século e meio atrás por simples tecelões de flanela.

Conhecer a história do cooperativismo, dos seus princípios e valores, compreender a formação de uma cooperativa inserida em um país e em uma comunidade, acompanhar suas ações a favor de seus cooperados e da comunidade em geral, é a obrigação de todo cooperado, porque é a junção de todos estes que formará a cooperativa conhecedora de todos esses aspectos e que, portanto, estará apta a se denominar cooperativa.

Esperamos também reafirmar os resultados de nosso trabalho, apontando as problemáticas percebidas junto à análise do Programa estudado, na qual estão inseridos outros estudos a respeito das políticas públicas pensadas para a questão agrária e agrícola na região Amazônica.

Pretendemos demonstrar como as políticas governamentais, através de seus projetos de incentivo à modernização da agricultura, tem influenciado, de diversas formas, nos âmbitos ambiental e social da vida dos agricultores na Amazônia. Os efeitos dessas políticas podem apresentar-se de diversas maneiras, algumas vezes irreversíveis, aumentando os problemas sociais e ambientais e afetando as práticas culturais destes grupos.

Esperamos denotar que as políticas governamentais vêm sendo contestadas através da imprensa ou através de várias pesquisas sobre o assunto, para que elas sejam, pelo menos, repensadas para a realidade dessa região, evitando sérios problemas para as gerações futuras deste grupo social.

Nosso esforço, portanto, foi o de tentar ir em busca de um conhecimento mais aprofundado da realidade de nossa região, através do estudo de arquivos nos moldes estudados neste trabalho de dissertação. Se alcançarmos estes objetivos, talvez seja possível dar maior profundidade à ação do planejamento na região amazônica.

A metodologia comparativa de Weber auxiliou-nos no entendimento sobre a questão do planejamento de políticas governamentais mais adequadas a determinadas localidades, pois estas poderiam subsidiar os cidadãos na participação do debate público sobre

os temas de interesse da sociedade, a fim de tentar evitar os erros cometidos no passado por nossos planejadores. Auxiliou-nos a reconhecer que a Amazônia, desde a época colonial, nunca teve políticas felizes de desenvolvimento agrário, ao contrário, revelou-se no decorrer de sua história, em termos comparativos, como uma sucessão de fracassos.

Na verdade, entendemos o que já sabíamos, isto é, que a Amazônia, apesar da importância relativa de sua produção familiar comunitária, tornou-se um espaço de atraso relativo, em face da construção de um projeto nacional, que tinha na prosperidade do campo, um de seus elementos especiais. Assim sendo, esta é uma perspectiva que deve acompanhar a reflexão sobre esta experiência singular do PACRA.

Assim, finalizamos que este trabalho extrai uma contribuição ímpar por ser uma discussão bastante atual, já informada por outros interesses, outros valores, outras visões, não em vista do cooperativismo, mas por lidar com o problema do desenvolvimento agrário e agrícola da Amazônia que continua a ser uma questão problemática, não só na Amazônia, mas no Brasil, em função das dissonâncias regionais e inter-regionais nas quais a Amazônia está fortemente envolvida.

Desta forma, esperamos ter alcançando, pelo menos em parte, nossos objetivos de pesquisa e tentar transmiti-los através deste trabalho de dissertação, conferindo a este material a possibilidade de esclarecer, de iluminar de maneira mais ampla a questão do desenvolvimento da Amazônia ou o que nós entendemos por isso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos *archivos* da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Distinguir e Mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais**. Revista Tipiti. P. 5-7, 2003.

\_\_\_\_\_. **“Terras de Quilombo, “Babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundo de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas”**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford. Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”, 2006.

\_\_\_\_\_. **Universalismo e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia**. In: *Amazônia e a Crise da Modernização*. CED/MPEG, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad.: Estela dos Santos Abreu, RJ: Contratempo, 1996.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2. Ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENAYON, Noval. **Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: andanças e mudanças**. Manaus, 1981.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia**. 2º Volume. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas. Série Euclides da Cunha, Vol. VI, 1966.

\_\_\_\_\_. **Zênite ecológico e Nadir econômico-social – Análises e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento – 1930 a 1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BITTENCOURT, Luis Carlos. **Polamazonia. Empresários e não colonos**. Revista comércio e mercados. Ano VIII, n. 87, novembro de 1974.

BOURDIEU, P. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Pierre Bourdieu et. all. (orgs.). Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Compreender**. 5. Ed. In: A Miséria do Mundo. Pierre Bourdieu et. al. (Orgs.). Trad.: Mateus Azevedo et. al. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 693-732.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Trabalhos e Projetos [1980], Esboço de uma teoria da prática [1972] e o Campo científico [1976]**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas), 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado**. Estudos Cebrap 14, outubro 1975: 35-77.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dos técnicos e democracia.** Rev. Brás. Ci. Soc. Vol. 20, n. 59. São Paulo: Oct. 2005.

\_\_\_\_\_. **Notas Introdutórias ao modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção.** Estudos Cebrap 20, abril-junho 1977: 77-109.

BROMLEY, R. e BUSTELO, E. S. **Política x Técnica no Planejamento.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

CAMPOS, Daniel Vasconcelos. **Max Weber, o conhecimento sociológico da história: uma interlocução com a filosofia hegeliana.** Defesa de dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CAMPOS, Indio. **A sustentabilidade da Agricultura na Amazônia.** Paper produto parcial suscitado pelo pesquisador sobre desenvolvimento agroindustrial na Amazônia, em desenvolvimento no NAEA/UFPA. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/agricultura\\_meio\\_ambiente/Indio%20Campos.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Indio%20Campos.pdf)>.

CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeira. **Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK – JQ.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Flávio Saliba. **História e Sociologia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CARVALHO, Ivo. **Estudo do Crédito Rural.** Rio de Janeiro: APEC Editora S. A., 1971.

CASTRO, Edna et all. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém/NAEA, Editora CEJUP, 2001.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **Vocação política e ética da responsabilidade**. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/.../00gt0122.doc](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/.../00gt0122.doc)>. Acesso em: 15. Set. 2009.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. 2. Ed. Manaus, SCA/Edições Governo do Estado, 1987.

COSTA, Luciano de Souza. **O cooperativismo: uma breve reflexão teórica**. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%3o%20te%F3rica.pdf>>. Acesso em: 10. Jun. 2010.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional – O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985**. Campinas/São Paulo: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1985.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAN, José e MACHADO, Lia (Org). **Sociologia do Desenvolvimento II** (Artigos). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

**Estudos Avançados** (USP). Número 53 (Revista). São Paulo: (IEA), 1987.

**Estudos Avançados** (USP). Número 54 (Revista). São Paulo: (IEA), 1987.

ETGETO, Anderson Augusto *et all.* **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil.** Maringa Management:Revista de Ciências Empresariais. V. 2. n. 1. p. 7-19, jan./jun. 2005.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo Brasileiro”.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **Brasil a Construção Interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FERREIRA FILHO, C. **Por que perdemos a Batalha da Borracha.** Manaus: Edições do Estado do Amazonas. Série Euclides da Cunha, 1965. 373p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Rio de Janeiro: Topoi, 2002. p. 314-332.

FOUCAULT, M. **Prefácio p. IX-XXII e Cap. V: Classificar p. 171-225.** *In:* As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”.** Tradução de Artur Mourão. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1968.

HALL, A. **Amazônia: Desenvolvimento para quem?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

HERBERT, Marcuse. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRST, Paulo. **Crítica à Democracia Popular**. *In: Evolução Social e Categorias Sociológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 123-138.

HURTIENNE, Thomas. **A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável. Problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza. V. 30, n. Especial 442-466. Dez. 1999.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. Coleção Sociologia Brasileira; v. 11.

IANNI, Otávio. **Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1986.

KLAES, L. S. **Cooperativismo e ensino à distância**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC.

KITAMURA, Paulo. **Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 1994.

KON, Anita (Org). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LAFER, Celso. **O Planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)**. *In: LAFER, Betty Mindlin (org.), Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAFER, M. Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.



LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução – 1900. Transcrição de: Fernando Araújo.

*In: Luxemburg Internet Archive (marxists.org)*, 2002. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref\\_rev/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm)>. Acesso em: 10. Jun. 2010.

MACEDO, Roberto B. M. **Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963 - 1965)**. *In: LAFER, Betty Mindlin (org.), Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/Clacso/LPP, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, o processo de produção do capital. Vol. 1. 25. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Método da Economia Política**. *In: O Capital: Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – 1º capítulo das teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: A ilusão de um paraíso**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1987.

MILLS, Wright C. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.) *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

**MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu e COELHO, Maria Célia Nunes. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA. V. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004, ISSN 1516-6481.

NAMORANDO, R. **Cooperativismo – um horizonte possível.** 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>>. Acesso em: 10. Jun. 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista: o Onitorrinco.** São Paulo: Bomtempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste. Planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.** Revista de Antropologia/USP, Volume 39, SP, 1996.

ONOFRE, Gisele Ramos e SUZUKI, Júlio César. **Embates e debates sobre o cooperativismo rural.** Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM). 2009. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_iv\\_epct/PDF/ciencias\\_exatas/04\\_ONOFRE\\_SUZUKI.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/04_ONOFRE_SUZUKI.pdf)>. Acesso em: 10. Jun. 2010.

OTÁVIO, Ianni. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Estudos Avançados. Vol. 3, n. .7. São Paulo: Sept./Dec, 1989. Artigos assinados. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext)>.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos**. 2001. Disponível em: <[www.divabenevidespinho.ecn.br/Coop\\_Dout\\_Teoria%20APOSTILA%2001%20.doc](http://www.divabenevidespinho.ecn.br/Coop_Dout_Teoria%20APOSTILA%2001%20.doc)>. Acesso em: 10. Jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18. Ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PORT, Márcio. **A expressão do cooperativismo de crédito mundial e seus principais modelos**. Nova Petrópolis, dezembro de 2008. Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas (UNIVATES).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

**Programa de Assistência ao Cooperativismo na Região Amazônica**. Banco de Crédito da Amazônia, Belém/PA, 1963.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, V. 161).

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o indício de uma falta**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Tradução de Dora Rocha.

SCHNEIDER, João Elmo. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro**. *in* Ma. R. Loureiro. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1981. p. 11-40.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Políticas agrárias e políticas ambientais na Amazônia: encontros e desencontros**. *In*: Somalu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1. n. 1. Manaus: Edua/FAPEAM, 2000.

SEBRAE & SESCOOP - PE – Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo – **Estudo do perfil socioeconômico e gerencial das cooperativas de Pernambuco.** Recife: Sebrae, 2004.

SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugenio. **A Controvérsia do Planejamento Econômico na Economia Brasileira: coletânea da polêmica Simonsen versus Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SOARES, Marden Marques e SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças – O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito.** Brasília, Banco Central do Brasil, 2007.

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Primeiro Plano Quinquenal.** (1º Volume). Presidência da República. Departamento de Imprensa Nacional. Setor de Coordenação e Divulgação. Rio de Janeiro/Brasil, 1955.

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Primeiro Plano Quinquenal.** (2º Volume). Presidência da República. Departamento de Imprensa Nacional. Setor de Coordenação e Divulgação. Rio de Janeiro/Brasil, 1955.

SUDAM. **Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972-1974).** Belém, 1971.

SUDAM. **II Plano Nacional de Desenvolvimento; Programa de ação do Governo para a Amazônia.** Belém, 1976. 100 p.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos. **O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TESCH, W. **Dicionário básico de cooperativismo.** Brasília: Secoop, 2000.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos Caminhos do Cooperativismo – Com destino ao Crédito Mútuo.** São Paulo: Cecresp, 2002.

TOFFLER, Alvin, **A Terceira Onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOURAINÉ, Alain. **La crítica weberiana y sus límites**. *In*: Sociologia de la Acción. Barcelona, Ediciones Ariel, 1969. p. 39-49.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1980.

UNIRCOOP - Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos – Regional Brasil. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências**. Março 2003.

VALMOR, Schiochet. **Sociedade civil: o social pensado politicamente**. Blumenau: Edifurb, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VIEIRA, A. C. M. **Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda**. Taubaté/SP. 2005 (Dissertação de mestrado). Universidade de Taubaté.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. *In*: COHN, Gabriel (org). Max Weber: sociologia. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política: Duas Vocações**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1968.

\_\_\_\_\_. **Conceitos sociológicos fundamentais**. *In*: Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília, UNB, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura**. *In*: WEBER, Max, 1992.

## **ANEXOS**



**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO  
COOPERATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA**

**A SER EXECUTADO PELO  
BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA**

**ADMINISTRAÇÃO  
RAYMUNDO ALCANTARA FIGUEIRA**

## Apresentação

A Diretoria do BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A., com sua atenção sempre orientada para o desenvolvimento da região em que atua e empenhada em proporcionar melhores condições de vida ao homem do campo, aos pequenos e médios produtores, resolveu elaborar e executar um programa de cooperativismo visando aqueles objetivos.

Evidentemente, não basta conceder o crédito financeiro ao rurícola. Até certo ponto essa política, pelo menos no norte do país, não tem alcançado sua finalidade precípua, se examinados todos os ângulos do problema e suas decorrências.

Paralelamente, se se pretende o aumento da produção e despertar o interesse do agricultor pelo uso permanente das terras, é indispensável que se lhe proporcionem facilidades para o suprimento econômico e regular de suas necessidades domésticas; que se ajude o lavrador a conseguir um melhor aproveitamento das glebas; que se lhe dê, a ele e à sua família, a necessária assistência nas doenças; que se lhe oriente a educação dos filhos, e, finalmente, que se lhe ampare a produção para uma justa remuneração do trabalho.

Como órgão de fomento, não pode nem deve o B.C.A. ficar indiferente à situação desajustada dos nossos rurícolas, sabido que a falta de solução para os seus problemas, além das graves implicações no meio rural, reflete-se, indubitavelmente, não só na conjuntura econômica da Amazônia, mas, e principalmente, em todos os lares pobres da região.

Sem produção abundante, o encarecimento das utilidades e dos alimentos é inevitável. E, sobretudo, sem produção não pode haver tranqüilidade social.

Assim, estimulando o cooperativismo, o B.C.A. pretende levar ao homem do campo a oportunidade de colher melhores frutos do seu trabalho, abastecer-se convenientemente e colocar os seus produtos em condições favoráveis, sem o aviltamento de preços tão característico na zona rural.

Todavia, para que o programa elaborado pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A. possa realizar-se em toda a sua plenitude e alcance, conseqüentemente, o êxito pretendido, é indispensável que os agricultores, os pecuaristas, os seringueiros, as populações beneficiadas pela iniciativa, enfim, todas as atividades ligadas à economia agrícola da planície, e preponderantemente, os órgãos públicos, dêem integral apóio a esse programa para que assim se concretizem os objetivos almejados: aumento de produção e condições dignas de vida e de trabalho para os nossos homens do campo.

Esse é, portanto, o plano do Banco que, adiante, vai resumido e que contará, estamos certo, com a valiosa e oportuna colaboração da SPVEA, do Banco do Brasil (CREAI) e dos órgãos do Ministério da Agricultura sediados na Amazônia. Através de sua leitura, será possível compreender a importância do movimento que se tem em mira alcançar. E os seus resultados altamente benéficos e compensadores, não temos dúvida, a experiência nos confirmará.

Belém, março de 1963.

RAYMUNDO ALCANTARA FIGUEIRA  
Presidente do B. C. A.



BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

DIREÇÃO GERAL

CARTA CIRCULAR Nº 629

Belém, 22 de maio de 1963.

Ao

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

Senhor Gerente,

ASSISTENCIA AO COOPERATIVISMO: Levamos ao conhecimento de V. Sa. que este Banco, visando a ajudar os pequenos e médios produtores da Região Amazônica a resolverem, por via do cooperativismo, os múltiplos problemas que os afligem e suas influências negativas no bem estar da coletividade rural e no mercado consumidor, resolveu:

- A. estabelecer que, sob os auspícios do BCA, sejam fundadas, ou restauradas, na Região Amazônica, até 31.12.63, 50 (cinquenta) cooperativas, sendo:

Acre .....	6
Amapá .....	2
Amazonas .....	12
Goiás .....	2
Maranhão .....	4
Mato Grosso .....	4
Pará .....	15
Rondônia .....	3
Roraima .....	2

- B. designar para a execução dêsse trabalho, com as atribuições e finalidades especificadas no decorrer da presente, os seguintes funcionários:

ACRE

Gerente inst. da Agência de Feijó .....	1	cooperativa em Feijó
Gerente da Ag. de Sena Madureira .....	1	dita em S. Madureira
Gerente da Ag. de Tarauacá .....	1	dita em Tarauacá
Gerente da Ag. de Xapurí .....	1	dita em Xapurí
Manoel Cristóvam .....	1	dita em Vila Plácido de Castro ou Cruzeiro do Sul
Walter Marques da Costa .....	1	dita em Rio Branco

AMAPÁ

Francisco Maciel de Oliveira Borges ....	1	dita em Macapá e 1 em Amapá, Calçuene ou Mazagão
--	---	--

AMAZONAS

Gerente da Ag. de Benjamin Constant ....	1	dita em B. Constant
--	---	---------------------

MODÉLO DE  
ESTATUTOS DE UMA COOPERATIVA

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da denominação, sede e prazo de duração

Art. 1º - Sob a denominação particular de Sociedade Cooperativa ....., de responsabilidade limitada, fica constituída, nesta data, entre os abaixo-assinados e os que de futuro forem regularmente admitidos, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto Federal nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e do Decreto-lei nº 581, de 1º de agosto de 1938, revigorados pelo Decreto-lei nº 8.401, de 19 de dezembro de 1945.

Art. 2º - A sede da Cooperativa será ..... e o seu fôro jurídico.....

Art. 3º - A área de ação da Cooperativa abrange....

Art. 4º - O prazo de duração da Cooperativa é inde terminado, coincidindo o ano social com o ano civil.

CAPÍTULO SEGUNDO

Do capital social

Art. 5º - O capital social é variável, conforme o número de associados e as quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a .....(.....) mas sendo ilimitado quanto ao máximo.

Art. 6º - O capital é dividido em quotas-partes no valor de ....., cada uma.

Parágrafo único - Cada associado deverá subscrever/ um mínimo de .....quotas partes, podendo também subscrever um máximo não excedente de um terço do capital social.

Art. 7º - As quotas-partes divisionárias do capital social não são títulos negociáveis em Bôlsa, nem transmissíveis causa-mortis ou por ato inter-vivos, só podendo o seu valor ser transferido entre associados depois de integralizadas e mediante autorização da Assembléia Geral.

Parágrafo único - A transferência será averbada no título nominativo do associado cedente e no do cessionário, bem como nas respectivas contas correntes de capital no livro de matrícula, assinando-o os interessados, paga uma taxa de..

Art. 8º - As quotas-partes não podem servir de objeto de penhor para com terceiros nem entre associados, mas seu

CURSO DE CRÉDITO RURAL  
PARA A AMAZÔNIA

# Cooperativismo

Teoria e Prática

GECRE/B.C.A.

CURSO DE CRÉDITO RURAL PARA A AMAZÔNIA

- GECRE / B.C.A. -

COOPERATIVISMO

Teoria e Prática

APOSTILA preparada pelo Professor BRUNO DE MENEZES

BELÉM - PARÁ  
Setembro de 1962

CLASSIFICADOR RÁPIDO  
CARIÓCA

ESTANTE OU DIVISÃO N.º .....

DOMICÍLIO:

NOME:

N.º

Principiado em: .....

Terminado em: .....



# MENSAGEM

AOS

RURÍCOLAS DA AMAZÔNIA

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.  
DEPARTAMENTO DE COOPERATIVISMO

1963 — AGÔSTO-SETEMBRO

N.º 4



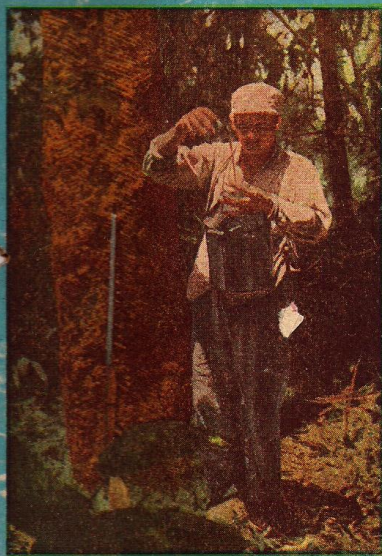
DEFUMAÇÃO DE LATEX

**B. C. A.**

Revista

# B. C. A.

Revista



1963 — ABRIL

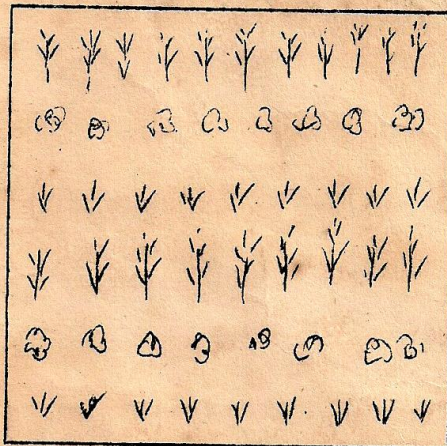
N.º 3



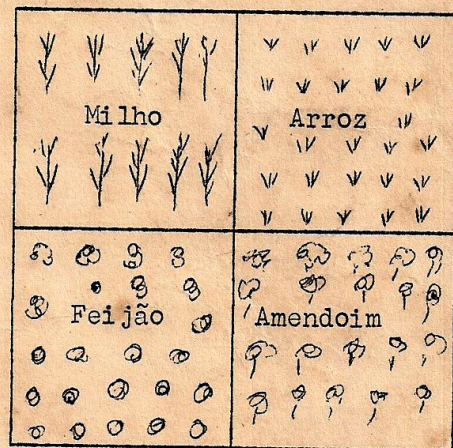
O aproveitamento do terreno para outras culturas de ciclo vegetativo mais longo se daria com menos tempo de trabalho.

Não desejamos — é preciso explicar — que o agricultor deixe de vez o hábito da rotina, mas simplesmente mostrar, com mais ênfase, as condições de trabalho que serão melhores e poderemos convidá-los a visitar os campos agrícolas onde se processam, tècnicamente, as culturas mais usuais, tornando — se possível proceder-se a análise das áreas e dar ao solo o correto certo e econômico, especificamente à cultura que se pretenda fazer, obtendo, assim maior rentabilidade, e proporcionando ao agricultor uma margem de lucro maior que poderá, assim, paulatinamente aumentar suas áreas cultiváveis, e em breve, o improvisismo ficará de lado, dando lugar a mecanização da lavoura, em sua primeira fase que será a de tração animal.

E R R A D O



C E R T O



SAUDAÇÕES

BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

Manoel A. Alves  
Chefe do DCOOP

Amadeu N. Lopes  
Chefe da CONCOOP